

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA

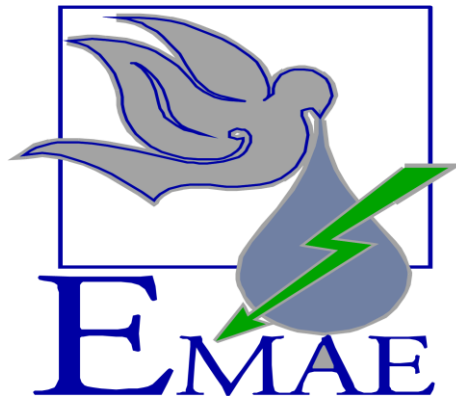


DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

(Unidade-Disciplina-Trabalho)

Ministério das Infraestruturas e Recursos Naturais
Ministério da Economia e Finanças

EMPRESA DE ÁGUA E ELETRICIDADE



RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2025

1. INTRODUÇÃO.....	4
Mensagem do Diretor Geral	5
2. ÓRGÃOS SOCIAIS E ESTRUTURA DA EMPRESA.....	15
2.1. Órgãos Sociais.....	16
2.2. Organograma.....	19
3. PRINCIPAIS INDICADORES.....	20
3.1. Caraterização da EMAE.....	23
4. ENQUADRAMENTO LEGAL E REGULAMENTAR.....	29
5. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO.....	32
5.1. Panorama Internacional.....	33
5.2. Panorama Nacional.....	44
6. ATIVIDADES DA EMPRESA.....	48
6.1. Segmentos de Atividades.....	49
6.1.1. Setor de Eletricidade.....	49
6.1.2. Setor de Água.....	67
6.2. Síntese do Desempenho Operacional	79
6.3. Atividade Comercial.....	82
6.3.1. – Gestão de Clientes.....	82
6.3.2. – Sistema Tarifário.....	84
6.3.3. - Faturação.....	86
6.3.4. – Cobrança e Recuperação de dívidas.....	87
6.3.5. – Dívidas de Clientes.....	89
6.4. Sistema de Informação e Tecnologia.....	91
6.5. Prevenção e Segurança.....	91
6.6. Inspeção e Auditoria.....	92
6.7. Estado e Outros Entes Públicos.....	93
7. RECURSOS HUMANOS.....	97
8. INVESTIMENTO REALIZADO.....	104

8.1. Subsídios ao Investimento.....	108
9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	109
9.1. Contas de Exploração.....	113
9.1.1. Resultados Operacionais.....	114
9.1.2. Resultados Financeiros.....	117
9.1.3. Resultados Extraexploração.....	119
9.2. Situação Patrimonial.....	121
9.3. Indicadores Económico-Financeiros.....	124
10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	128
11. PERSPETIVAS.....	130
12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	133
12.1. Demonstração dos Resultados.....	134
12.2. Mapa dos Saldos Caraterísticos de Gestão.....	138
12.3. Mapa de Passagem dos Saldos das Contas Patrimoniais.....	140
12.4. Balanço.....	142
12.5. Mapa das Imobilizações e Amortizações.....	144
12.6. Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	146
12.7. Anexos aos Mapas de Síntese OCAM.....	149
13. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	154
14. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES.....	193
14.1. PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	194
14.2. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 10/2026.....	198
14.3. TESLA STP; Plano de Disponibilidade Diária.....	199
14.4. ATA DA REUNIÃO DE APRECIACÃO DAS CONTAS.....	200



1 – INTRODUÇÃO

1. MENSAGEM DO DIRETOR GERAL

No retrato de 2025, acontecimentos relevantes de dimensão política, social, económica, ambiental e energética marcam o ano em São Tomé e Príncipe.

Na esfera política, logo nos primeiros seis dias de janeiro de 2025, o Presidente da República convocou o Conselho de Estado, e através do Decreto Presidencial n.º 01/2025 demitiu o XVIII Governo Constitucional e a 16 de janeiro nomeou o novo primeiro-ministro.

No balanço de 2025, desde agosto que São Tomé e Príncipe tem enfrentado uma crise energética, após a saída unilateral, enquanto decorriam negociações da revisão do contrato PPP com a empresa de investidores turcos Tesla-STP, que contribuía para estabilidade energética no arquipélago, na base de um acordo assinado com o XVIII Governo Constitucional, mas foi considerado lesivo pelo atual executivo.

Na esfera do empenho internacional, o ano ficou ainda marcado com a classificação das duas ilhas do país como Reservas Naturais da Biosfera, sendo São Tomé e Príncipe o primeiro país com todo o território classificado como Reserva Mundial da Biosfera pela UNESCO, após a ilha do Príncipe em 2012, e no âmbito cultural, de enfatizar a decisão da UNESCO em distinguir o TCHILOLI, manifestação singular de teatro, música e dança de São Tomé e Príncipe como Património Cultural Imaterial Mundial que narra a tragédia de Marquês de Mantua e o Imperador romano-germânico Carlos Magno, um drama invocando a moral e a justiça no confronto entre classes sociais da história da humanidade na europa medieval no período carolíngio do século XI.

Por outro lado, na vertente digital, o país está, a partir do dia 11 de dezembro, conectado ao mundo através da *SpaceX Starlink*, coincidentemente, data do início do Fórum de Investimento RISE STP em Bruxelas para apresentar oportunidades de investimento, alicerçado na visão estratégica de

desenvolvimento sustentável 2026-2040. No leque de oportunidades dadas a conhecer pela delegação são-tomense no Fórum de Investimento RISE STP estão as áreas das energias renováveis, turismo sustentável, agronegócio, além de projetos estruturantes como o porto de logística, a modernização do aeroporto, sem esquecer o novo hospital de referência, cujas obras terão início no primeiro trimestre de 2026.

Na perspetiva macroeconómica, no dia 15 de outubro a companhia petrolífera de origem holandesa SHELL iniciou as operações de perfuração do poço de petróleo do bloco 10 – Falcão-1 da zona económica exclusiva (ZEE) de São Tomé e Príncipe, com o navio de perfuração *Stena DrillMAX*, de 10.000 pés, da *Stena Drilling*.

Em dezembro de 2025 o Conselho Executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou a segunda revisão do programa em São Tomé e Príncipe ao abrigo do Acordo de Facilidade de Crédito Alargado (ECF), e prolongou o acordo por 12 meses, ou seja, até meados de 2028, garantindo mais 6,1 milhões de dólares, combinado com um caminho mais gradual e menos concentrado no início para o ajustamento orçamental.

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) aprovou uma subvenção de 22 milhões de dólares para financiar o projeto de Reabilitação e Manutenção da Infraestrutura da Economia Azul e das Pescas em São Tomé e Príncipe, uma iniciativa estratégica que visa desbloquear o vasto potencial marítimo do arquipélago, ao mesmo tempo que responde a desafios estruturais como a segurança alimentar, a resiliência climática e a geração de rendimento.

Paralelamente, o governo são-tomense e o grupo Banco Africano de Desenvolvimento assinaram, à margem do Fórum de Investimento São Tomé e Príncipe 2040, que decorreu no dia 11 de dezembro, em Bruxelas, três novos acordos de financiamento num total de 18 milhões de dólares, direcionados para as áreas da energia, agricultura e segurança integrada da água.

No que toca a EMAE e o Setor Elétrico Nacional, o ano de 2025 foi marcado por um período de cortes constantes e prolongados de eletricidade com consequente constrição das atividades económicas e reclamação popular de prejuízos e alguma insegurança.

Os projetos estruturantes em desenvolvimento nos setores de eletricidade e abastecimento de água podem ser sumariados como adiante se faz constatar:

No setor de água, relevante sublinhar a inauguração do sistema de abastecimento de água potável de Santana e Água-Izé, os projetos de reabilitação da captação do sistema de Prado e de conduta adutora do sistema de Cangá, bem como a construção da rede de abastecimento para o futuro Hospital de referência em Ferreira Governo.

Por último e digno de realce, excelentes progressos em infraestruturas no setor de abastecimento de água com o desenvolvimento do Projeto de reabilitação e extensão dos sistemas de abastecimento de água potável da cidade de São Tomé e arredores, financiado pelo Banco Europeu de Investimento em paralelo com a União Europeia.

No setor elétrico, de sublinhar o desenvolvimento do projeto de reabilitação da rede de baixa tensão em 56 zonas no âmbito do PRSE, financiado pelo Banco Europeu de Investimento; a construção da linha de transporte entre Água Casada e Guadalupe; extensão da linha de transmissão em média tensão entre S. João dos Angolares e Porto Alegre, e eletrificação rural de geografias abrangidas.

Também no âmbito de projetos estruturantes em desenvolvimento, de realçar o projeto ACRE (Projeto de Acesso à Energia Limpa e Sustentável), financiado pelo Banco Mundial, com o objetivo de aumentar o acesso a energia sustentável e limpa em São Tomé e Príncipe, e será composto por quatro componentes complementares: (i) expansão do acesso à eletricidade a partir da rede e fora da rede; (ii) aumento da produção de energia solar fotovoltaica através da implantação de infraestruturas

comuns; (iii) melhoria da governação e reforço das capacidades institucionais; e (iv) resposta contingente de emergência.

De enfatizar também, o projeto ETISP (*Energy Transition and Institutional Support Programme*), financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento, tendo como principais componentes: (i) transição e eficiência energética, que inclui construção de 2-4 MW PV e BESS no Príncipe e Luminárias solares de Iluminação pública; (ii) Expansão do acesso e estabilização da rede, com foco na modernização do Centro de Despacho; e (iii) Capacitação Institucional e gestão do projeto.

Por último, e face a crise energética desde 21 de agosto de 2025, provocada pela rotura abrupta e unilateral da produção de produtor independente turco TESLA STP, enquanto decorriam negociações, a EMAE contraiu um empréstimo bancário com Carta Conforto expressa do Governo santomense no montante de dois milhões de euros, e em 13 de novembro de 2025, fez a aquisição de seis Geradores Diesel CUMMINS Novos de 1 029 KVA, totalizando potência suficiente para resgatar a soberania energética de São Tomé e Príncipe. Essas unidades importadas da *Hoops Importers & Exporters (Pty) Ltd.* com sede em Johannesburg – África do Sul serão instalados na plataforma número três da Central de Santo Amaro.

Tudo isto mostra que no âmbito de políticas e do programa do subsetor de Energia definidas pelo Governo, a EMAE tem sabido atuar do ponto de vista estratégico nos setores indissociáveis do suporte ao desenvolvimento sustentável como a água e a energia elétrica.

A participação da EMAE nesses projetos estruturantes tem merecido realce especial pelas oportunidades de apreensão de métodos e critérios de projetos diversos que o contacto com técnicos e entidades estrangeiros tem proporcionado. É de registar que essas atividades têm permitido um intercâmbio de experiências extremamente enriquecedor.

1.1- Indicadores económico-financeiros e de desempenho operacional

Quanto as atividades da empresa, os principais marcos a registar demonstram que os instrumentos económico-financeiros em anexo continuam a evidenciar uma estrutura desequilibrada.

As grandes rubricas do Balanço da EMAE no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, evidenciam um total de 2.347.553 milhares de dobras e um total de capital próprio negativo de 5.110.848 milhares de dobras, incluindo um resultado líquido negativo do exercício de 501.211 milhares de dobras, o que reflete uma situação de “Falência Técnica” muito acentuada, decorrente de sucessivos prejuízos acumulados ao longo de duas décadas.

Em 31 de dezembro de 2025 o passivo corrente é superior ao ativo corrente nos livros da EMAE em 5.173.858 milhares dobras, sendo relevante concluir, com base no princípio da continuidade, que a EMAE não dispõe das condições de financiamento para manter as atividades.

As dívidas globais de clientes tiveram um decréscimo exponencial de 115,2 milhões de dobras (21%), substancialmente superior ao crescimento dos serviços prestados (5,48%), verificando-se comportamento muito análogo quanto às dívidas a fornecedores com uma diminuição significativa de 419,3 milhões de dobras, mas com uma representatividade de apenas 9% tendo em conta o peso do passivo corrente na estrutura do Balanço.

Os custos operacionais decresceram, por seu lado, 274,7 milhões de dobras (31,94%) quando comparado com 2024. Este bom desempenho operacional se deveu a queda do preço do gasóleo de produção ao longo do ano, conjugado com menos compra de eletricidade de produtor independente, por força da suspensão abrupta e unilateral da TESLA a partir de 21 de agosto de 2025. A gerência em funções herdou uma situação pouco ortodoxa no que respeita a execução do “Contrato PPP” celebrado entre o Estado de São Tomé e Príncipe e a Sociedade TESLA STP Unipessoal, Lda., Contrato este que merecia uma revisão urgente e inadiável para não criar precedentes e se tornar moda.

A título de exemplo versando sobre a matéria ao longo do presente relatório, esta Direção EMAE identificou, com suporte documental inequívoco uma sobrefaturação da TESLA ao Estado Santomense no volume de 68 216 126 KWh da energia não fornecida, e que corresponde em valor, ao montante de 5.005.462 euros, equivalente de STN 122.633.819 refletidos nas demonstrações financeiras com reflexos negativos nos resultados.

Os resultados financeiros negativos resultaram fundamentalmente dos juros suportados sobre empréstimo bancário de longo prazo contraído em 2017 e refletem um decréscimo de 28,19% face ao exercício de 2024.

Os resultados extraexploração positivos, são decorrentes fundamentalmente de subsídios para investimentos em imobilizações reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações. Quando comparado com 2024, este capítulo registou um ligeiro decréscimo de 3,26% em resultado de investimentos menos intensivos em ativos fixos realizados tanto no setor elétrico como no setor de água.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa, denota que as disponibilidades constantes no Balanço em 31 de dezembro de 2025, reflete um ligeiro incremento líquido em caixa e seus equivalentes face ao ano anterior.

Na esfera da atividade comercial da EMAE, assistiu-se a um nível satisfatório das margens de cobertura na cobrança que representou 132,5% do volume de faturação líquida global de água e eletricidade, ou seja, mais 99,3% que em 2024, considerando o novo “*modus operandi*” no processo de encontro de contas entre Estado e EMAE, sem incidência numérica.

No final do ano, a EMAE contava com 83 472 clientes, mais 2 739 novos clientes que em 2024, dos quais 59 559 clientes do serviço de eletricidade e 23 913 clientes do serviço de água, o que representa,

em termos globais, um acréscimo de 3,39% e contava com 424 trabalhadores, 39 prestadores de serviço e 4 estagiários.

Ao nível da gestão dos recursos humanos, o recrutamento e a situação contratual caracterizaram-se no ano em análise, e face ao ano anterior, por uma elevada taxa de decréscimo de 9%, com menos 42 trabalhadores face ao exercício transato, motivado pelo abandono do posto de trabalho e licenças sem vencimento refletindo o êxodo da mão-de-obra para o estrangeiro.

1.3 - Perspetivas para 2026

A EMAE, perspetiva para 2026, excelentes progressos no setor de abastecimento de água com a entrada em funcionamento do sistema de Santana e Água-Izé, o Projeto de Sistemas de Abastecimento de Água da cidade capital de São Tomé e arredores, a requalificação dos sistemas de Prado e Cangá, estabelecimento de uma segunda conduta no troço Bobô Forro – Madalena, bem como a construção da rede de abastecimento para o futuro Hospital de referência em Ferreira Governo.

No setor elétrico, de sublinhar o desenvolvimento do projeto de reabilitação da rede de baixa tensão em 56 zonas no âmbito do PRSE, financiado pelo Banco Europeu de Investimento; a construção da linha de transporte entre Água Casada e Guadalupe; extensão da linha de transmissão em média tensão na Zona Sul entre S. João dos Angolares e Porto Alegre, e eletrificação rural de geografias abrangidas, bem como instalação massiva de contadores inteligentes.

Também no âmbito de projetos estruturantes em desenvolvimento, de realçar o projeto ACRE (Projeto de Acesso a Energia Limpa e Sustentável), financiado pelo Banco Mundial, com o objetivo de aumentar o acesso a energia sustentável e limpa em São Tomé e Príncipe, e será composto por quatro componentes complementares: (i) expansão do acesso à eletricidade a partir da rede e fora da rede;

(ii) aumento da produção de energia solar fotovoltaica através da implantação de infraestruturas comuns; (iii) melhoria da governação e reforço das capacidades institucionais; e (iv) resposta contingente de emergência.

Porém, à semelhança do fracassado PRSE que perdurara uma década sem resultados concretos e consumiu todos os recursos em consultorias que não foram implementadas, as perspetivas e o desenvolvimento do programa inscrito no documento do projeto não se mostram alinhados com o objetivo do projeto que consiste no reforço e expansão da rede elétrica, aumento da produção de energia solar fotovoltaica, financiar investimento em infraestruturas comuns, pagamento de taxas de ligação para ajudar os clientes, reduzir o custo médio de produção, redução da tarifa e emissões de gases de efeito de estufa reduzidas, enquanto o enfoque priorizado na implementação do projeto foi direcionado para o envolvimento privado na operação e manutenção de centrais e infraestruturas da EMAE já existentes e no envolvimento privado na comercialização e gestão comercial, faturação e cobrança nas instalações e equipamentos funcionais da EMAE, sem salvaguardas de medidas de compensação e de desenvolvimento da soberania energética.

Por último, enfatizar o projeto ETISP (*Energy Transition and Institutional Support Programme*), financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento, tendo como principais componentes: (i) transição e eficiência energética, que inclui construção de 2-4 MW PV e BESS no Príncipe e Luminárias solares de Iluminação pública; (ii) Expansão do acesso e estabilização da rede, com foco na modernização do Centro de Despacho; e (iii) Capacitação Institucional e gestão do projeto.

Impulsionar a transição energética, através de incentivos de PPP de investimentos estrangeiros em energias renováveis, limpas e de baixo custo; e promover a eficiência energética, um dos pilares da política energética sustentável.

Na vertente comercial, inovar mecanismos de monitoramento e análise constante, adotando processos e procedimentos de trabalho atuantes e produzir e disseminar informações atualizadas e

credíveis no momento oportuno para avaliação do impacto potencial da nova estratificação tarifária de eletricidade e, eventualmente, propor medidas corretivas apropriadas, e ainda avaliar os impactos de uma eventual atualização das tarifas de água, face aos pesados investimentos em infraestruturas no setor e recuperar parcialmente as perdas de água não faturada na ordem de 50%.

1.4 - Agradecimentos

Cumprido o dever de apresentação dos aspetos mais relevantes da vida da Empresa e dos resultados por ela obtidos em 2025, tendo presentes os desafios e objetivos definidos – a sustentabilidade técnica, económica e financeira da EMAE e desenvolvimento sustentável dos Setores da Energia Elétrica e de Abastecimento de Água Potável em São Tomé e Príncipe – importa realçar as dimensões de interação e de interdependência da EMAE com o meio em que interage, na medida em que os resultados obtidos são a expressão dessas dimensões.

Ao Governo, prestar, muito justamente, o meu testemunho da proficiência do acompanhamento atento e empenhado dos Ministros de Tutela e, em particular, do envolvimento pessoal de Sua Excelência o Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, na vida e evolução da empresa e no desenvolvimento dos setores de água e da energia elétrica em São Tomé e Príncipe.

Aos Clientes da empresa e aos consumidores de água e eletricidade, quero reafirmar o empenho no bem servir, a responsabilidade que decorre do facto de contarem com a presença da EMAE nas suas vidas e na satisfação das suas necessidades e o nosso reconhecimento pela confiança que nos dispensam.

Aos Fornecedores e Prestadores de Serviços quero realçar a importância de responderem aos desafios que a EMAE lhes coloca, facto que os faz credores do nosso agradecimento.

Às Instituições Bancárias quero dirigir uma mensagem de grande apreço pela forma como têm correspondido aos esforços feitos, apesar de inúmeras insuficiências decorrentes do contexto da economia, para se manter e garantir a estabilidade da situação financeira e de tesouraria da EMAE.

Aos Parceiros de Cooperação e de Desenvolvimento, quero afirmar a nossa vontade de colaboração atenta e pronta, com vista à melhoria contínua da empresa, dos serviços por ela prestados nos setores de água e da energia elétrica em São Tomé e Príncipe.

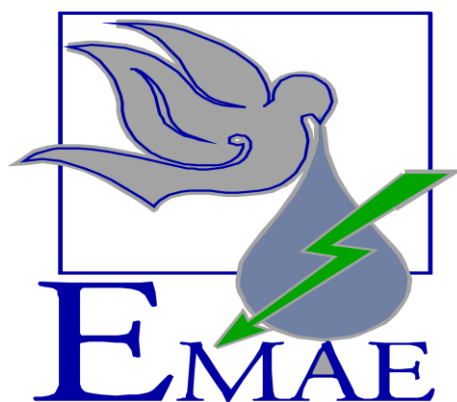
Ao SEMAE (Sindicato dos Trabalhadores da EMAE) que além de parceiro substantivo neste projeto de dimensão nacional, quero que seja um grande mentor em matéria do meio socio-laboral da empresa e um interlocutor com exemplar dedicação e compreensão nos momentos mais difíceis.

Aos Trabalhadores da EMAE quero expressar o nosso reconhecimento pelo empenho, dedicação e capacidades postos ao serviço da missão e dos objetivos da empresa e o nosso orgulho na equipa que constituímos.

São Tomé, 04 de abril de 2026

O Diretor Geral

Posik Izidoro do Espírito Santo



2 – ÓRGÃOS SOCIAIS

E

ESTRUTURA DA EMPRESA

2. Órgãos Sociais e Estrutura da Empresa

2. - Órgãos Sociais e Estrutura da Empresa

EMAE – Empresa de Água e Eletricidade

Empresa de Capitais Públicos detida a 100% pelo Estado Santomense

Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe

Acionista Único

Superintendência

O organismo da Administração Central do Estado responsável pelo setor de água e energia, em articulação com o Ministério responsável pela área das Finanças exercem, em relação à EMAE os poderes de Superintendência preceituados no Artigo 24.º dos Estatutos da Empresa, conjugado com o Artigo n.º 32 do Decreto-Lei n.º 22/2011, que aprova o Regime Jurídico das Empresas Públicas e do Setor Empresarial Público.

2.1 - Órgãos Sociais

Nos termos do Decreto n.º 40/2008, de 31 de outubro, estatutariamente, são órgãos sociais da EMAE:

- a) O Diretor-Geral
- b) O Fiscal Único

Todavia, o Decreto-Lei n.º 22/2011, de 29 de março, que aprova o Regime Jurídico das Empresas Públicas, estabelece no seu Artigo 22.º que a estrutura orgânica das Empresas Públicas integra os seguintes órgãos:

- a) Conselho de Administração não executivo,
- b) Direção Geral;
- c) Conselho de Direção;
- d) Conselho Fiscal.

Entretanto, o Decreto-Lei n.º 8/2013, através do seu Artigo 1.º suspendeu as disposições do n.º 3 do Artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, considerando que, inexistem condições objetivas que permitam nomear os membros do Conselho de Administração não executivo nas Empresas Públicas e à data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a EMAE funcionava sem o Conselho de Administração não executivo e com os seus Estatutos inalterados.

O Conselho Fiscal, constituído por três membros, foi nomeado por Despacho do Ministro responsável pela área das Finanças com o n.º 51/2023, datado de 01 de junho de 2023.

2.1.1 - Diretor-Geral

Dr. Raúl António da Costa Cravid, nomeado por Resolução emanada pelo Venerando Conselho de Ministros do XVIII Governo Constitucional na sua sessão de 21 de setembro de 2024.

A Direção-Geral da EMAE é o órgão executivo da Empresa, constituído por um Diretor-Geral investido de mais amplos poderes para agir em todas as circunstâncias e em nome e no interesse desta.

O Diretor-Geral é coadjuvado pelo Conselho de Direção que é constituído pelo Diretor-Geral e pelos Diretores das diferentes unidades da estrutura orgânica da Empresa.

O Diretor-Geral é nomeado ou destituído pelo Governo em Conselho de Ministros e sob proposta do Ministro da Tutela.

O mandato do Diretor-Geral é de três anos renováveis, sem prejuízo dos atos de exoneração e da continuação de funções até a efetiva substituição.

2.1.2 - Conselho de Direção

Os Diretores das diferentes áreas funcionais da Empresa são membros do Conselho de Direção e têm funções de coadjuvação do Diretor-Geral.

O mandato dos Diretores coincidirá com o mandato do Diretor-Geral, sem prejuízo dos atos de exoneração e da continuação de funções até à efetiva substituição.

Por Deliberação do Conselho de Ministros n.º 21/2025 do XIX Governo Constitucional na sua 11.ª sessão de 24 de abril de 2025, foram nomeados ou reconduzidos para exercerem interinamente os cargos de Direção na Empresa de Água e Eletricidade - EMAE, os seguintes Diretores:

- Posik Izidoro do Espírito Santo
Diretor Financeiro
- Afonsina Maria do Espírito Santo Henriques
Diretor Comercial
- Clério Guimarães de Boa Esperança
Diretor de Eletricidade
- Nilton de Carvalho de Assunção Lima
Diretor de Água

2.1.3 - Conselho Fiscal

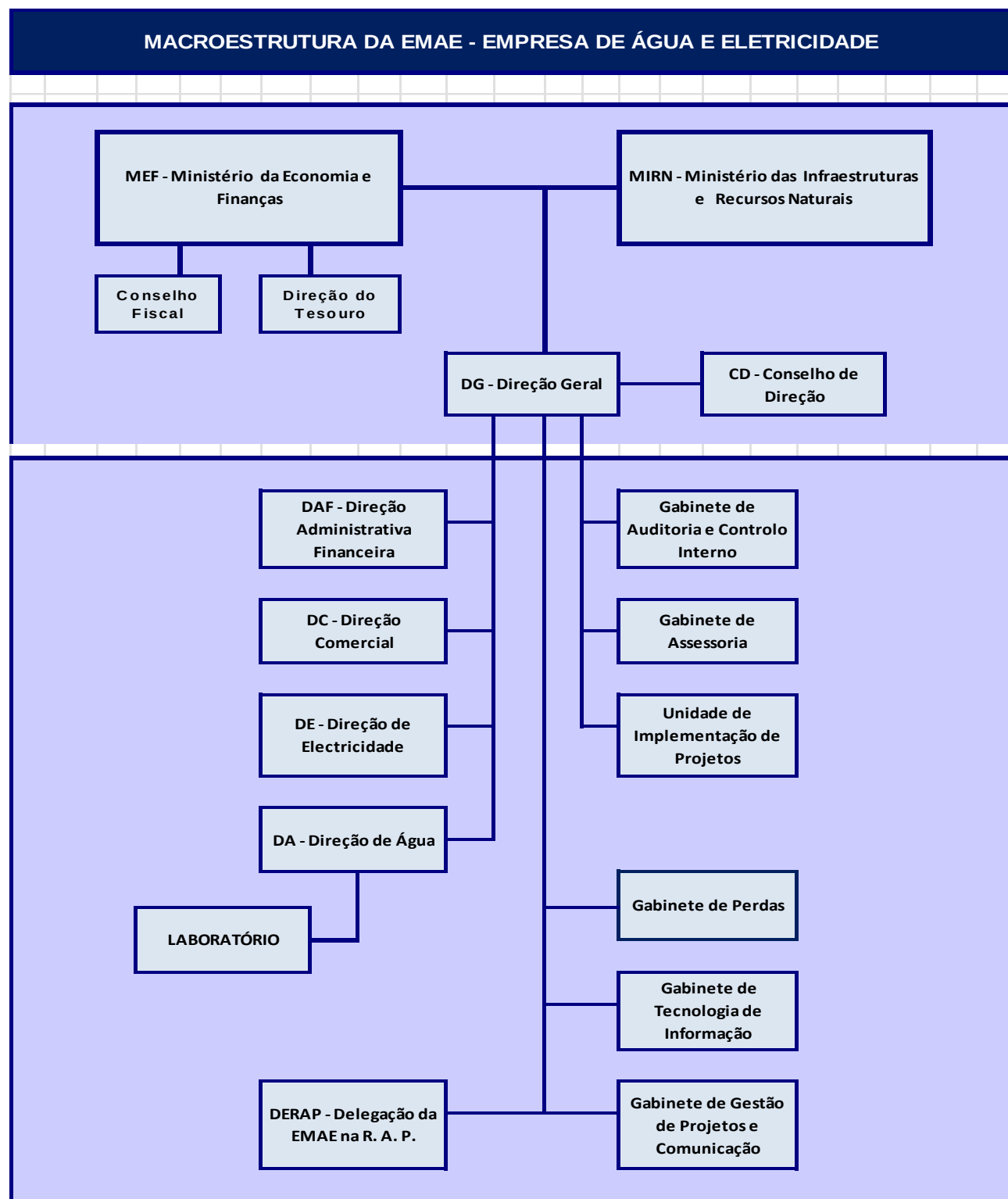
Nos termos do disposto no Artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, o Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização da Empresa, tendo como função principal apreciar as contas e verificar a coerência jurídico-financeira entre o plano de atividades, o orçamento e a sua execução.

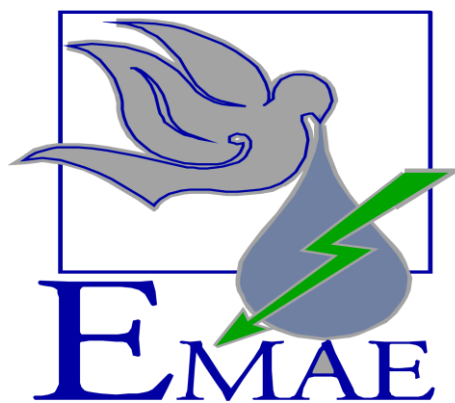
O número dois do mesmo Artigo dispõe que o Conselho Fiscal é composto por três elementos e que os membros do Conselho Fiscal são nomeados e exonerados por despacho do Ministro responsável pela área das Finanças, por um mandato único de cinco anos.

Em 31 de dezembro de 2025, o Conselho Fiscal da EMAE tinha a seguinte composição:

- Senhor Albertino Amélia da Cruz, Presidente;
- Senhor Egrinaldino de Carvalho Viegas de Ceita, Primeiro Vogal;
- Senhor Kinito Andrade dos Ramos Viana, Segundo Vogal.

2.2. Organograma





3 – PRINCIPAIS INDICADORES

3. PRINCIPAIS INDICADORES

3.1. Evolução dos Indicadores Relevantes

Indicadores	Unidade	2025	2024	2023
De Exploração				
Produção				
Eletricidade	MWh	110 057	112 365	103 711
Produção da própria EMAE	MWh	85 683	60 764	102 922
Compra de Eletricidade TESLA	MWh	24 374	51 601	789
Água	m3	16 840 684	17 304 874	17 441 027
Vendas				
Eletricidade	MWh	81 668	81 155	77 445
Água	m3	9 101 086	9 607 592	9 240 450
Receitas				
Eletricidade	Db\$	366 568 661	340 926 930	333 283 034
Água	Db\$	48 974 980	52 137 453	50 359 472
Margem bruta	Db\$	-352 377 110	-621 861 414	-511 693 450
Resultados de exploração	Db\$	-585 520 365	-860 241 852	-744 060 298
Resultados antes dos Impostos	Db\$	-501 210 896	-773 324 104	-657 359 233
Resultados líquidos	Db\$	-501 210 896	-773 324 104	-657 359 233
Pessoal				
Número de Trabalhadores	U	424	471	484
Investimento				
Capital Investido	Db\$	88 433 371	605 417 923	103 648 724
Fundos Próprios	Db\$	54 153 432	9 980 570	23 303 153
Outros Fundos	Db\$	34 279 939	595 437 353	80 345 571
Balanço				
Ativo Líquido	Db\$	2 347 553 215	2 446 064 007	2 205 405 930
Capital Próprio	Db\$	-5 110 848 093	-5 118 381 193	-4 083 489 344
Capital Social	Db\$	104 580 338	104 580 338	104 580 338
Subsídio ao Investimento	Db\$	1 642 707 375	1 665 026 786	1 536 254 407
Passivo	Db\$	5 815 693 932	5 899 418 414	4 752 640 866
Rácios				
Autonomia Financeira	%	-2,18	-2,09	-1,85
Solvabilidade	%	-0,88	-0,87	-0,86
Endividamento	%	2,48	2,41	2,15
Liquidez Geral	%	0,10	0,11	0,12
Liquidez Corrente	%	0,0007	0,0006	0,0074
Rentabilidade dos Capitais Próprios	%	0,10	0,19	0,18
Rentabilidade das Vendas	%	-1,20	-1,90	-1,71
Prazo Médio de Pagamentos	Meses	63,41	53,37	60,71
Prazo Médio de Recebimentos	Meses	12,40	16,40	11,88
Outros Indicadores				
Eficiência Técnica	%	79,6	80,0	79,5
Eficiência Comercial	%	128,4	73,1	99,2
Eficiência Combinada	%	102,2	58,5	78,9

3.2. Principais Elementos Estatísticos

	Unidades	31/dez/25	31/dez/24	31/dez/23
PRODUÇÃO				
ELECTRICIDADE	MWh	85 683	60 764	103 533
Centrais Hidroeléctricas	MWh	4 240	4 110	4 648
Centrais Solares		1 343	611	611
Centrais Termoeléctricas	MWh	80 100	56 043	98 274
CONSUMOS E PERDAS NAS CENTRAIS	MWh	7 436	7 613	6 962
COMPRAS DE ELECTRICIDADE	MWh	24 374,0	51 601,0	789,0
PERDAS NO TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO	MWh	20 953,0	19 915,0	19 915,0
Á G U A	M3	17 304 874	17 304 874	17 441 027
Capitação Nascentes	M3	10 749 004	11 098 383	11 192 063
Capitação Superfícies	M3	6 091 680	6 206 491	6 248 964
CONSUMOS E PERDAS	M3	7 739 598	7 697 282	8 200 577
V E N D A S				
VENDAS DE ENERGIA ELÉCTRICA	MWh	81 668,0	81 155,0	77 127,0
A Consumidores directos : BT	MWh	81 668,0	81 155,0	77 127,0
VENDAS DE ÁGUA	M3	9 101 086	9 607 592	9 240 450
RECEITAS DA VENDA DE ELECTRICIDADE	Db\$	373 761 642	340 922 568	333 283 034
RECEITAS DA VENDA DE ÁGUA	Db\$	49 120 798	52 137 453	50 359 472
COMBUSTÍVEIS PRODUÇÃO TÉRMICA	Db\$	579 887 723	796 669 288	817 828 262
INVESTIMENTO TOTAL	Db\$			
INVESTIMENTO AFECTO À ELECTRICIDADE	Db\$	82 990 429	85 616 062	7 614 838
INVESTIMENTO AFECTO À ÁGUA	Db\$	7 588 713	348 998 140	72 960 121
POTÊNCIA DISPONÍVEL NAS CENTRAIS	MW	14,4	33,0	39,0
Centrais Hidroeléctricas	MW	1,40	1,50	1,50
Centrais Solares	MW	1,20	0,54	0,00
Centrais Termoeléctricas	MW	11,84	18,00	18,00
POT. MÁXIMA REFERIDA À PRODUÇÃO	MW	15,00	15,50	19,00
INSTALAÇÕES EM SERVIÇO				
Redes de Transporte & Distribuição				
Subestações - Potência de transformação	MVA	40,50	40,50	40,50
Comprimento da linha MT a 30 KV	Km	285	285	258
Cabos subterrâneos MT a 6 KV	Km	50	50	50
Postos de Transformação	Unidades	243	243	243
Postos de transformação - Pot. Instalada	MVA	53,0	53,0	53,0
Comprimento das linhas BT	Km	500	500	450
Contadores Electricidade	Unidades	49 413	50 018	48 836
Contadores Água	Unidades	7 962	7 160	7 208
NÚMERO DE CONSUMIDORES		83 472	80 527	63 715
Em Alta tensão/Média tensão	Unidades	54	54	15
Em Baixa tensão	Unidades	59 505	57 839	56 192
Em Água	Unidades	23 913	22 634	22 098
EFFECTIVOS DE PESSOAL	Unidades	424	471	484

3.3. Caraterização da EMAE

A EMAE- Empresa de Água e Eletricidade é uma entidade pública, dotada de autonomia administrativa e financeira sob tutela do Organismo da Administração Central do Estado responsável pelo sector de água e eletricidade. Criada juridicamente ao abrigo da alínea a) do Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 34/79 de 21 de junho de 1979, foi formalmente constituída em 31 de dezembro de 1991 através da publicação dos seus Estatutos pelo Decreto n.º 59/91, de 19 de novembro.

Importa sobrelevar que é necessário que a EMAE deixe de ser confundida com o Setor da Eletricidade e de Água. A política setorial, os programas de investimento e de financiamento, a nomeação dos Órgãos Sociais da Empresa (Diretor Geral, Diretores e Conselho Fiscal), a fixação de tarifas, são matérias da competência exclusiva do Governo. Mesmo em matéria de gestão financeira e comercial corrente tudo carece de autorização prévia do governo.

A EMAE tem por objeto principal a gestão e exploração dos sistemas públicos de captação e distribuição de água, e produção, transporte e distribuição de energia elétrica para consumo público, conforme o disposto no Decreto n.º 40/2008, de 1 de dezembro que aprovou os novos estatutos e definiu o novo quadro jurídico da empresa.

A EMAE é uma das principais empresas públicas no país e responsável pelo fornecimento da energia elétrica e pelo abastecimento de água potável. Desenvolve as suas atividades com especificidades técnicas, operacionais e de manutenção em todo o espaço nacional a partir de mais de três dezenas de infraestruturas de base constituídas por sistemas de abastecimento de água potável com 125 Km de rede de adução, 340 Km da rede de distribuição e mais de 20.850 ramais cadastrados que perfazem mais de 550 Km, e por centrais térmicas, hídrica e solar, postos de corte com barramento em cada distrito, 243 centros de transformação, cerca de 50 Km de cabos subterrâneos e de 600 Km de linhas aéreas em média tensão a 30 KV e em baixa tensão apoiadas em cerca de 6 000 postes, além de centros de comando e controlo, e labora 24 horas por dia, 365 dias por ano, enquadramento que não

se compara nem se pode comparar com outras empresas públicas que operam num perímetro limitado, com clientes externos e tarifas internacionais, e laboram em horários especiais.

A EMAE rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 22/2011 que aprova o Regime Jurídico das Empresas Públicas, pelo Decreto-Lei n.º 23/2011 que aprova o Estatuto dos Gestores Públicos e pelos próprios Estatutos nos termos do Decreto n.º 40/2008 e está sujeita ao controlo financeiro exercido pela Inspeção-Geral de Finanças, nos termos legais, sem prejuízo das competências atribuídas por Lei ao Tribunal de Contas.

A EMAE está investida de Poderes e Prerrogativas de Autoridade de que goza o Estado, obedecendo os limites legalmente definidos, designadamente quanto a expropriação por utilidade pública, utilização, proteção e gestão das infraestruturas afetas ao serviço público, licenciamento e concessão, nos termos da legislação aplicável à utilização do domínio público, da ocupação ou do exercício de qualquer atividade nos terrenos, edificações e outras infraestruturas que lhe esteja afeta.

A Tutela sobre Empresa de Água e Eletricidade - EMAE é exercida pelo Governo, através dos Poderes de Superintendência, do Organismo da Administração Central do Estado responsável pelo setor de água e energia, em articulação com o Ministro responsável pela área das finanças.

O estatuto do pessoal da Empresa de Água e Eletricidade - EMAE está sujeito ao regime de contrato individual de trabalho, Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 6/2019 de 11 de abril, salvo o disposto em legislação especial.

O património da EMAE é considerado uma universalidade pública e é constituído, essencialmente, por centros de captação, condutas de adução, estações de tratamento, reservatórios de armazenamento e redes de distribuição de água, e por centrais térmicas, hidroelétricas e solares fotovoltaicas, por linhas aéreas e subterrâneas, subestações, postos de transformação e de seccionamento e centros de comando e controlo, que fazem parte das redes de média tensão (MT) e de baixa tensão (BT).

Este património abrange instalações, terrenos, edifícios, equipamentos, incluindo mobiliário e equipamento de escritório e de informática, viaturas e materiais afetos às atividades técnicas, operacionais, comerciais e de apoio.

A EMAE desenvolve a sua atividade em todo o espaço nacional, abrangendo seis distritos em São Tomé mais a Região Autónoma do Príncipe. Presta o serviço público de abastecimento de água potável e fornecimento de energia elétrica a um pouco mais de 83 472 clientes, sendo 59 559 clientes do serviço de eletricidade e 23 913 clientes do serviço de abastecimento de água potável e conta com 467 colaboradores, dos quais 39 prestadores de serviço e 4 estagiários.

As áreas de atuação apresentam características muito diferenciadas de concentração demográfica e desenvolvimento industrial, variando a densidade populacional, nos vários distritos, entre mais de 8 000 e menos de 81 000 habitantes, podendo a captação de energia elétrica atingir, em ano médio, mais de 110 GWh e a extração de água superior a 16 milhões de metros cúbicos.

Em 31 de dezembro de 2025 a potência total disponível no sector elétrico nacional era de apenas 15MW, para uma potência total instalada de 29 MW, que compreendia uma central hidroelétrica, duas centrais solares fotovoltaicas e quatro centrais termoelétricas interligadas, para além da central da Região Autónoma do Príncipe e pequenos sistemas descentralizados de Porto Alegre, Malanza, Ponta Baleia, Ribeira Peixe, Soledade, Monte Mário e Dona Augusta.

O sistema produtor da própria EMAE compreendia a central hidroelétrica de Contador (1 400 KW), e as centrais termoelétricas de Santo Amaro 1 (3 200KW), Santo Amaro 2 (3 400KW), Santo Amaro 3 (1.200KW) e Bobô Forro 2 (1 200KW), e Região Autónoma do Príncipe (2 260KW), mais as pequenas centrais descentralizadas, e duas centrais solares PV-Norte (540 KWp) e PV-Sul (1.200 KWp), perfazendo uma potência disponível de 14,6 MW contra uma potência instalada de 29 MW.

A produção própria da EMAE em 2025 foi de 85 683MWh e representou apenas 77,9%, contra 60,8GWh verificada em 2024. A compra de eletricidade de produtor independente TESLA, no âmbito do “Contrato PPP” foi de 24 374 MWh e representou uma contribuição de 22,1%

Desde 21 de agosto de 2025 que São Tomé e Príncipe tem enfrentado uma crise energética, após a saída unilateral, enquanto decorriam negociações, da empresa de investidores turcos Tesla-STP, que assegurava a estabilidade energética ao arquipélago, na base de um acordo assinado com o XVIII Governo Constitucional, mas foi considerado lesivo pelo novo executivo.

Em 2025, a energia entrada nas redes de transporte e distribuição, designada produção líquida, atingiu 102 621 MWh contra 104 752 MWh em 2024 e o volume total de eletricidade faturada foi de apenas 891 668 MWh, pelo que se conclui que existiu um volume de perdas técnicas e não-técnicas de eletricidade correspondente a cerca de 20,4%.

O sistema de rede de Média Tensão (MT) a 30 KV tem uma extensão confirmada de mais de 250 Km lineares e é composto por linhas aéreas apoiadas por mais de 1.300 Postes e de cabos subterrâneos com uma extensão estimada superior a 50 Km em São Tomé. Na Região Autónoma do Príncipe o sistema de rede de Média Tensão a 6 KV tem uma extensão de 25 Km lineares, apoiadas por mais de 300 Postes.

O sistema da rede de Baixa Tensão (BT) tem uma extensão estimada de mais de 300 Km, apoiadas em cerca de 4.000 Postes em São Tomé. Na Região Autónoma do Príncipe, o sistema de Baixa Tensão tem uma extensão estimada de cerca de 25 Km lineares.

O sistema de transformação engloba 2 Subestações com uma potência de 30,7 MVA, seis (6) Postos de Corte e Seccionamento e 243 Postos de Transformação, com uma potência de transformação instalada de 53 MVA. Os parques nas Centrais estão equipados com 14 Transformadores de 52 MVA de potência de transformação.

Para prestação do serviço de abastecimento de água potável aos seus 23 913 clientes, a EMAE está estruturada em 15 Sistemas em São Tomé e 1 Sistema na Região Autónoma do Príncipe, sendo que 8 Sistemas têm fontes nas águas de nascentes artesianas, com 13 Captações, enquanto os restantes 7

Sistemas têm suas fontes em pequenos rios (águas de superfície), com 7 captações. O Sistema de Rio do Ouro representa o único que dispõe de duas fontes distintas (águas de superfície e águas de nascente). As captações encontram-se a cotas elevadas que permitem a captação, armazenagem e distribuição a cotas inferiores por um processo integralmente gravítico e sem qualquer consumo de energia, sendo por isso sistemas eficazes e económicos.

Os sistemas de captação em nascentes artesianas têm como fontes a Água Amoreira I, II e IV em Diogo Simão, Água Clara I, II e Água Agrião na Madalena, e as nascentes de Vage Sum Pinho em Belém na Trindade, de Monte Macaco e de Changra situado na roça Prado.

Os sistemas de captação na superfície têm como fontes os caudais de São Nicolau I e II, Cangá/Obôlongo (Rio Manuel Jorge), e dos Rios Contador em Neves, S. João, em Angolares, Alto Douro na Ribeira Afonso e Santana (Rio Abade) em São Tomé e Rio Papagaio no Príncipe, respetivamente.

Os Sistemas de Tratamento de potabilidade da água estão estruturados em sete (7) Estações de Tratamento (ETA), nomeadamente Nova Moca, Angolares, Rio do Ouro, Cangá/Obolongo, Ribeira Afonso e Santana em São Tomé e Porto Real no Príncipe, e em dez (10) Postos de Cloração edificados em Diogo Simão (2), Madalena (2), Monte Macaco, Vadge Sun Pinho, Blublú, Prado, Mateus Angolares e Milagrosa em São Tomé.

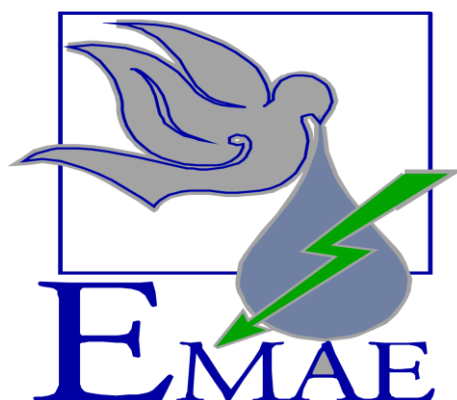
Para além das Análises Físico-químicas e Bacteriológicas das águas, o processo de Tratamento de Águas engloba Elementos de Decantação, Filtração e Doseamento de Cloro para desinfecção.

Com Análises Físico-químicas e Bacteriológicas das águas e acompanhamento técnico das instalações, a EMAE garante a obtenção dos melhores resultados no controlo da qualidade das águas fornecidas aos seus clientes e consumidores.

A Distribuição encontra-se territorialmente organizada a partir de trinta e sete (39) Centros de Reservatórios de dimensões e capacidades variadas entre 45 e 3.000 m³, em função do potencial dos caudais e da densidade populacional das respetivas redes, com uma capacidade total de armazenamento de cerca de 12.500 m³.

Em 2025 a EMAE emitiu, através das suas captações, 16 840 684 m³ de água às redes de abastecimento. A grande maioria da água aduzida, 10 749 004 m³, o que representa 63,8% das águas emitidas às redes, provém das captações nas águas de nascentes artesianas, restando apenas 36,2% de água captada nas águas de superfície com 6 091 680 m³ de água aduzida pelos sistemas de abastecimento. Com a entrada em funcionamento do sistema de Santana no final do ano de 2025 e a eventual recuperação do sistema de Neves, esta tendência será mais equilibrada a partir de 2026.

O volume total de água faturada foi de apenas 9 101 086 m³, pelo que se conclui que existiu um volume de perdas de água não faturada correspondente a cerca de 46% da água aduzida às redes, o que corresponde a 7 739 598 m³ de água perdida e não faturada no ano 2025. Estas perdas de água não faturadas são motivadas, essencialmente, por três fatores: (i) rede de adução e de distribuição obsoletas, (ii) ausência de contadores de medida, e (ii) falta de manutenção preventiva por imperativos de falta de equipamentos técnicos padronizados e de recursos financeiros, fatores que limitam as intervenções da EMAE em operações de manutenção corretiva ou curativa.



4 – ENQUADRAMENTO LEGAL E REGULAMENTAR

4. Enquadramento Legal e Regulamentar

4. – Enquadramento Legal e Regulamentar

O Governo iniciou o processo de liberalização do mercado nacional de eletricidade, através da abertura do subsector de produção de energia elétrica ao sector privado, o que poderá vir a facilitar a entrada de múltiplos Produtores Independentes.

Num mundo que se tornou multipolar e numa altura em que todos dizem que o ciclo do petróleo bem como a Agenda de Transformação para o horizonte 2040 e os objetivos do desenvolvimento sustentável potenciarão oportunidades de negócios em São Tomé e Príncipe, chegou a altura do Estado-acionista refletir o futuro da EMAE e dos Setores de Água e da Energia Elétrica, e numa perspetiva holística do setor elétrico e de transição energética para fontes renováveis e limpas, acompanhada de medidas de eficiência energética.

Os problemas e estrangulamentos de natureza estrutural da EMAE, por força de inexistência de estratégia nacional de curto, médio e longo prazo para os setores de Água e de Eletricidade, designadamente, a falta de investimentos em energias renováveis, o adiamento na implementação do Plano de Desenvolvimento do Setor da Energia Elétrica ao Menor Custo financiado pelo Banco Mundial e formalmente aprovado pelo Governo, a ausência de legislação, de regulação e de regulamentação apropriadas, a carência de financiamentos para investimentos, ausência total de medidas de eficiência energética, têm frustrado os intentos da EMAE em melhorar a qualidade dos serviços prestados e explorar a captação de clientes industriais como a Agripalma, etc.

4.1 - Legislação com influência no setor

Lei n.º 7/90 - Constituição Política da R.D.S.T.P.

Decreto n.º 40/2008 de 31 de outubro que aprova os novos Estatutos da EMAE

Decreto-Lei n.º 22/2011, Regime Jurídico das Empresas Públicas

Decreto-Lei n.º 23/2011, Estatuto dos Gestores Públicos

Lei n.º 1/2013 – Lei-Quadro da Dívida Pública

Decreto-Lei n.º 26/2014 – Regime Jurídico da Organização do Setor Elétrico Nacional

Decreto-Lei n.º 15/2016 – Código de Benefícios e Incentivos Fiscais

Decreto-Lei n.º 19/2016 – Código de Investimento

Instrução n.º 001/2012, Tribunal de Contas

Decreto n.º 21/2011, Regulamento Combate Fraude e Furto de Energia Elétrica

Lei n.º 16/2008 de 26 de dezembro – Código do IRC

Lei n.º 17/2008 de 26 de dezembro – Código do IRS

Lei n.º 8/2009 – Regulamento de Licitações e Contratações Públicas (RLCP)

Decreto-Lei n.º 16/2016, Alteração do Código do IRS

Lei n.º 25/2014, Regulamentação da Proteção Social Obrigatória

Lei n.º 06/2018 – Lei sobre as Parcerias Público-Privadas

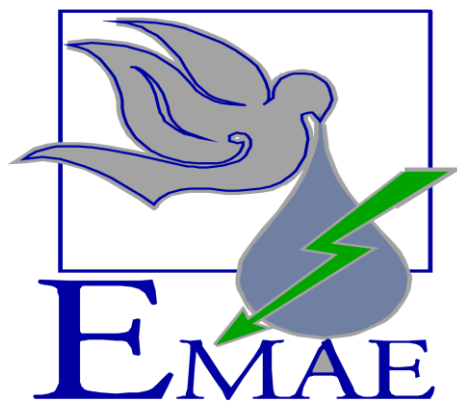
Lei n.º 07/2018 – Lei-Quadro dos Recursos Hídricos

Lei n.º 13/2019 – Código do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)

Decreto-Lei n.º 14/2019 – Regime Jurídico de e-factura

Decreto-Lei n.º 04/2023 – Aditamento de Contas, Subcontas e Desdobramentos a Plano OCAM

Resolução nº 44/2024 – Revisão das Tarifas de Eletricidade, D.R. n.º 05, I Série, 16 de janeiro



5 – ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

5. Enquadramento Macroeconómico

5. Enquadramento Macroeconómico

5.1. Panorama Internacional

5.1.1 - Sumário

O balanço da economia mundial em 2025 aponta para um crescimento moderado, mas resiliente, estimado entre 2,6% e 3,3%, impulsionado por investimentos em Inteligência Artificial e recuperação comercial, mas enfrentando riscos como tensões geopolíticas, protecionismo e desafios fiscais, com projeções indicando desaceleração gradual após 2025 e a inflação em queda, levando a cortes nas taxas de juros pelos bancos centrais.

Ao mesmo tempo que prometem novas oportunidades, as mudanças tecnológicas e a revolução da inteligência artificial estão gerando ajustes significativos. Os desastres naturais e o aumento da frequência de condições climáticas extremas continuam a gerar custos macroeconómicos elevados para muitos países.

As tensões comerciais e as tarifas a elas associadas estão agravando a perspectiva de crescimento baixo e dívida alta, e as previsões de crescimento para cinco anos continuam a ser as mais baixas das últimas décadas.

A inflação global está caindo, mas a um ritmo mais lento e menos sincronizado do que antes. Isso está levando a uma maior divergência entre as políticas dos bancos centrais, o que gera efeitos indiretos sobre os preços dos ativos e as taxas de câmbio.

A conjuntura externa atual tem sido especialmente dura para os países de baixa renda. Após mostrarem resiliência para atravessar uma série de choques, como a pandemia de covid-19 e as repercussões da guerra da Rússia na Ucrânia, esses países estão a implementar reformas difíceis e muito necessárias para restabelecer a estabilidade macroeconómica. Contudo, nas condições atuais, correm o risco de não conseguirem manter-se no rumo da convergência de renda e da redução da pobreza.

Diante desse cenário, o principal desafio económico enfrentado é o crescimento, ou melhor, a falta dele. Alcançar um crescimento mais forte exigirá que os países redobrem os esforços internos para fortalecer a estabilidade económica e financeira e melhorar o potencial de crescimento. Num contexto de maior incerteza global, o trabalho começa em casa.

5.1.2 - Panorama global

A economia global nos últimos 12 meses tem se caracterizado por mudanças. Estão em curso enormes transformações, como a digitalização, a inteligência artificial e as transições demográficas. Além disso, grandes mudanças de política económica estão a dar novos contornos ao comércio e os fluxos de capital no mundo.

Embora a economia global tenha sido resiliente diante de sucessivos choques nos últimos anos, as perspectivas continuam mornas, com uma previsão de crescimento global para daqui a cinco anos de cerca de 3%, bem abaixo da média de 3,7% registada na fase de expansão no período posterior à guerra. Continuamos a enfrentar um panorama de crescimento baixo e dívida alta.

Nesse contexto, os países têm desafios consideráveis, entre os quais a necessidade de preservar a estabilidade macroeconómica e financeira, assegurar a sustentabilidade da dívida, atacar os desequilíbrios excessivos entre os países e melhorar as perspectivas de crescimento.

O caminho para alcançar essas metas exige políticas urgentes e substanciais. Tudo começa em casa, e os países podem fazer muito para pôr a própria casa em ordem. Podem aumentar a produtividade e fortalecer o crescimento interno; restabelecer as reservas fiscais para abrir espaço para investimentos extremamente necessários e se preparar contra choques futuros; e reforçar a estabilidade financeira e aumentar a resiliência.

Olhando para além das próprias fronteiras, os países devem buscar soluções cooperativas para os desafios económicos em comum. O estado de mudança aumenta o desafio de formular boas políticas, mas os desafios sempre abrem oportunidades. Devemos aproveitar este momento. Se escolhermos as políticas certas, um mundo mais equilibrado, mais sustentável e mais próspero estará ao nosso alcance.

A economia global está num momento decisivo. Apesar da considerável resiliência da economia mundial nos últimos cinco anos, as tensões comerciais aumentaram vertiginosamente, e a incerteza em torno das políticas económicas cresceu. Diante desse cenário, alcançar um crescimento sustentado tornou-se mais desafiador.

Os fluxos de comércio e de capitais estão sendo reconfigurados, e as políticas estão sofrendo mudanças significativas nas principais economias. As condições financeiras estão mais restritivas, os mercados tornaram-se mais voláteis, e reservas foram esgotadas por causa dos choques dos últimos anos.

As autoridades precisam lidar rapidamente com três prioridades. Primeiro têm de resolver as tensões comerciais e lidar com os desequilíbrios subjacentes. A igualdade de condições com base em regras é impreterível, de modo a evitar políticas distorcivas destinadas a ganhar uma vantagem competitiva e medidas que impeçam o fluxo do comércio.

A segunda prioridade é atuar em conjunto para proteger a estabilidade económica e financeira. A melhor forma de os países conseguirem isso é pôr a própria casa em ordem por meio de planos de ajuste confiáveis e realistas. Isso exigirá uma consolidação fiscal de médio prazo e quadros para reduzir a dívida e restabelecer as reservas fiscais. Reformas fiscais direcionadas também serão necessárias, por meio da redefinição das prioridades de gastos nas economias avançadas e da mobilização de receitas nas economias de mercados emergentes e em desenvolvimento, ou uma combinação de ambas, dependendo das circunstâncias específicas de cada país.

Em paralelo, as autoridades talvez precisem implementar um apoio oportuno, específico e temporário para atenuar o impacto das reformas e proteger os mais vulneráveis. A conjuntura atual também exige políticas ágeis para mitigar os choques, com os bancos centrais se mantendo bastante atentos para que a inflação seja baixa e estável.

A busca pelo crescimento também exigirá cooperação internacional, sobretudo para resolver os desequilíbrios globais. O equilíbrio interno entre poupança e investimento é fundamental e pode pender muito para um lado ou para outro. Ele pode impulsionar os saldos das contas correntes externas e, por extensão, os fluxos de capitais. O reequilíbrio pode aumentar a estabilidade não apenas internamente, mas também externamente e em todo o mundo. Todos os países podem aplicar políticas para buscar um melhor equilíbrio interno e externo, apoiando a resiliência e o bem-estar coletivo.

A terceira prioridade é redobrar o ritmo das reformas voltadas para o crescimento no intuito de aumentar a produtividade e o produto potencial. É essencial que os países priorizem as políticas internas e as reformas estruturais nos mercados financeiros, de trabalho e de produtos, sem abandonar o rigor regulatório.

Para isso, têm de estimular a inovação, investir em infraestrutura e simplificar os ambientes regulatórios. Políticas que promovam o empreendedorismo e a concorrência serão essenciais para

impulsionar a produtividade e a geração de empregos, enquanto o combate à corrupção será fundamental para igualar as condições e evitar políticas distorcidas.

Além disso, o progresso tecnológico, com destaque para o relacionado à digitalização e à inteligência artificial, pode elevar ainda mais a produtividade e o crescimento potencial.

Embora o crescimento global enfrente obstáculos significativos, o futuro não está predeterminado. Por meio de políticas conscientes e bem calibradas, os países podem aproveitar as forças transformadoras e atenuar os riscos.

5.1.2.1 - Estados Unidos – O PIB dos EUA aumentou de 2,1% em 2025, impulsionado por investimentos robustos em equipamentos e inteligência artificial. A projeção para 2026 sobe para 2,2% com expectativa de reabertura do governo federal e manutenção de incentivos tributários aprovados no último ano. A economia americana deve desacelerar para 1,9% em 2027 sob impacto de barreiras comerciais, incertezas políticas e dissipação de estímulos fiscais.

O principal motor da economia americana continua sendo o consumo. Mesmo com o aumento do custo de vida, juros elevados e preocupações com emprego e tarifas comerciais, os consumidores mantiveram um ritmo sólido de gastos ao longo do segundo semestre de 2025. O mercado de trabalho e o acesso ao crédito continuam oferecendo suporte ao consumo.

Apesar de crescimento forte, o cenário não é isento de riscos. A inflação permanece acima da meta, e o custo de vida continua a ser uma das principais preocupações das famílias americanas. Esse fator mantém a política monetária no centro das atenções.

O Banco Mundial aponta que a atividade foi afetada pelo *shutdown* do governo federal no fim do ano passado e por uma estagnação bruta do mercado de trabalho no segundo e terceiro trimestre de 2025, num contexto de mão de obra mais restrita, inclusive pela menor imigração.

A expectativa do mercado é que a autoridade monetária mantenha uma postura cautelosa, equilibrando o combate à inflação com o risco de desacelerar excessivamente a economia. O ritmo dos juros continuará a ser decisivo para os próximos trimestres.

O conjunto de dados indicam que a economia dos Estados Unidos entrou em 2026 com mais força do que muitos analistas previam. O crescimento robusto no fim de 2025, aliado à resiliência do consumo e do sistema financeiro reduz o risco de uma desaceleração abrupta.

Ainda assim, o cenário permanece sensível a mudanças na política monetária, no ambiente político e nas condições globais. O desempenho dos próximos meses será crucial para determinar se o crescimento atual é sustentável ou apenas um pico pontual dentro de um ciclo mais volátil.

5.1.2.2 - China – A economia da China, a segunda maior do mundo, cresceu 5% em 2025, impulsionada pela forte subida das exportações, apesar do aumento das taxas alfandegárias imposto pelos Estados Unidos. O crescimento abrandou, porém, para uma taxa de 4,5% no último trimestre do ano, foi o crescimento trimestral mais lento desde final de 2022, durante a pandemia da covid-19.

Os líderes chineses têm tentado estimular o crescimento mais rápido após a crise no setor imobiliário e os impactos económicos provocados pela pandemia.

As exportações ajudaram a compensar o fraco consumo interno e o baixo investimento empresarial, contribuindo para um excedente comercial recorde de 1,2 biliões de dólares (mais de 1 bilião de euros). A grande questão é durante quanto tempo este motor de crescimento poderá continuar a ser o principal impulsionador.

As exportações chinesas para os EUA caíram depois de ter começado a aumentar as tarifas. No entanto, essa queda foi compensada pelas vendas para o resto do mundo. A subida acentuada das

importações chinesas tem levado alguns governos a agir para proteger as indústrias locais, nalguns casos através do aumento das tarifas sobre as importações.

Se mais economias começarem também a subir tarifas sobre a China, como fez o México e como a União Europeia ameaçou fazer, acabará por se sentir uma pressão mais forte. Os líderes chineses têm repetidamente destacado o reforço da procura interna como prioridade política, mas os efeitos têm sido até agora limitados, apesar de programas de incentivos adotados pelas autoridades como subsídios oferecidos para a troca de eletrodomésticos e a troca de automóveis antigos por modelos mais eficientes em termos energéticos.

A estabilização, não necessariamente a recuperação, do mercado imobiliário interno é fundamental para restaurar a confiança pública e, conseqüentemente, o crescimento do consumo das famílias e do investimento privado.

O investimento em inteligência artificial e noutras tecnologias avançadas continua a ser uma prioridade para o governo chinês, numa tentativa de aumentar a autossuficiência e rivalizar com os Estados Unidos. Muitos cidadãos comuns e pequenas empresas enfrentam tempos difíceis e uma incerteza preocupante quanto ao emprego e aos rendimentos.

Segundo dados do governo, a economia chinesa cresceu a uma taxa anual de 5% em 2024 e de 5,2% em 2023. As metas oficiais de crescimento têm vindo a diminuir ao longo dos últimos anos, de 6% a 6,5% em 2019, para cerca de 5% em 2025.

Prevê-se uma expansão anual mais lenta para 2026, com um crescimento da economia de cerca de 4,5%.

5.1.2.3 - Zona Euro – A economia da Zona do Euro termina 2025 resiliente e riscos persistem. A inflação desacelerou para 2% em dezembro, o ano foi tranquilo em termos de preços para o bloco monetário, mesmo com dúvidas persistentes sobre o impacto tardio das tarifas americanas, dos estímulos alemães e das tensões geopolíticas.

A Zona do Euro resistiu a turbulências inesperadas decorrentes de tensões comerciais, do desaparecimento de mercados de exportação e do *dumping* chinês no ano passado, enquanto o consumo interno ganhou impulso e as taxas de juros mais baixas ofereceram certo alívio.

Mas é improvável que essa resiliência dê lugar a um *boom*, especialmente porque pontos estruturais continuam a travar o crescimento e os governos não demonstram interesse em compromissos políticos necessários para uma integração mais profunda.

Ainda assim, o controlo da inflação é uma vitória clara para um bloco de 350 milhões de pessoas, já que o crescimento dos preços caiu para 2% no fim do ano passado, em conformidade com as expectativas, e provavelmente se manterá próximo desse nível nos próximos anos.

Um indicador mais importante sobre os preços subjacentes, que exclui os custos voláteis de alimentos e energia, também recuou de 2,4% para 2,3%, devido a uma leve desaceleração na inflação de serviços e bens industriais.

Os números confirmam a narrativa central dos economistas de que a Zona do Euro está entrando em 2026 numa posição sólida, mesmo diante de uma incerteza excecional.

Outra questão é o estímulo fiscal alemão. O governo está aumentando os gastos com defesa e infraestruturas, e os economistas esperam um impulso no crescimento, mas o início desse aumento de gastos é lento e pode levar tempo até que se reflita nos números. Por enquanto, a maior economia da

Zona do Euro continua a evitar recessão e o mercado de trabalho encontra-se na pior situação em anos.

O Deutsche Bank prevê um impulso fiscal equivalente a 1,4% do PIB este ano, provocando crescimento em toda a Europa. Os benefícios indiretos para o resto da Zona do Euro dependem da composição dos gastos fiscais alemães, do grau de capacidade ociosa ou de ação na Alemanha e da confiança económica fora da Alemanha.

A energia mais barata também é um fator positivo, pois reduz custos e melhora os termos de troca do bloco, dada a enorme dependência da Europa das importações de combustíveis fósseis.

5.1.2.4 - África – A economia africana em 2025 projeta crescimento robusto, de 3,9% para o continente, superior ao crescimento do PIB da América Latina e das Caraíbas (2,0%), mas abaixo da Ásia em desenvolvimento (4,4%), consolidando-se como a segunda região de crescimento mais rápido, impulsionada por reformas internas e diversificação, mas enfrenta desafios como incerteza global, custos de financiamento elevados e a necessidade de investir em infraestruturas e capital humano para aproveitar o dividendo demográfico, com foco na implementação da Zona de Comércio Livre Africana (AfCFTA) para impulsionar o comércio regional.

Quase metade dos países africanos deve ter crescimento acima de 5% em 2025, com 12 das 20 economias de crescimento mais rápido no mundo.

O investimento em infraestruturas de qualidade pode impulsionar ainda mais o crescimento económico, a integração regional e o emprego. As redes de infraestruturas integradas podem aumentar a produtividade das empresas e ligar as redes comerciais, contribuindo para a realização da visão da Agenda 2063 da União Africana de “África com Infraestruturas cruzadas de classe mundial”. As infraestruturas são também uma condição prévia para a transformação produtiva, a reafecção do capital e do trabalho para os segmentos mais produtivos de uma economia.

O reduzido espaço orçamental e o crescente peso da dívida soberana restringem a despesa dos governos africanos em infraestruturas e os países africanos com baixas pontuações no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD enfrentam as condições mais difíceis. O aumento significativo do custo do serviço da dívida pode ser parcialmente atribuído às elevadas taxas de juros aplicadas à dívida soberana. Os principais investidores em infraestruturas em África, como o Banco Mundial, a China, o BAD e os credores bilaterais, aplicam taxas de juro muito diferentes aos diferentes países, consequentemente, a despesa pública com o pagamento de juros ultrapassa a despesa com infraestruturas em 15 países, enquanto o investimento privado em infraestruturas continua a ser limitado, em parte devido à perceção dos riscos e às condições macroeconómicas, que aumentam o custo de capital.

O crescimento económico está a acelerar em África, mas a incerteza turva as perspetivas. O crescimento económico na África Subsariana está a mostrar alguma resiliência, apesar da incerteza na economia global e do limitado espaço fiscal. Prevê-se que o crescimento na região atinja 3,9% em 2025 e acelere ainda mais para 4,3% em 2026-2027. Este crescimento deve-se principalmente ao aumento do consumo privado e aos investimentos, à medida que a inflação abranda e as moedas estabilizam. A taxa de inflação média na região diminuiu.

No entanto, o crescimento ainda não é suficientemente forte para reduzir significativamente a pobreza e satisfazer as aspirações das populações. Prevê-se que o rendimento real per capita em 2025 seja cerca de 2% inferior ao seu pico mais recente em 2015. Os países ricos em recursos minerais e os que enfrentam fragilidades, conflitos e violência estão a crescer mais lentamente do que as economias mais diversificadas, e a região está a lutar para criar empregos de qualidade em número suficiente para a sua população jovem.

Existe um fosso cada vez maior entre as aspirações das pessoas a terem bons empregos e serviços públicos funcionais e os mercados e instituições muitas vezes insuficientes. Reformas urgentes,

apoiadas por uma maior concorrência, transparência e responsabilização, serão fundamentais para atrair investimentos privados, aumentar as receitas públicas e criar mais oportunidades económicas para milhões de africanos que entram no mercado de trabalho todos os anos.

A África Subsariana enfrenta um maior nível de incerteza devido a alterações na dinâmica comercial, a conflitos regionais e às alterações climáticas que afetam as pessoas e as colheitas. Embora os impactos diretos e indiretos de mudanças nas políticas se materializem e evoluam ao longo do tempo, as economias africanas têm a opção de liberalizar e diversificar os seus mercados, incluindo a utilização da Zona de Comércio Livre do Continente Africano (AfCTFA) para impulsionar o comércio regional, expandir a atividade económica e criar empregos para os jovens.

Confrontados com um elevado endividamento e uma diminuição da ajuda global, os países podem aproveitar a oportunidade para aumentar a eficiência das despesas públicas, a fim de proporcionar um melhor acesso a serviços essenciais como a saúde, a educação, a água e a eletricidade. Isso reforçaria a relação entre os governos e os contribuintes.

A melhoria dos serviços públicos, um sistema fiscal justo, uma maior responsabilização e regras de mercado claras também ajudarão as empresas a competir, a crescer e a criar emprego.

5.1.3 - Perspetivas globais para 2026

Reformas transformacionais para elevar a produtividade e impulsionar o crescimento são imperativas: menos burocracia, maior concorrência, mais empreendedorismo, um sistema tributário mais simples e coerente, estruturas digitais melhores, níveis mais altos de participação na economia e mercados de capitais mais profundos.

São necessários esforços em matéria de política económica para restaurar a sustentabilidade fiscal e acumular reservas suficientes para administrar futuros choques, que podem vir a ser consideráveis e

recorrentes. Isso pode ser feito gradualmente, mas convém começar já, de modo a guardar espaço para os gastos prioritários. Quanto mais os países adiarem, mais forte talvez será o ajuste.

Ao mesmo tempo que trabalham nas reformas internas, os países devem também colaborar na cooperação externa para promover um ambiente comercial estável e previsível, facilitar a reestruturação da dívida e enfrentar desafios comuns a todos. A intensificação das tensões comerciais poderia reduzir ainda mais o crescimento de curto e longo prazo, e a rápida mudança de orientação das políticas monetárias ou a deterioração do sentimento poderia desencadear quedas nos preços dos ativos, agravando os riscos para a estabilidade financeira.

5.2. Panorama Nacional

Depois de dois anos consecutivos de crescimento nulo do Produto Interno Bruto, em 2023 e 2024, finalmente a economia de São Tomé e Príncipe saiu do zero em 2025 e deu sinal de crescimento. Segundo o balanço económico do ano 2025 feito pelo governador do Banco Central, a economia cresceu 2,1%, com o impulso dado pela exportação do cacau e do turismo.

Beneficiando de fatores conjunturais favoráveis as exportações do cacau atingiram os níveis mais elevados das últimas duas décadas. O setor do turismo com amplo potencial de expansão já apresenta uma trajetória de crescimento sustentável.

O êxodo da mão de obra, sobretudo jovem para o estrangeiro, apresenta-se como uma faca de dois gumes. Os dados divulgados pelo Banco Central indicam que as remessas dos emigrantes registaram um aumento, contribuindo para o reforço do mercado cambial e para uma maior estabilidade financeira. Infelizmente as reservas cambiais continuam baixas e suportam a importação de tudo que o país precisa.

As remessas dos emigrantes aumentaram significativamente e passaram a desempenhar um papel relevante no apoio ao consumo interno. Para o Banco Central este fenómeno exige atenção particular, no sentido de assegurar que estes fluxos sejam canalizados por vias formais seguras e transparentes.

Apesar dos sinais positivos, a inflação mantém-se elevada, em torno dos 12%. O governador garantiu que o Banco Central vai avançar com medidas para travar a subida dos preços, e acredita num crescimento mais robusto em 2026.

Fortemente dependente da ajuda financeira internacional, a economia são-tomense continua vulnerável a choques externos.

5.2.1 - Perspetivas para 2026

Estima-se um crescimento do PIB real de cerca de 3,9% em 2026 e 2027 contrastando com a média dos últimos anos. Porém essas projeções permanecem sujeitas aos riscos relevantes, nomeadamente choques geopolíticos com impacto nos preços globais, limitações estruturais em termos de energia e das infraestruturas, riscos climáticos crescentes, riscos fiscais, num contexto de rigor orçamental e de ciclo eleitoral.

A crescente nomeação de São Tomé e Príncipe como reserva da biosfera constitui um ativo estratégico que se devidamente aproveitado poderá funcionar como catalisador de um turismo mais sustentável e de maior valor acrescentado.

São Tomé e Príncipe enfrenta uma demografia desfavorável, choques no abastecimento de eletricidade e atrasos na transição energética, a inflação deverá diminuir a um ritmo mais lento e prevê-se um défice adicional na balança de pagamentos.

Para o governador do Banco Central São Tomé e Príncipe dispõe de instituições, de parceiros e de recursos humanos capazes de construir um caminho de estabilidade, resiliência e desenvolvimento sustentável.

Os desafios estruturais de São Tomé e Príncipe, entre os quais o FMI identifica o afastamento, pequena dimensão, exposição a riscos climáticos, instituições frágeis, exportações limitadas e perdas de mão de obra devido à emigração, impedem um crescimento inclusivo, rico em empregos e sustentável.

Apesar destes desafios, o prolongamento por um ano do programa em São Tomé e Príncipe aprovado pelo FMI, garantindo mais 6,1 milhões de dólares, combinado com um caminho mais gradual e menos concentrado no início para o ajustamento orçamental, conjugado com a subvenção de 22 milhões de dólares aprovado pelo BAD para impulsionar a economia azul e pescas, e os três novos acordos de financiamento num total de 18 milhões de dólares para o Nexo Água-Energia-Segurança Alimentar, as perspectivas a médio prazo continuam a ser amplamente positivas, desde que as reformas do setor energético sejam implementadas de forma firme e apoiadas por um envolvimento sustentado dos doadores para avançar com a transição energética.

No que toca a EMAE, perspectivam-se para 2026, excelentes progressos em infraestruturas no setor de abastecimento de água com o desenvolvimento do Projeto de reabilitação e extensão dos sistemas de abastecimento de água potável da cidade de São Tomé e arredores, e expectativas de financiamento do BADA E para o sistema de Trindade.

No setor da Energia Elétrica, perspectivam-se melhorar o circuito e mecanismo de gestão do projeto ACRE (Projeto de Acesso a Energia Limpa e Sustentável), financiado pelo Banco Mundial, para acelerar a sua implementação, para prevenir a fraca execução do projeto PRSE (Projeto de Recuperação do Setor Elétrico), sem realizações concretas após o seu décimo aniversário; impulsionar a transição energética através de desenvolvimento de Parcerias Público-Privadas em energias renováveis, limpas e de baixo custo; e promover medidas de eficiência energética, um dos pilares da política energética

sustentável, carecendo de regulamentação e definição de metas, e de um plano nacional de promoção da eficiência no consumo da energia elétrica.

A concretização destes objetivos nacionais não apenas diminuirá os riscos para as contas públicas, mas também reforçará a posição externa, ao reduzir as importações de petróleo e apoiará o crescimento ao melhorar o fornecimento de eletricidade. Contribuirá também para a acumulação de reservas externas e a remoção de restrições cambiais no médio prazo.



6 – ATIVIDADES DA EMPRESA

6. ATIVIDADES DA EMPRESA

6.1. Segmentos de Atividade

6.1.1. – Setor de Eletricidade

A nível mundial, é reconhecida a importância do papel dos setores de Água e de Eletricidade como elementos dinamizadores e determinantes para o progresso económico no cenário global. O crescimento das economias tem-se apresentado em função da contribuição de energias renováveis bem como o nível da eficiência energética que se assumem indissociáveis do suporte ao desenvolvimento sustentado.

Na sequência da conjuntura económica fortemente influenciada pelo preço do petróleo, tarifas unilaterais impostas pelos Estados Unidos e pelas guerras assistiu-se a uma pronunciada volatilidade dos preços das matérias-primas e ajustamentos das estruturas tarifárias dos bens e serviços, e foram presenciadas fortes alterações na estruturação das Empresas e dos mercados, com a finalidade de intensificar a eficiência na exploração das potencialidades oferecidas pela globalização.

Os efeitos negativos da crise energética mundial, das guerras na Rússia, Ucrânia, Irão, Israel, Palestina e Iémen, associados às sanções e ao fenómeno das alterações climáticas, condicionando fortemente os investimentos estrangeiros, as transferências de tecnologias, as tecnologias de informação e de comunicação, o atual ambiente de forte incerteza, decorrente do cenário de instabilidade que assola o mundo, conduziram as Empresas e países de mercados em situação de maturidade, a apostarem em processos de fusão e ou de parcerias estratégicas para induzir e estimular quer a geração de consumos, quer as plataformas francas de ligação regional.

São Tomé e Príncipe que pela sua insularidade e descontinuidade geográfica, o sector energético sobressai pela importância estratégica que potencia, nomeadamente no suporte ao desenvolvimento, no acréscimo dos fluxos de investimentos estrangeiros diretos, no apoio à estruturação e localização

das atividades económicas, no equilíbrio de desenvolvimento geográfico e regional e captação de divisas, as crises da EMAE se perpetuam e os recursos disponíveis centram-se num problema de cada vez e sempre como soluções improvisadas, onerosas e ineficazes.

As políticas de desenvolvimento e expansão do setor não são programadas a tempo e as ameaças de rotura no fornecimento de eletricidade são ignoradas até ser demasiado tarde. A participação do setor privado na componente produção, e o barateamento dos sistemas autónomos de produção de eletricidade dos agentes económicos conduzem inevitavelmente à fragilização da Empresa Pública de Água e Eletricidade.

O visível aumento da procura e de consumo dos operadores económicos e pelos clientes domésticos que já se sabia com relativa antecedência, nunca foi precedida de uma política governamental para o setor em jeito de antecipação da capacidade de resposta da EMAE, com uma oferta esgotada.

Mesmo perante as perspectivas de crescimento anunciado em infraestruturas turísticas, aeroportuárias, portuárias, industriais, agrícolas, administrativas, residenciais e outras, a atitude restritiva das autoridades governamentais se tem revelado em flagrante contradição com os estrangulamentos estruturais do setor energético nacional.

Atingido em diversas frentes tendo por corolário o sistema produtor a base do gasóleo, tarifas administrativas desfasadas, infraestruturas de redes obsoletas, a EMAE concluiu o exercício de 2025 com perdas operacionais muito significativas, contribuindo para acentuar o seu enfraquecimento.

Foram precisas duas décadas de hibernação das tarifas para ser introduzida uma nova estratificação restritiva das tarifas de eletricidade, porém sem atualização das tarifas de água completamente desfasada, face aos pesados investimentos em infraestruturas no setor, e permitir ao mesmo tempo recuperar parcialmente o volume de água potável não faturada na ordem de 46%.

Salientam-se os aspetos mais relevantes na caracterização do desempenho operacional da EMAE no exercício económico de 2025:

A quantidade de eletricidade produzida no conjunto do sistema apresenta a seguinte decomposição por centros eletroprodutores.

6.1.1.1. Centros Produtores

No final de 2025 a EMAE explorava uma central hidroelétrica (Contador), quatro centrais termoelétricas (Santo Amaro 1, Santo Amaro 2, Santo Amaro 3 e Bobô-Forro) e duas centrais solares (PV-Norte de 540 KWp e PV-Sul de 1 200 KWp); seis pequenas centrais descentralizadas em Porto Alegre, Soledade, Monte Mário, Ribeira Peixe, Yô Grande, Dona Augusta e Ponta Baleia respetivamente, bem como a central térmica da Região Autónoma do Príncipe. Para além destas, existia a central termoelétrica São Tomé de produção independente, ao abrigo de parceria público-privada com a TESLA STP que entrou em funcionamento em dezembro de 2023 e suspendeu abrupta e unilateralmente a sua produção e operação em 21 de agosto de 2025.

A potência total instalada da própria EMAE na rede interligada em São Tomé era de 29 MW, correspondendo 1,9 MW aos aproveitamentos hidroelétricos e os restantes 25,4 MW às centrais termoelétricas a base de gasóleo, complementada de 1,7 MW solar fotovoltaica.

No conjunto das centrais do sistema produtor interligado, a potência com disponibilidade garantida era de apenas 11,6 MW, representando cerca de 46,7% da potência total instalada da EMAE na rede interligada em São Tomé, com uma produção de 77 082MWh. Acrescem-se a produção na Região Autónoma do Príncipe com 6 776 MWh (6,2%) e centrais isoladas com 1 825 MWh e uma representatividade de 1,7%.

Caraterísticas das centrais, nível de potência instalada e garantida, com potência indicada em KW e a produção expressa em MWh na tabela nº 1 seguinte:

Tabela nº 1 - Caraterísticas das Centrais da EMAE								
Tipo	Centrais	Grupos Geradores	no de entrada em serviço	Potência Instalada (KW)	Potência Disponível (KW)	Diferença PI / PD (KW)	Percent. (%)	Energia Produzida (MWh)
HÍDRICA	CONTADOR	Pelton 1	1967	960	700	260	73%	2 296
		Pelton 2	1967	960	700	260	73%	1 944
	Subtotal Hidroelétrica			1 920	1 400	520	73%	4 240
SOLAR	PV-NORTE	Solar	2022	540	367	173	68%	586
	PV-SUL	Solar	2025	1 200	816	384	68%	757
	Subtotal Solar			1 740	1 183	557	68,0%	1 343
TÉRMICOELÉTRICAS	STO. AMARO 1	HIMSEN	2010	6 804	3 200	3 604	47,03%	26 255
	Subtotal Santo Amaro 1			6 804	3 200	3 604	47,0%	26 255
	STO. AMARO 2	ABC	2016	6 000	3 400	2 600	56,67%	30 895
	Subtotal Santo Amaro 2			6 000	3 400	2 600	56,7%	30 895
	STO. AMARO 3	CATERPILLAR	2020	5 400	1 200	4 200	22,22%	5 958
	Subtotal Santo Amaro 3			5 400	1 200	4 200	22,2%	5 958
	BOBÔ-FORRO 2	Deutz 1	2001	1 450	600	850	41,38%	5 490
		Deutz 2	2001	1 450	600	850	41,38%	2 901
	Subtotal Bobô-Forro 2			2 900	1 200	1 700	41,4%	8 391
	Subtotal Térmica interligada S. Tomé			21 104	9 000	12 104	42,6%	71 499
	Total interligada S. Tomé			24 764	11 583	13 181	46,77%	77 082
ISOLAD	Centrais Isoladas	Diversos	Diversos	810	580	230	72,00%	1 825
	Subtotal Isoladas			810	580,0		30,0%	1 825
	TOTAL EM S. TOMÉ			25 574	12 163	13 411	47,6%	78 907
PRÍNCIPE		Caterpillar 4	2014	720	500	220	69%	1 219
		Caterpillar 5	2019	720	560	160	78%	1 772
		Mitsubish 1	2024	1 000	600	400	60%	2 385
		Mitsubish 2	2024	1 000	600	400	60%	1 400
	Subtotal Térmica Príncipe			3 440	2 260	1 180	66%	6 776
	TOTAL GERAL EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE			29 014	14 423	14 591	50%	85 683

6.1.1.2 - Produção e Compra Mensal de Eletricidade em MWh

Na totalidade, a produção da EMAE de 85 683 MWh, cresceu de 41% em relação ao ano anterior com mais 24 187MWh e representou 77,9% da produção nacional ao longo do ano de 2025, sendo os restantes 24 374 MWh de produção independente do setor privado ao abrigo de parceria público-privada com a TESLA STP, Lda. com uma representatividade de apenas 22,1 pontos percentuais.

Verifica-se que a grande maioria da eletricidade produzida e comprada pela EMAE provém de origem termoelétrica, (94,9%), restando apenas 3,9% da eletricidade de origem hidroelétrica e 1,2% de origem solar fotovoltaica.

6.1.1.2.1 – Produção da própria EMAE

O volume de eletricidade expresso na tabela n.º 2, representa a energia bruta produzida.

Tabela n.º 2 -ENERGIA PRODUÇÃO EMAE EM MWh										
MÊS	CENTRAIS									
	CHC	PVN	PVS	SA1	SA2	SA3	BF	ISOL	RAP	TOTAL
JAN	329	51	0	2 199	2 505	93	218	157	596	6 148
FEV	360	50	0	2 339	2 380	175	223	140	498	6 165
MAR	356	51	0	2 199	2 822	173	242	156	572	6 571
ABR	457	51	0	2 036	2 822	280	232	149	526	6 553
MAI	323	51	19	1 801	2 975	89	310	156	565	6 289
JUN	224	36	79	1 750	2 690	187	372	155	531	6 024
JUL	225	52	115	1 630	2 279	220	1 336	153	550	6 560
AGO	240	50	111	1 562	2 296	638	1 454	155	566	7 072
SET	242	53	117	2 866	2 180	1 285	1 294	149	564	8 750
OUT	473	46	102	2 319	2 263	1 278	840	153	599	8 073
NOV	503	50	111	2 789	2 183	932	740	149	589	8 046
DEZ	508	46	103	2 765	3 500	608	1 130	153	620	9 433
TOTAL	4 240	586	757	26 255	30 895	5 958	8 391	1 825	6 776	85 683

6.1.1.2.2 – Compra da Eletricidade de Produtor Independente

O volume de eletricidade expresso na tabela n.º 3, representa a produção bruta de eletricidade, os consumos e a produção líquida de eletricidade que, por oposição a produção bruta, corresponde a quantidade total da eletricidade produzida menos a energia consumida pelas unidades de produção. Segundo a Agência Internacional da Energia, a diferença entre a produção bruta e a produção líquida é geralmente calculada a 7% para as centrais térmicas convencionais, 1% para as centrais hidroelétricas e 6% para as centrais nucleares, geotérmicas e solares. A energia global consumida pelas unidades de produção, encontram-se refletidas nas tabelas n.º 5 e 8 respetivamente.

Tabela n.º 3 - Compra da Eletricidade da TESLA em MWh			
MÊS	Produção Bruta	Consumos e Perdas	Produção Líquida
JANEIRO	3 415	239	3 176
FEVEREIRO	2 916	204	2 712
MARÇO	3 310	232	3 078
ABRIL	3 078	215	2 863
MAIO	3 241	227	3 014
JUNHO	3 137	220	2 917
JULHO	3 607	252	3 355
AGOSTO	1 670	117	1 553
SETEMBRO	0	0	0
OUTUBRO	0	0	0
NOVEMBRO	0	0	0
DEZEMBRO	0	0	0
TOTAL	24 374	1 706	22 668

Desde 21 de agosto de 2025 São Tomé e Príncipe tem enfrentado uma crise energética, após a saída unilateral, enquanto decorriam negociações, da empresa de investidores turcos Tesla-STP, que assegurava a estabilidade energética ao arquipélago, na base de um acordo assinado com o XVIII Governo Constitucional, mas foi considerado lesivo pelo novo executivo.

6.1.1.3 – Contrato PPP com TESLA STP Unipessoal, Lda.

No âmbito de execução do “Contrato PPP” celebrado entre o Governo de São Tomé e Príncipe, a EMAE enquanto “Comprador” e a Tesla STP Unipessoal, Lda. relativo a compra e venda de eletricidade, surgiram divergências de interpretação entre EMAE e Tesla no que respeita a quantidade e valor de energia efetivamente entregue e a quantidade e valor de energia faturada pela Tesla.

6.1.1.3.1 - Fornecimento de Combustível e Aquisição de Energia

Nos termos da cláusula 10.2 do Contrato PPP (pág. 42) o Fornecedor acorda e obriga-se a instalar a Central Fase Um com uma capacidade instalada de até 10MWe, e os parceiros acordam e assumem a obrigação de que a eletricidade produzida pelas Instalações será adquirida pelo Comprador, ou seja, a obrigação da Tesla de instalar até 10MWe, e não de produzir esta quantidade de energia e a obrigação do Estado de adquirir a eletricidade produzida e não a capacidade instalada.

Conforme o disposto na Cláusula 17.1.1. (pág. 57), o contrato PPP define a Fatura Mensal como o Preço de Aquisição (EUR/KWh) x Produção Efetivamente Entregue (KWh), isto é, pela fórmula 0,0725€/KWh de eletricidade fornecido aos Pontos de Entrega pela Central Fase Um (pág. 17). Entretanto a tarifa de 0,0725€/KWh foi atualizada para 0,0744€/KWh a partir de janeiro de 2025.

Segundo a Tesla, a má qualidade de combustível tem causado muitas avarias aos geradores, imputando à EMAE o período de paragem ou inoperância dos equipamentos, facto que EMAE refuta porque tais avarias decorrem do regime intensivo de produção a que estão sujeitos e consequente necessidade de manutenção corrente dos geradores, e a Tesla tem conhecimento prévio da qualidade do combustível comercializado no país.

6.1.1.3.2 - Sistema de Faturação TESLA

A TESLA fatura a EMAE na base da potência instalada em função de geradores disponíveis (v.g. 10MW, 8MW ou 6MW) em vez da energia efetivamente produzida e entregue, violando *ipso facto*, todas as definições prescritas nos clausulados do contrato PPP, quando é sabido de todos que,

tecnicamente, nenhum gerador produz o máximo da sua capacidade nominal, não sendo possível uma potência instalada de 10, 8 ou 6MW produzir os tais 10, 8 ou 6MWh de eletricidade durante 24 horas, sobretudo equipamentos de alta rotação (1 500 *rpm*) como os geradores *CUMMINS* instalados na central TESLA.

A energia pode ser expressa em diversas formas, como cinética, potencial, química, entre outras. Ela é uma grandeza abstrata, relacionada com o movimento. Assim existe uma grande discrepância entre MWh faturados e a eletricidade efetivamente entregue pelas Instalações da Tesla.

Desta forma, o montante da dívida acumulada não corresponde à realidade e carece de uma conciliação entre as partes signatárias do contrato, (Governo, EMAE e TESLA) de acordo com os registos de leitura que indicam a quantidade de energia produzida e consequentemente a quantidade de energia adquirida pela EMAE e respetiva correção das faturas.

6.1.1.3.3 - Tabela comparativa entre a quantidade de energia entregue e faturada

Ilustra-se abaixo a tabela que compara a produção efetiva da produção faturada pela Tesla, o resultado da diferença da energia faturada e não fornecida, os valores pagos pela EMAE e o valor real da dívida no montante de apenas **EUR 1.275.133 (um milhão, duzentos e setenta e cinco mil, cento e trinta e três euros)** referido a 31 de dezembro de 2025.

Considerando as quantidades relevadas nas faturas emitidas, a Tesla debitou a EMAE **143 829 096 KWh** no período de dezembro de 2023 a 21 de agosto de 2025 quando a quantidade real de eletricidade fornecida ao Ponto de Entrega foi de apenas **75 612 970 KWh**, registando-se uma sobrefaturação de **68 216 126 KWh**.

Traduzido em valor expresso em euros, a Tesla faturou a EMAE no período acima referenciado, o montante de **€10.532.978** (dez milhões, quinhentos e trinta e dois mil, novecentos e setenta e oito euros), enquanto a quantidade real de eletricidade fornecida deveria corresponder o valor de **€ 5.527.516** (cinco milhões,

quinhentos e vinte e sete, quinhentos e dezasseis euros), refletindo uma sobrefaturação de € 5.005.462 (cinco milhões, cinco mil, quatrocentos e sessenta e dois euros).

Tabela n.º 4 - Tabela comparativa de quantidade de energia entregue e faturada (em Euros)									
M/A	Preço de Venda	Produção Efetiva		Eletricidade Faturada		Diferença		Pagamentos (Euros)	Valor Real em Dívida (€)
		KWh	Valor (€)	KWh	Valor (€)	KWh	Valor (€)		
dez/23	0,0725	382 800	27 753	788 552	57 170	405 752	29 417	0	27 753
Subtotal		382 800	27 753	788 552	57 170	405 752	29 417	0	27 753
jan/24	0,0725	4 352 250	315 538	7 440 000	539 400	3 087 750	223 862	0	343 291
fev/24	0,0725	4 197 910	304 348	6 960 000	504 600	2 762 090	200 252	0	647 640
mar/24	0,0725	5 106 240	370 202	7 437 833	539 243	2 331 593	169 040	57 170	960 672
abr/24	0,0725	5 142 780	372 852	7 189 033	521 205	2 046 253	148 353	182 000	1 151 524
mai/24	0,0725	4 923 810	356 976	7 411 000	537 298	2 487 190	180 321	0	1 508 500
jun/24	0,0725	4 226 870	306 448	7 187 901	521 123	2 961 031	214 675	0	1 814 948
jul/24	0,0725	3 246 570	235 376	7 421 465	538 056	4 174 895	302 680	204 082	1 846 243
ago/24	0,0725	4 029 320	292 126	7 418 403	537 834	3 389 083	245 709	140 000	1 998 368
set/24	0,0725	4 236 330	307 134	7 167 166	519 620	2 930 836	212 486	100 318	2 205 184
out/24	0,0725	5 051 500	366 234	7 397 766	536 338	2 346 266	170 104	0	2 571 418
nov/24	0,0725	3 752 780	272 077	7 140 903	517 715	3 388 123	245 639	88 163	2 755 331
dez/24	0,0725	2 976 390	215 788	7 411 766	537 353	4 435 376	321 565	80 224	2 890 895
Subtotal		51 242 750	3 715 099	87 583 236	6 349 785	36 340 486	2 634 685	851 958	2 863 142
jan/25	0,0744	3 390 970	252 288	7 410 132	551 314	4 019 162	299 026	52 857	3 090 326
fev/25	0,0744	2 895 590	215 432	6 691 733	497 865	3 796 143	282 433	40 816	3 264 941
mar/25	0,0744	3 287 720	244 606	7 421 900	552 189	4 134 180	307 583	1 540 816	1 968 731
abr/25	0,0744	3 078 480	229 039	7 168 578	533 342	4 090 098	304 303	65 306	2 132 464
mai/25	0,0744	3 240 870	241 121	7 403 532	550 823	4 162 662	309 702	81 633	2 291 952
jun/25	0,0744	3 136 880	233 384	7 179 201	534 133	4 042 321	300 749	0	2 525 336
jul/25	0,0744	3 286 910	244 546	7 403 001	550 783	4 116 091	306 237	146 939	2 622 943
ago/25	0,0744	1 670 000	124 248	4 779 231	355 575	3 109 231	231 327	146 939	2 600 253
Subtotal		23 987 420	1 784 664	55 457 308	4 126 024	31 469 888	2 341 360	2 075 306	-290 642
Total		75 612 970	5 527 516	143 829 096	10 532 978	68 216 126	5 005 462	2 927 264	2 600 253
abr/24	PAGAMENTO DE CAUÇÃO							1 325 120	1 275 133
TOTAL PAGAMENTOS INCLUINDO CAUÇÃO								4 252 384	
DÍVIDA IMPUTADA PELA TESLA					7 605 714				
DIFERENÇA TESLA vs EMAE								6 330 582	

Verificou-se que ao longo da execução do contrato PPP, a Tesla considerou um período completo de funcionamento dos cinco geradores instalados, isto é, de 24 horas pelo número de dias, sem qualquer paragem de manutenção, quando a própria Tesla assumiu que os geradores necessitam de paragens para manutenção a cada 250 horas ou dez dias ininterrupto de funcionamento e os seus próprios relatórios diários de disponibilidade operacional confirmam a inoperância ou indisponibilidade de dois geradores durante cerca de um ano.

A título de exemplo, os 21 últimos dias de operação no mês de agosto de 2025, resultou na faturação à EMAE da quantidade de **4 779 231 KWh**, quando deveria faturar a quantidade de **1 670 000 KWh**, resultando numa sobrefaturação de **3 109 231 KWh** com base em 10MW instalados, excedendo de **186,18%** a quantidade da energia efetivamente entregue, quando o relatório do plano de disponibilidade diária da própria Tesla para o dia 19 de agosto refere uma capacidade disponível de apenas **4 000KW**. Por tudo exposto, conclui-se que a Tesla tem faturado ao Estado Santomense, pelo fornecimento de energia, quantidades acima do devido, conforme espelha a tabela comparativa.

6.1.1.3.4 - Juros de Mora

A TESLA baseando-se na cláusula 17.1.3 (Termos Gerais Aplicáveis a todas as Fases) do Contrato PPP, emitiu uma Nota de Débito referente aos juros de mora acumulados desde janeiro de 2024, no total de **€ 370.228,83 (trezentos e setenta mil, duzentos e vinte e oito euros e oitenta três cêntimos)**, alterando os pressupostos financeiros de total insustentabilidade para a EMAE.

6.1.1.3.5 - Aumento de preço de EUR/KWh

Uma vez anunciada a nova estratificação tarifária de eletricidade através da Resolução n.º 44/2024, publicado no Diário da República n.º 67, I SÉRIE, de 12 de dezembro, a TESLA comunicou a EMAE que o atual preço de compra de 0,0725 KWh será ajustado e entrará em vigor o novo Preço de Compra (EUR/KWh) a partir de 1 de janeiro de 2025 de acordo com o Artigo 19 (Ajuste do Preço de Aquisição) do Contrato PPP, “Além de outras eventuais revisões de acordo com os termos do Contrato, o Preço de Aquisição será revisto anualmente, a partir da Data de Assinatura. As referidas revisões basear-se-ão no Índice de Preços no Consumidor do ano anterior, divulgado pelo IHPC-Índice Harmonizado de

Preços no Consumidor, publicado pelo Serviço de Estatística da União Europeia (Eurostat) na terceira semana de janeiro do ano seguinte”.

Assim, o preço inicial de compra de 0.0725 EUR/KWh, passou, de acordo com a inflação do euro, para o novo preço de compra calculado em **0,0744 EUR/KWh**, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025, conforme ref#: TES-GM-250127-L003, emanado pela Tesla.

Paralelamente, o valor da Garantia de Execução será acrescido de **€ 34.400,18 (trinta e quatro mil, quatrocentos euros e dezoito cêntimos)** que o comprador deveria entregar até a primeira semana de fevereiro de 2025.

Importa sobrelevar que, por vicissitudes e incongruências observadas no processo de execução do contrato PPP com a Tesla, a EMAE não reconheceu nos seus livros obrigatórios de contabilidade os supra referidos “Acréscimo ao valor de garantia definitiva”, os “juros de mora”, não se encontram relevados na tabela comparativa, enquanto o montante de **EUR 1.323.125 (um milhão, trezentos e vinte e três mil, cento e vinte e cinco euros)**, referente a transferência bancária efetiva, através do Tesouro Público, em vez de simples prestação da “Garantia Bancária” conforme os termos da cláusula 15. (pág. 52), foi reconhecida em subconta apropriada de “Cauções e depósitos pagos por menos de um ano”.

E para melhor evidenciar tudo o acima exposto, o Relatório Preliminar de Auditoria de Conformidade e Operacional do Contrato Administrativo de Investimento com a Tesla, emanado pelo Tribunal de Contas sob o n.º 02/2025, Processo n.º 1054/2024, vem confirmar os alertas reiteradamente sinalizados pela EMAE sobre o controverso *modus operandi* da Tesla na execução deste contrato PPP.

6.1.1.4 – Produção e Compra Anual de Eletricidade em 2025 expresso em MWh

Em relação ao exercício transato, verificou-se um incremento significativo (41%) na produção própria da EMAE. Este desempenho deveu-se à suspensão *sine die* da operação do produtor independente TESLA STP, Lda.

Tabela n.º 5 - Produção & Compra de Eletricidade por Central					
Centrais	2025 (MWh)	Perc. (%)	2024 (MWh)	Variação 25/24	
				MWh	Perc. (%)
PRODUÇÃO DA PRÓPRIA EMAE					
HIDROELÉTRICAS (MWh)					
Central de Contador	4 240	3,9%	4 110	130	3,2%
Subtotal Hidroelétrica	4 240	3,9%	4 110	130	3,2%
PRODUÇÃO SOLAR;					
PV-NORTE	586	0,5%	611	-25	-4,1%
PV-SUL	757	0,7%	0	757	100,0%
Subtotal FOTOVOLTAICA	1 343	1,2%	611	732	119,8%
TERMOELÉTRICAS (MWh)					
Central de Santo Amaro 1	26 255	23,9%	17 865	8 390	47,0%
Central de Santo Amaro 2	30 895	28,1%	27 167	3 728	13,7%
Central de Santo Amaro 3	5 958	5,4%	1 767	4 191	237,2%
Central de Bobô-Forro 2	8 391	7,6%	2 017	6 374	316,0%
Centrais Isoladas S.Tomé	1 825	1,7%	931	894	96,0%
Central da R.A. Príncipe	6 776	6,2%	6 296	480	7,6%
Subtotal Termoelétrica	80 100	72,8%	56 043	24 057	42,9%
TOTAL PRODUÇÃO EMAE	85 683	77,9%	60 764	24 187	41,0%
PRODUÇÃO GESTÃO PRIVADA					
Central TESLA São Tomé	24 374	22,1%	51 601	-27 227	-52,8%
Subtotal Termoelétrica	24 374	22,1%	51 601	-27 227	-52,8%
TOTAL PRODUÇÃO PRIVADA	24 374	22,1%	51 601	-27 227	-52,8%
TOTAL GERAL MWh	110 057	100,0%	112 365	-3 040	-2,1%

De realçar a crise energética verificada no segundo semestre devido aos sucessivos adiamentos nos processos de manutenção programada e de manutenção curativa dos grupos geradores em todas as Centrais ao longo do ano, muito por força da indisponibilidade financeira necessária, uma vez que os

fabricantes e ou representantes das marcas exigem pagamentos antecipados ou cartas de crédito para elaboração de peças, não sendo tão pouco, permitido pagamentos faseados.

De referir ainda que com cinco centros de produção, equipados com mais de duas dezenas de geradores de múltiplas marcas, capacidade e geração, o processo de manutenção das unidades de produção se revela onerosa, demorada e de difícil gestão.

Em dezembro de 2023, entrou em operação o único produtor independente, o parceiro TESLA, Lda. que produziu ao longo do exercício de 2024, 51 601 MWh, representando, no cômputo global, 45,9% de compra da eletricidade de origem térmica a base de diesel. A EMAE compra a eletricidade de produtor independente pelo preço acima da tarifa de venda ao consumidor final de determinados escalões e categorias, sem levar em consideração as perdas não partilhadas.

Não obstante o Plano de Desenvolvimento do Setor Elétrico ao Menor Custo financiado pelo Banco Mundial, validado e aprovado por Resolução n.º 09/2019 em Conselho de Ministros, persiste-se em energia a base de diesel importado e dispendioso, em vez de viabilizar os inúmeros projetos de iniciativa privada de fontes renováveis ou outras fontes energéticas de baixo custo, por imperativos de curto prazo na resolução de crises energéticas. Acresce ainda que os grupos diesel têm um custo de manutenção de total insustentabilidade, num contexto de um parque electroprodutor constituído por quatro centrais térmicas diesel com mais de duas dezenas de grupos geradores de múltiplas marcas e diferentes capacidade e geração.

6.1.1.5 – Exploração do Sistema Produtor

6.1.1.5.1 - Consumos e perdas nas centrais

Os consumos e perdas nas Centrais foram de 7 436 MWh, consumo ligeiramente inferior a 2024 que foi de 7 613 MWh e representaram 6,76% da produção total da EMAE mais compra da energia da

Tesla, calculados com base na diferença entre a energia bruta e a energia líquida definida pela Agência Internacional da Energia. Mostra-se em seguida os valores obtidos em cada central.

Tabela n.º 6 - Consumos e Perdas nas Centrais			
CENTRAIS	PRODUÇÃO BRUTA (MWh)	CONSUMOS & PERDAS NAS CENTRAIS	ENERGIA LÍQUIDA INJETADA NA REDE (MWh)
Centrais EMAE:			
Central Hidroelétrica de Contador	4 240	42	4 198
Central PV-Norte (Solar Sto Amaro)	586	35	551
Central PV-Sul (Solar Sto Amaro)	757	45	712
Central de Santo Amaro # 1	26 255	1 838	24 417
Central de Santo Amaro # 2	30 895	2 163	28 732
Central de Santo Amaro # 3	5 958	417	5 541
Central de Bobô-Forro	8 391	587	7 804
Centrais Isoladas	1 825	128	1 697
Central RAP	6 776	474	6 302
Subtotal Centrais EMAE	85 683	5 730	79 953
Central TESLA São Tomé	24 374	1 706	22 668
TOTAL GERAL (MWh)	110 057	7 436	102 621

Na tabela acima estão representadas as emissões do sistema produtor, considerando a produção e consumos referido à emissão, o que permite evidenciar a caracterização da emissão, embora este dependa em grande parte do regime de funcionamento a que os grupos estão sujeitos.

6.1.1.5.2 – Consumo Específico de Combustíveis

A estrutura dos consumos de combustíveis afetos à produção não sofreu alterações, observando-se ainda o consumo exclusivo de gasóleo de todas as centrais térmicas e, em particular, o consumo agregado médio para EMAE, o consumo específico médio foi de 223,1 gr/KWh (a densidade do gasóleo 0,84 Kg/litro). O consumo de 27 886 580 litros do gasóleo em 2025, registando, uma evolução no sentido descendente de 2,75% em volume, relativamente aos 28 675 350 litros consumidos em 2024 é justificado pela má performance dos geradores por falta de manutenção programada, conjugado com

a ligeira redução da produção térmica. Nos custos com o Gasóleo, não estão incorporados os custos de Transporte, Carga e Descarga de Combustíveis. A variação no sentido descendente de 27,21% em valor absoluto se justifica pela evolução descendente do preço do gasóleo ao longo do presente ano, conjugado com o mecanismo de ajustamento automático dos preços dos produtos petrolíferos.

Tabela n.º 7 - Consumo Específico Global de Gasóleo			
CENTRAIS	Produção Térmica (KWh)	Gasóleo Litros	Consumo Específico (gr/KWh)
Santo Amaro 1	26 255 000	8 552 668	273,6
Central de Santo Amaro 2	30 895 000	7 583 688	206,2
Central de Santo Amaro 3	5 958 000	1 604 900	226,3
Central de Bobô Forro II	8 894 000	1 889 756	178,5
Central de R.A. Príncipe	6 776 000	2 069 046	256,5
Centrais Isoladas	1 824 000	149 823	69,0
SUBTOTAL EMAE (Litros)	80 602 000	21 849 881	227,7
Central TESLA S. Tomé	24 374 000	6 036 699	208,0
TOTAL (KWh/Litros)	104 976 000	27 886 580	223,1
VALOR (Dbs)		579 887 723	

6.1.1.5.3 - Óleos Lubrificantes

O óleo lubrificante consumido em 2025 foi de 68 304 litros, o que correspondeu a um significativo acréscimo de 35,28%, relativamente a 2024 que foi de 50 281 litros.

Tabela n.º 8 - Consumo de Óleos Lubrificantes				
CENTRAL	2025	2024	Variação	
			Litros	(%)
Santo Amaro 1	37 773	36 399	9 278	3,77
Central de Santo Amaro 2	7 904			
Central de Santo Amaro 3	6 345	416	5 929	1 425,24
Central de Bobô Forro II	7 172	5 610	2 971	27,84
Centrais Isoladas	1 409			
Central de R.A. Príncipe	7 450	7 856	-406	-5,17
TÉRMICA	68 053	50 281	17 772	35,35
Central de Contador	251	209	42	20,10
TOTAL LITROS	68 304	50 490	17 814	35,28
VALOR (Dbs)	6 045 854	3 217 192	2 828 662	87,92%

Esta expressiva variação deveu-se à deslocação dos grupos DEUTZ da central São Tomé e sua instalação na central de Bobô-Forro e a instalação de três grupos em condições técnicas, elétricas e mecânicas ineficientes provenientes da Nigéria, cujas operações obrigaram a mudança ou substituição de óleos.

6.1.1.6 - Distribuição de Eletricidade em MWh

A emissão de energia elétrica às redes foi de 102 621 MWh ao longo do ano de 2025, o que se traduziu num ligeiro decréscimo de 2% quando comparado com 2024 que foi de 104 752 MWh, enquanto, inversamente, o volume da energia faturada que cresceu de apenas 0,6% no presente exercício inverteu a tendência do exercício anterior que apresentou um crescimento de 4,8%.

Foi faturado aproximadamente 79,6% do volume total da eletricidade emitida pelo sistema às redes de transporte e distribuição, valor ainda abaixo dos objetivos da EMAE, mantendo-se o valor de perdas muito elevado nos 20,4% refletindo uma evolução favorável no sentido descendente relativamente aos anos anteriores, apesar das intervenções de requalificação gradual da rede de distribuição em baixa tensão e dos ramais domiciliários e a criação de um Gabinete de Perdas, pelo que se conclui que as perdas são de natureza comercial e dados estatísticos pouco confiáveis. Como é possível observar na tabela acima, o nível de cobrança correspondeu a 128,4% do volume de venda líquida do ano 2025 devido a recuperação de dívidas em atraso, com particular incidência na Administração Pública.

Deve ainda ser realçado que ao nível da produção, corresponderá o nível proporcional das perdas, enquanto não se concluírem os projetos de melhorias na rede de transporte e distribuição, acompanhados de ações de combate ao furto e fraude de energia elétrica. Não basta a EMAE desenvolver campanhas de deteção de fraudes e de dismantelar ligações clandestinas para que elas sejam eliminadas, porque serão repostas ato-contínuo pelos infratores. Serão indispensáveis múltiplas parcerias jurídico-institucionais para coibir o roubo de energia e água, e punir os infratores com maior

eficácia, permitindo assim que se comecem a verificar melhorias no desempenho a este nível, com vista ao combate dos consumos ilícitos e eliminação de ligações clandestinas.

Tabela n.º 9 - Distribuição de Eletricidade					
Descrição	2025 (MWh)	Perc.	2024 (MWh)	Var. 25/24	
				MWh	Perc.
PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE					
HIDROELÉTRICAS (MWh)	4 240	4,9%	4 110	130	3,2%
TÉRMICAS (MWh)	80 100	93,5%	56 043	24 057	42,9%
SOLAR	1 343	1,6%	611		
TOTAL PRODUÇÃO EMAE	85 683	98,4%	60 764	24 187	41,0%
CONSUMO & PERDAS HÍDRICAS (MWh)	42	0,0%	41	1	3,2%
CONSUMOS & PERDAS TÉRMICAS (MWh)	5 607	6,5%	3 923	1 684	42,9%
CONSUMOS & PERDAS SOLAR (MWh)	81	0,1%	37	44	119,8%
EMISSÃO DE ENERGIA DA EMAE	79 953	93,3%	56 763	22 502	40,9%
COMPRA DE ELETRICIDADE					
PRODUÇÃO TESLA	22 668	22,1%	47 989	-25 321	-52,8%
PRODUÇÃO TESLA	0	0%	0	0	0,0%
ENERGIA INJETADA NA REDE	102 621		104 752	-2 819	-2,0%
DISTRIBUIÇÃO FATURADA (MWh)	81 668	79,6%	81 155	513	0,6%
VENDA PÓS-PAGO	73 580	90,1%	75 342	-1 762	-2,3%
VENDA PRÉ-PAGO	7 283	8,9%	5 064	2 219	43,8%
AUTOCONSUMO EMAE	805	1,0%	749	56	7,5%
PERDAS TRANSP./DIST. (MWh)	20 953	20,4%	23 597	-2 644	-11,2%
COBRANÇA (MWh)	104 837	102,2%	59 335	45 502	76,7%
RATIOS					
DISTRIBUIÇÃO/PRODUÇÃO	79,6%		77,5%	2,1%	2,7%
EFICIÊNCIA TÉCNICA					
ENERGIA NÃO FATURADA	20,4%		22,5%	-2,1%	-9,4%
COBRANÇA/FATURAÇÃO	128,4%		73,1%	55,3%	75,6%
EFICIÊNCIA COMERCIAL					
COBRANÇA/PRODUÇÃO	102,2%		56,6%	45,5%	80,4%
EFICIÊNCIA COMBINADA					

6.1.1.7. – Venda/Consumos de eletricidade por categoria de cliente

A maior parte do volume de eletricidade em 2025, foi consumida pelos clientes domésticos (residenciais), responsáveis por quase metade (48,37%) do volume de eletricidade consumida, correspondente a 39 505 MWh, denotando uma diminuição no consumo doméstico de eletricidade de 0,68% face a 2024 que, presume-se ter origem na implementação da política de eficiência energética

com o programa de lâmpadas LED e a crise energética verificada ao longo do segundo semestre com cortes frequentes e prolongados no fornecimento. Porém nota-se uma representatividade em receita de apenas 26,65% decorrente de tarifas sociais e desatualizadas há duas décadas.

O restante volume de eletricidade foi consumido pelo setor profissional de comércio e serviço com 13 732 MWh (16,81%), seguido da Administração Pública, para a qual se destinaram cerca de 14,56% do volume de eletricidade consumida, correspondendo a 11 890 MWh. O conjunto dos restantes clientes não-domésticos, consumiram apenas 20,25% do volume total de eletricidade consumida.

Tabela n.º 10 - Venda/Consumos de eletricidade por categoria de cliente em 2025						
Categoria de Clientes	Nº Clientes	Consumos KWh	Facturação		Percentagem	
			Tarifa	Valor/DBs	KWh	Receita
Serviço Doméstico	49 910	39 504 601	2,52	99 601 044	48,37%	26,65%
Comércio & Serviços	3 441	13 731 873	4,97	68 302 554	16,81%	18,27%
Industrial	381	2 530 281	4,29	10 851 547	3,10%	2,90%
Administração Pública	716	11 890 027	10,30	122 409 479	14,56%	32,75%
Emp Pub & Inst Autono Estado	105	385 791	5,81	2 240 094	0,47%	0,60%
Iluminação Pública	125	2 540 474	4,48	11 381 355	3,11%	3,05%
Embaixadas e Org. Intern.	33	829 469	7,91	6 560 596	1,02%	1,76%
Instituições Financeiras	45	1 478 287	8,24	12 181 787	1,81%	3,26%
Empresas de Telecomunicações	41	612 565	8,39	5 142 234	0,75%	1,38%
Companhias Aéreas	5	76 592	8,32	637 051	0,09%	0,17%
Subtotal Pós-Pagamento	54 802	73 579 960	4,61	339 307 741	90,10%	90,78%
Sistema Pré-Pagamento	4 757	7 282 808	3,74	27 260 920	8,92%	7,29%
Subtotal Pós & Pré Pagamento	59 559	80 862 768	4,53	366 568 661	99,01%	98,08%
Autoconsumo da EMAE	36	804 660	5,81	7 192 981	0,99%	1,92%
TOTAL GERAL	59 595	81 667 428	4,58	373 761 642	100%	100%

O número de clientes de eletricidade registou um aumento de 2,87% face ao ano anterior, o que comprova o aumento continuado da procura que se tem verificado e aos quais o ano de 2025 não foi uma exceção. Assim, no final do ano 2025, a EMAE possuía 59 559 clientes contra 57 898 clientes em 2024, dos quais cerca de 49 910 são clientes domésticos (49 077 clientes em 2024) que representam 83,8%, dos quais 7,99% são clientes do sistema pré-pagamento com 4 757 contratos de adesão.

O Setor Estado compreendendo a Administração Pública, Autarquias, Administração Regional, Iluminação Pública e Empresas e Instituições Autónomas do Estado representa 1,59% com 946 pontos de entrega e os restantes 6,62% são 4 779 clientes não-domésticos.

6.1.2. – Setor de Água

No setor de água, a respetiva direção tem por missão assegurar a gestão técnica das infraestruturas dos sistemas de abastecimento de água potável para consumo humano e para todos os usos. A EMAE vem ao longo dos anos envidando esforços para garantir uma significativa melhoria na qualidade de prestação deste serviço público de abastecimento de água, o que infelizmente ainda não conseguiu alcançar no sentido da concretização dos objetivos nacionais e favorecer o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Para além da situação da crise energética mundial, guerras, sanções, tarifas e desestruturação do circuito de abastecimento, a dupla insularidade do país, São Tomé e Príncipe é fustigado por alterações climáticas adversas que comprometem tecnologicamente o setor e não favorecem o seu desenvolvimento numa perspetiva holística e sustentável.

Um grande número de população, de regiões e de comunidades sofrem de escassez de acesso a água potável em quantidade e qualidade recomendada para consumo humano, e o pior é a tendência de deterioração em vez de visíveis melhorias concretas. No entanto sabe-se que a água se assume como um elemento indissociável do suporte ao desenvolvimento na melhoria de qualidade de vida da população, pelo seu forte impacto na saúde pública e sua indispensabilidade para a generalidade das atividades económicas.

Em 2025, foi levado a cabo um conjunto de atividades que permitiram mitigar alguma ineficiência no setor, prosseguindo os processos de medidas de racionalidade introduzidas desde anos anteriores

assim como de modernização em algumas áreas, designadamente na Gestão da Qualidade da Água, introdução do *software* de manutenção (MANUTEC), implementação do Sistema de Informação Geográfica (SIG) das infraestruturas alargada a todos os sistemas, visando manter os índices dos indicadores de serviço prestado minimamente aceitável, embora longe do desejado.

No relativo aos projetos de reabilitação e ampliação das infraestruturas, destaca-se os trabalhos de ligações domiciliárias do sistema de Santana e Água Izé, a requalificação do sistema adutor de Cangá/Obolongo, reabilitação da captação do sistema de Prado e estabelecimento da rede de abastecimento para o futuro Hospital em Ferreira Governo. Estes projetos em desenvolvimento caracterizaram-se pelos esforços desenvolvidos para o cumprimento de um dos objetivos do ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), **“Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável de água e saneamento para todos”**, face aos problemas de engenharia e das condutas de adução obsoletas com perdas de água potável de dimensão extraordinariamente severas, requerendo avultados investimentos num contexto de poucos recursos para necessidades quase ilimitadas.

No capítulo do reforço das infraestruturas de água potável em quantidade e qualidade, de referir que as obras de empreitada do Sistema de Abastecimento de Água Potável da Cidade de Santana e centro de Água Izé no distrito de Cantagalo, com financiamento do BADEA (Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África), no montante de USD 7,5 Milhões e do Governo de São Tomé e Príncipe, no montante de USD 5,18 Milhões, perfazendo um custo global do projeto no montante de USD 12.680.000 cujos trabalhos apresentaram atraso considerável devido vários constrangimentos que foram aparecendo ao longo do tempo, mas registaram progressos significativos e foram concluídos e inaugurado em finais de 2025, muito além do prazo do cronograma inicial.

O Projeto de abastecimento de água a cidade de S. Tomé e arredores na base do Estudo de viabilidade económica dos sistemas que abastecem a capital e arredores captou um financiamento inicial de 15.000.000 de euros do Banco Europeu de Investimento com 8,44 milhões de euros sob a forma de empréstimo concessional, em paralelo com a União Europeia com 6,56 milhões de euros sob a forma

de donativo e terá uma assistência técnica do Consórcio Aqualogus/Hydroconseil à Unidade de Gestão do Projeto da EMAE orçamentada no valor de um milhão de euros. Paralelamente, o Projeto conta com a contratação do Gabinete de Projetista de estudos complementares, projeto técnico de execução e elaboração dos Termos de Referência (TdR) para o lançamento do Concurso Internacional de obras de empreitada. O Projeto consistirá nesta primeira fase na reabilitação dos sistemas de abastecimento de água, ampliação da ETA de Rio do Ouro, substituição de condutas antigas, extensão e reabilitação de redes de distribuição, realização de mais de cinco mil ramais domiciliares, construção e reabilitação de reservatórios.

Apesar de programados, por motivos diversos, não foram implementadas políticas e instituições para fortalecer o quadro institucional no setor de água, estabelecendo um modelo de gestão integrada dos recursos hídricos numa perspetiva económica, social e ambientalmente sustentável. O Plano Diretor de Água não foi atualizado e o estudo das bacias hidrográficas para caracterizar os recursos hídricos do país não se concretizou.

Os relatórios técnicos e financeiros de Apoio Orçamental Setorial (AOS) sobre a implementação do contrato de reforma setorial para água e saneamento assinado com a União Europeia no âmbito do 11º FED nunca foram disponibilizados pelos setores competentes intervenientes no processo, refletindo uma profunda desarticulação nas interações entre os organismos diretamente intervenientes no processo.

A proliferação de fontanários (515 chafarizes) e (119 lavandarias) que constituem figuras emblemáticas de desperdício de água com grande consumo e perdas consideráveis, além de constituírem fontes de contaminação por falta de sistemas de drenagem, e a ausência quase total de dados precisos por falta de equipamentos de contagem, constituem fraquezas que a EMAE deverá solucionar para se alinhar aos padrões de rigor na gestão da unidade técnica complexa de água e garantir o seu desenvolvimento sustentado.

6.1.2.1 – Captação e extração de Água em m3

Em 2025, a captação de água por parte da EMAE foi efetuada por extração nas nascentes artesianas de 10 749 004 m3 de água, a que se acresceram 6 091 680 m3 de água captada nas superfícies (Rios), perfazendo um total de 16 840 684 m3. Como tal, verifica-se que a grande maioria da água que a EMAE emite às redes provém de captações nas nascentes artesianas, 63,83%, restando apenas 36,17% de águas captadas nos Rios. Entretanto, a água captada nas superfícies decresceu de 3,15% face a 2024, enquanto o volume de água por extração nas nascentes foi inferior ao ano transato com um decréscimo de 1,85%.

Estes indicadores são fortes sinais de dois fatores: (i) o impacto das alterações climáticas adversas; e (ii) ausência de uma política de gestão integrada de recursos hídricos e respetiva ausência habitual de interação entre setores diretamente intervenientes no processo. E considerando este enquadramento, importa realçar que se revela extremamente necessário deixar de confundir a empresa pública EMAE da política setorial, que abarca projetos inscritos no O.G.E., P.I.P., e outros que são da competência exclusiva do Governo, enquanto EMAE tem por objeto principal a gestão e exploração dos sistemas públicos de captação e distribuição de água para consumo público, conforme o disposto no número 1. do Artigo 4.º , Secção II, do Decreto n.º. 40/2008, que aprova os Estatutos da Empresa de Água e Eletricidade, publicado no Diário da República n.º 74, de 1 de dezembro.

Na tabela seguinte apresenta-se o volume de água aduzida em cada um dos sistemas de abastecimento de água para consumo público que existem sob jurisdição da EMAE.

Tabela n.º 11 - Captação da Águam em 2025 em m3 por sistemas					
SISTEMAS	CAPTAÇÕES	2025	2024	Variações 25/24	
		Volume (m3)	Volume (m3)	Volume (m3)	Perc. (%)
NASCENTES:					
Santana	Santana	464 799	205 932	258 867	125,71%
Vaz Sum Pinho	Vaz Sum Pinho	305 242	334 767	-29 525	-8,82%
Água Amoreira 1	Água Amoreira 1	5 652 199	5 898 852	-246 653	-4,18%
	AA 1 (Blublu 1)				
Água Amoreira 2	Água Amoreira 2	1 024 203	1 096 160	-71 957	-6,56%
	AA2 (Água Porca)				
Água Amoreira 4	Água Amoreira 4	144 498	140 138	4 360	3,11%
Água Clara	Água Clara 1				
	Água Clara 2	2 203 723	2 380 380	-176 657	-7,42%
	Água Agrião				
Rio do Ouro (*)	Monte Macaco	807 734	877 800	-70 066	-7,98%
Changra	Prado	77 966	105 532	-27 566	-26,12%
Mateus Angolares	Mateus Angolares	68 640	58 822	9 818	16,69%
SUBTOTAL NASCENTES		10 749 004	11 098 383	-349 379	-3,15%
ÁGUAS DE SUPERFÍCIE:					
Angolares	Angolares	121 049	122 707	-1 658	-1,35%
Ribeira Afonso	Ribeira Afonso	103 602	118 109	-14 507	-12,28%
San Nicolau	Rio Manuel Jorge	422 021	466 568	-44 547	-9,55%
S. Nicolau Velho	Rio Manuel Jorge	259 117	304 128	-45 011	-14,80%
Cangá/Obolongo	Rio Manuel Jorge	75 291	130 464	-55 173	-42,29%
Cangá/Oblolongo Novo	Rio Manuel Jorge	1 720 415	1 776 210	-55 795	-3,14%
Neves	Rio provaz	722 016	759 000	-36 984	-4,87%
Príncipe	Rio Papagaio	360 900	367 354	-6 454	-1,76%
Rio do Ouro (*)	Rio do Ouro	2 307 269	2 161 951	145 318	0,00%
SUBTOTAL ÁGUAS DE SUPERFÍCIE		6 091 680	6 206 491	-114 811	-1,8%
TOTAL		16 840 684	17 304 874	-464 190	-2,68%

(*) O sistema de Rio do Ouro tem duas captações, sendo uma na nascente artesiana em Monte Macaco e outra nas águas de superfície no Rio do Ouro.

6.1.2.2 – Distribuição de Água

No ano de 2025, foi faturado aproximadamente 54% do volume total de água aduzida ao sistema de abastecimento de água, um valor ainda muito abaixo dos objetivos da EMAE, porque as perdas de água não faturada corresponderam a 46%. Deve ainda ser realçado que a produção de água bruta foi de 16 840 684 m3, contra uma distribuição faturada de apenas 9 101 086 m3, o que correspondeu o volume de 7 739 598 m3 de água não faturada.

O quadro seguinte mostra que ao longo do ano o volume de água faturada decresceu 1,48%, enquanto o volume de perda de água não faturada cresceu na mesma proporção no volume total de água aduzida quando comparado com os valores de 2024, o que reflete uma estagnação e simboliza falta de progressos, de eficiência e de eficácia, resultando no mais do mesmo ou soma de resultado zero.

Tabela n.º 12 - Distribuição de Água em metros cúbicos					
Á G U A	2025	2024	2023	2022	Var. 25/24
PRODUÇÃO ÁGUA					
NASCENTE	10 749 004	11 098 383	11 192 063	11 646 957	-3,15%
SUPERFÍCIE	6 091 680	6 206 491	6 248 964	5 927 246	-1,85%
TOTAL PRODUÇÃO (M3)	16 840 684	17 304 874	17 441 027	17 574 203	-2,68%
CONSUMOS E PERDAS (M3)	7 739 598	7 697 282	8 200 577	8 673 144	0,55%
DISTRIBUIÇÃO FACTURADA	9 101 086	9 607 592	9 240 450	8 901 059	-5,27%
Venda de Água	9 073 901	9 545 320	9 206 660	8 847 159	-4,94%
Autoconsumo da EMAE	27 185	62 272	33 790	53 900	-56,34%
COBRANÇA	13 971 180	4 316 916	10 911 800	7 230 796	223,64%
RATIOS					
DISTRIBUIÇÃO/PRODUÇÃO	54,0%	55,5%	53,0%	50,6%	1,48%
EFICIÊNCIA TÉCNICA					
ÁGUA NÃO FATURADA	46,0%	44,5%	47,0%	49,4%	-1,48%
COBRANÇA/FACTURAÇÃO	153,5%	44,9%	118,1%	81,2%	-108,58%
EFICIÊNCIA COMERCIAL					
COBRANÇA/PRODUÇÃO	83,0%	24,9%	62,6%	41,1%	-58,01%
EFICIÊNCIA COMBINADA					

A maior parte do volume de água em 2025 foi consumida pela Administração Pública, incluindo Autarquias através de fontanários (chafarizes e lavandarias), responsáveis por mais de metade da água aduzida de 58,4% do volume total de água consumida e faturada, correspondentes a 4 228 690 m3 35.9%.

Segue-se o consumo doméstico com 4 129 969 m3 (33,8%). O restante volume de água foi consumido pelo conjunto de clientes não domésticos, para os quais se destinaram cerca de apenas 7,8% do volume de água consumida, correspondendo a escassos 742 427 m3 de água, algo nunca visto como exemplo das melhores práticas na arena internacional no setor de água.

E por não ser comum nem normal, ficamos incrédulos com os dados estatísticos na base de dados que apontam para um universo de mais de 83 472 clientes, apenas 23 913 estão cadastrados na base de dados como clientes de adesão ao serviço público de água, aspeto que merece reflexão, exige averiguação e decisões que escapam ao controlo exclusivo da EMAE.

6.1.2.3 - Venda/Consumos de água por Categoria de cliente em 2025

Tabela n.º 13 - Venda/Consumos de Água por Categoria de Clientes					
Nº Clientes	Segmento	Tarifas Dbs/m3	Consumos		Montante Dbs
			m3	Perc.	
21 097	Serviço Doméstico	4,02	4 129 969	33,8%	16 598 067
1 514	Comercial	5,04	535 977	5,5%	2 699 225
290	Industrial	5,01	106 332	1,1%	533 046
889	Administração Central Estado	6,78	4 228 690	58,4%	28 674 580
48	Emp. Públ & Inst Autónomas Estado	6,28	25 826	0,3%	162 265
29	Missões Diplomáticas	6,61	30 253	0,4%	199 975
37	Instituições Financeiras	6,23	12 187	0,2%	75 946
4	Empresas de Telecomunicações	6,83	2 565	0,0%	17 519
5	Companhias Aéreas	6,83	2 102	0,0%	14 357
23 913	Subtotal		9 073 901	99,7%	48 974 980
15	Autoconsumo da EMAE	6,28	27 185	0,3%	145 818
23 928	TOTAL GERAL	5,40	9 101 086	100%	49 120 798

O número de clientes de Água sofreu um ligeiro aumento face ao ano anterior, o que comprova o aumento da procura que se tem verificado e aos quais o ano de 2025 não foi uma exceção. Assim, no final do ano 2025, a EMAE registava 23 913 clientes contra os 22 635 clientes em 2024, dos quais 21.097 são clientes domésticos (19 898 em 2024) a representar 88,22% do total. A Administração Pública com 889 pontos de entrega, incluindo as Autarquias Locais com 515 Chafarizes e 119

Lavandarias, 3,72% são os restantes clientes não-domésticos de maior peso, com forte impacto no erário público e no défice do Produto Interno Bruto (PIB).

6.1.2.4. – População com acesso à Água Potável

No âmbito de implementação de políticas nacionais de desenvolvimento e sua harmonização com as agendas internacionais, nomeadamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, bem como a reforma setorial para água e saneamento com Apoio Orçamental Setorial (AOS) assinado com a União Europeia (11º FED), São Tomé e Príncipe registou em 2025 significativos progressos dignos de realce na melhoria, reforço e expansão do abastecimento de água às populações levando a cabo (1) investimentos intensivos em infraestruturas, (2) ações na redução de deficiências sentidas na operação e manutenção dos Sistemas de abastecimento de água, (3) na melhoria da qualidade da água fornecida à população, (4) na redução das perdas, melhor gestão integrada dos recursos hídricos e na sustentabilidade dos novos sistemas de abastecimento de água que estão a ser reforçados e construídos, e (5) mobilização de financiamento de projetos estruturantes com vista a alargar os índices de cobertura do abastecimento de água, melhorando as condições de vida da população, o forte impacto na saúde pública e bem-estar da população. Estes objetivos socioeconómicos apresentam em 2025, por parte no que diz respeito a EMAE apesar de falta de interação entre as entidades intervenientes diretas no processo, os seguintes indicadores:

6.1.2.4.1 – População abastecida com ligações domiciliárias

A população total com acesso à água na área coberta por infraestruturas da EMAE projetada em 2025 é de 166 749 habitantes num universo de uma população estimada de 212 421 habitantes, (209 607 habitantes em 2024 de acordo com o 5.º recenseamento geral da população e da habitação divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística no dia 31 de dezembro de 2024).

O número de habitações com serviço de abastecimento de água potável cresceu 6,03% passando de 19.898 em 2024 para 21 097 em 2025 com mais 1 199 novas ligações e a proporção da população

abastecida com ligações domiciliares corresponde a 50,6% (84 388 habitantes) Os pressupostos assumidos para a estimativa do número de habitações servidas e respetiva população foram os seguintes: (a) cada ligação domiciliar abastece uma habitação; (b) a população servida é obtida pela multiplicação do número de habitações servidas pelo número de habitantes residentes por casa, em média de 4 pessoas por agregado familiar. Quatro pessoas por agregado familiar é o valor estipulado pelo Instituto Nacional de Estatística de STP.

6.1.2.4.2 População abastecida por Fontanários

A população com acesso por chafarizes corresponde a 49,4% (82 361 habitantes) O número de Fontanários ativos cadastrados no SIG (Sistema de Informações Geográficas) de 515 em 2024, sendo inalterado em 2025 e com base no pressuposto que cada Fontanário serve, em média, cerca de 160 habitantes como referência usado nos países subdesenvolvidos. Acresce-se ainda a existência de 119 Lavandarias ativas cadastradas no SIG em 2025 abastecidas com água potável que também servem para todos os usos, e não foram identificadas ligações/ramais clandestinos.

6.1.2.4.3 - Total da população servida na área coberta por infraestruturas da EMAE

POPULAÇÃO E ÁREA COBERTA POR INFRAESTRUTURA DA EMAE					
Distritos	Taxa Crescimento 1,56%	2024 Recenseamento 209 607	2025 Projeção 212 421	Área Cobertura 166 749	
Água Grande	1,2%	80 647	81 647	78 109	
Mé-Zochi	1,1%	50 697	51 237	41 504	
Cantagalo	1,6%	20 794	21 129	14 985	
Caué	1,7%	7 424	7 554	2 641	
Lemba	1,3%	17 129	17 353	7 547	
Lobata	1,5%	23 086	23 427	18 851	
R. A. Príncipe	2,5%	9 830	10 074	3 113	

A variação ocorrida no número de 1 199 novos clientes de uso doméstico ao longo dos doze meses do ano, estando definido como indicadores a serem alcançados que o número de ligações particulares (clientes domésticos), deveria atingir uma meta superior em mais 200 novos clientes de água em relação a dezembro de 2024, a EMAE atingiu a quota de 499,5%, justificado pela entrada em serviço do sistema de Santana e Água Izé, incorporando as ligações domiciliares por conta do projeto, como se observa no quadro seguinte.

Meses	N.º Clientes	Variação	Porcentagem
	Domésticos		
Dezembro 2024	19 898		
Janeiro 2025	19 974	76	0,38%
Fevereiro 2025	19 987	13	0,07%
Março 2025	20 062	75	0,37%
Abril 2025	20 115	53	0,26%
Mai 2025	20 169	54	0,27%
Junho 2025	20 299	130	0,64%
Julho 2025	20 430	131	0,64%
Agosto 2025	20 575	145	0,70%
Setembro 2025	20 785	210	1,01%
Outubro 2025	20 971	186	0,89%
Novembro 2025	21 018	47	0,22%
Dezembro 2025	21 097	79	0,37%
TOTAL em 2025	21 097	1 199	5,68%

6.1.2.5. – Qualidade da Água

A qualidade da água foi um domínio que justificou uma atenção privilegiada da EMAE, como uma das variáveis estratégicas da maior relevância que deverá estar presente em todas as vertentes da atividade da Empresa. Em 2025, o volume da água tratada foi de 16 145 980 m3 e correspondeu a 95,87% do total da água bruta captada.

As questões de redução dos riscos de doenças de origem hídrica e a melhoria das condições de vida da população estiveram na primeira linha das preocupações da Empresa. A EMAE dispõe de um conjunto de instalações de tratamento de água bruta captada, na sua maioria postos de cloração, localizadas junto às estações de captação e nas redes de adução e distribuição.

No processo de conversão da água bruta captada em água potável, o qual consiste em várias operações como a filtração, a desinfecção e a correção do pH, a EMAE utiliza produtos químicos para o tratamento da água, de acordo com os valores paramétricos definidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para garantir a qualidade da água para consumo humano.

A ênfase desta orientação foi desde logo evidenciada com o desenvolvimento de uma estrutura organizativa destinada a coordenar e dinamizar ações de tratamento dos Reservatórios e das Estações de Cloração. Para o desenvolvimento destas importantes atividades, a EMAE consumiu durante o ano cerca de 57 491 Kg de Hipoclorito de Cálcio ($\text{Ca}(\text{ClO})_2$), mais 3% que em 2024, e 40 901 Kg de Sulfato de Alumínio ($\text{Al}_2(\text{SO}_4)_3$), mais 19% que em 2024. O programa de controlo de qualidade da água compreende:

- ❑ Controlo operacional e vigilância da qualidade da água nas origens e ao longo de todo o sistema dos Sistemas de Abastecimento de Água da EMAE;
- ❑ Controlo dos processos de tratamento nas ETA;
- ❑ Operações de lavagem e desinfecção de Reservatórios;
- ❑ Recolhas de amostras e análises das águas;
- ❑ Lavagem de filtros e dos tanques de floculação;
- ❑ Operações de tratamento das ETA.

Na tabela seguinte detalham-se os consumos por tipo de reagente e por sistema que, em termos monetários, representou em 2025 um custo no montante de 2.941.460 dobras:

Tabela n.º 15 - Consumos de Produtos Químicos para Tratamento de Água

ETAs & P.C.	Hipoclorito de Cálcio			Sulfato de Alumínio			Total (Kg) 2025
	(Ca(ClO)2) (Kg)			(Al2(SO4)3) (Kg)			
	2025	2024	Var	2025	2024	Var	
Água Amoreira I	16 650	17 475	-5%				16 650
Água Amoreira II	2 521	2 604	-3%				2 521
Água Amoreira IV	279	314	-11%				279
Água Clara + Agrião	5 287	4 360	21%				5 287
S. Nicolau	2 895	2 427	19%	2 972	3 154	-6%	5 867
Angolares	740	838	-12%	2 785	1 976	41%	3 525
Vaje Sum Pinho	818	784	4%				818
Neves	1 651	1 780	-7%				1 651
Sto António RAP	1 640	1 743	-6%	1 722	1 652	4%	3 362
Changra/Prado	159	240	-34%				159
Rio do Ouro	13 042	12 969	1%	10 704	9 406	14%	23 746
Ribeira Afonso	688	808	-15%	2 390	1 699	41%	3 078
Mateus Angolares	58	61	-5%				58
Cangá/Obolongo	9 238	9 351	-1%	18 632	15 495	20%	27 870
Santana	1 825	0	100%	1 696	0	100%	3 521
Total KG	57 491	55 754	3,1%	40 901	33 382	22,5%	98 392
Valor STN						2 941 460	

No âmbito do controlo da qualidade da água, procedeu-se ao apetrecho e melhorias no funcionamento do Laboratório instalado na EMAE. Com a parceria do PIQAC (Programa de Infraestrutura de Qualidade dos Países da África Central), iniciou-se o desenvolvimento do processo da acreditação das marchas analíticas laboratoriais. Entretanto, devido a situação da pandemia tudo se estagnou *sine die*.

Com o Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) para 2025, foram definidos os parâmetros a analisar e suas frequências, atualizados os procedimentos de ensaio e elaborados novos procedimentos de ensaio, melhorados os boletins laboratoriais e definidos os locais de amostragens por cada sistema de abastecimento, desenvolvidos e implementados, o sistema de registo e análise

estatística dos resultados laboratoriais, acompanhados de ações de formação sobre as novas metodologias.

Em 2025, realizaram-se mais de 3 078 análises laboratoriais, sendo 1 026 análises de microbiologia dos quais 985 com os parâmetros recomendados e outras 2 052 análises físico-químicas, dos quais 1 747 com os parâmetros recomendados pela OMS para o controlo da qualidade da água.

Além de testes e análises de controlo da qualidade de água desenvolvidos pela EMAE, foram efetuadas várias análises comparativas da água bruta e de água tratada nos Laboratórios do CIAT (Centro de Investigação Agronómico e Tecnológico), de forma a garantir a qualidade da água fornecida à população para consumo humano.

6.2. – Síntese do Desempenho Operacional

Do ponto de vista operacional, o volume de negócios inerente ao valor acrescentado alcançado no exercício de 2025 traduziu um incremento de 8,1%, face ao valor registado no exercício anterior, como se pode verificar na tabela seguinte que mostra a evolução dos principais negócios da EMAE.

Tabela n.º 16 - Evolução do Negócio (Dbs)	2025	2024	%
Vendas de Electricidade:	366 568 661	340 926 930	7,5
Pós -Pagamento	339 307 741	324 552 137	4,5
Pré-Pagamento	27 260 920	16 374 793	66,5
Vendas de Água	48 974 980	52 137 453	-6,1
Trabalhos para a própria EMAE	15 468 969	12 679 483	22,0
Proveitos inerentes ao Valor Acrescentado	431 012 610	405 743 866	6,2
Proveitos Suplementares	12 371 536	12 250 490	1,0
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	4 965 538	1 012 398	390,5
Subsídios de Exploração	17 259 532	11 549 825	49,4
Proveitos de actividades secundárias	34 596 606	24 812 713	39,4
Total	465 609 216	430 556 579	8,1

O comportamento diverso dos vários segmentos de atividade determinou consideráveis modificações na contribuição de cada um para a formação do volume de negócios, como se evidencia no quadro abaixo, sendo de salientar os seguintes aspetos como os mais relevantes:

6.2.1 – Setor de Eletricidade

As vendas de energia elétrica em 2025 geraram um volume de receitas de 366.569 milhares de dólares, dos quais STN 339.308 milhares do sistema pós-pago e STN 27.261 milhares do sistema pré-pago, mais 7,29% do que em 2024. Esta evolução no sentido ascendente foi consequência de maior eficiência comercial, combate a perdas, o reflexo da nova estratificação tarifária de eletricidade que entrou em vigor em fevereiro de 2025, e desagrevamento gradual dos sucessivos deslazes de carga para preservar o funcionamento do sistema elétrico em condições aceitáveis de tensão, num contexto do nível da oferta disponível de eletricidade pouco satisfatória para a demanda nas horas de ponta de carga.

Em 2025 a faturação da energia de 80 863 MWh cresceu de apenas 0,57%, isto é, mais 456 MWh que em 2024, que foi de 80 407 MWh, o que representou uma taxa de faturação de aproximadamente 79,6%, da produção líquida, sendo as perdas técnicas e comerciais no transporte e distribuição na ordem de 20,4% menos 2,1 pontos percentuais, além dos consumos e perdas nas centrais de 7 436 MWh (6,76%) do total da produção bruta da eletricidade.

As perdas técnicas (perdas no transporte e na distribuição) são resultantes, fundamentalmente, da anacrónica qualidade e estrutura das redes de transporte e de distribuição de energia que ainda sobrevivem do período colonial, não obstante os pesados investimentos em múltiplos projetos realizados e em desenvolvimento com mais de 100 Km de comprimento de extensão e de requalificação de Linha nos últimos três anos.

Quanto as perdas não-técnicas (fraudes e furtos de energia e outras perdas comerciais), são consequências do sistema informático vulnerável e da péssima qualidade das redes elétricas que ainda

sobrevivem do período colonial, conjugada com a insuficiência de legislação e de apoio e interações jurídico-institucionais para coibir a fraude e furto de energia elétrica e punir os infratores, e que ao mesmo tempo, permita a EMAE se proteger da utilização indevida e abusiva dos seus serviços públicos de interesse económico geral e da destruição das suas infraestruturas de rede pelos consumidores não-clientes.

O número de clientes de energia elétrica registou um ligeiro aumento de 2,87%, com mais 1 661 novos clientes, passando de 57 898 clientes em 2024 para 59 559 clientes em 2025. Tomaram-se medidas de renovação do parque de contadores obsoletos e em desadequadas condições de funcionamento, foram realizadas diversas campanhas de deteção e eliminação de ligações clandestinas e implementou-se um maior rigor no controlo de medição dos volumes de eletricidade consumidos e consolidou-se as atividades de Gabinete de Perdas que desenvolve atividades de gestão e recuperação da dívida malparada há longo tempo, sob tutela direta da Direção Geral.

6.2.2 – Setor de Água

O volume de água captada ao longo do ano 2025 de 16 840 684 m³, traduz um decréscimo de 2,68% das captações brutas devido a diminuição de 3,15% de água captada nas nascentes artesianas, e de menos 1,8% de água captada na superfície (Rios) quando comparado com os valores de 2024, devido as condições desfavoráveis do ciclo hidrológico.

O volume total de água faturada foi de 9 073 901 m³ e representou apenas 54% da água aduzida às redes, pelo que se conclui que existiu um volume de perdas de água correspondente a cerca de 46% do volume de água aduzida. Trata-se de uma taxa significativa do volume de água perdida e não faturada pelos sistemas de abastecimento que só é possível combater através de campanhas de deteção e eliminação de fugas, roturas e de ligações clandestinas, e colocação massiva de equipamentos de medição, com vista a sustentabilidade económica e ambiental dos sistemas.

A receita da água faturada foi de 48.975 milhares de dobras se traduziu num decréscimo de 6,07% face ao ano anterior que foi de 52.137 milhares de dobras. Este valor foi fortemente influenciado por perdas consideráveis e a praticamente ausência de controlo dos volumes de água consumida nos chafarizes e lavandarias públicos que representam figuras emblemáticas de desperdício de água.

Refira-se que a existência de contadores em desadequadas condições de funcionamento e a ausência de contadores em alguns locais da rede, não permitem concluir com rigor a evolução dos volumes de água aduzida, água faturada e água perdida e não faturada.

A água distribuída pela EMAE aos seus clientes apresentou elevados padrões de qualidade, com apenas um número residual de análises com incumprimento dos valores paramétricos internacionalmente estabelecidos.

6.3. Atividade Comercial

6.3.1. – Gestão de Clientes

A EMAE segue uma política comercial que não realizou progressos dignos de realce. De facto, os procedimentos e os instrumentos de gestão não evoluíram significativamente e a função informática continua obsoleta apesar de parcas melhorias com o processo de integração de três softwares distintos.

No final do ano, a EMAE contava com 83 472 clientes, mais 2 945 novos clientes que em 2024, dos quais 59 559 clientes do serviço de eletricidade e apenas 23 913 clientes do serviço de água, o que representa, em termos globais, um acréscimo de 3,39%.

A EMAE dispõe de dois sistemas de gestão de clientes para a atividade de eletricidade. Um sistema pós-pagamento de contadores convencionais com 54 802 clientes e outro sistema de contadores eletrónicos de pré-pagamento, com 4 757 clientes.

No serviço de eletricidade, dos 59 559 clientes, 49 413 pontos de entrega estão equipados com contadores de energia, dos quais 16.000 com contadores instalados há mais de uma década e os

restantes 10 146 clientes sem contadores de energia. No âmbito do plano de reestruturação da EMAE e do Setor Elétrico Nacional (PRSE) com financiamento do Banco Mundial em paralelo com o Banco Europeu de Investimento (IDA D1260), foram adquiridos 20.000 contadores inteligentes de energia para equipar todos os clientes que são grandes consumidores, bem como substituir contadores obsoletos, para além de contadores estatísticos nas instalações técnicas da EMAE. Porém sua instalação massiva está condicionada a configurações do software e associada ao projeto de requalificação da rede de distribuição em baixa tensão em 56 zonas bem identificadas como críticas em todo o país.

No serviço de água, dos 23 913 clientes, apenas o número de 7 962 estão equipados com contadores e em desadequadas condições de funcionamento, enquanto a maior parcela dos restantes 15 951 clientes com ausência de contadores. A falta de equipamentos de contagem a todos os níveis, clientes e instalações da EMAE (armazenagem e pontos-chave de distribuição) não permitem concluir com rigor a evolução dos volumes de água aduzida, água tratada, água faturada e água perdida, e constituem fraquezas que a EMAE deverá solucionar para se alinhar aos padrões de rigor na gestão da unidade técnica complexa de água e garantir o seu desenvolvimento sustentável.

Num universo de 83 472 clientes, apenas 23 913 (28,65%) estão cadastrados na base de dados do serviço de água com ligações domiciliaries o que coloca São Tomé e Príncipe muito aquém do Objetivo 6, ODS da ONU, visando alcançar até 2030 o acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos. Apesar de quase metade da água consumida se verificar nos chafarizes/fontanários e lavandarias públicos, presume-se que grande parte dos restantes clientes de energia tenham ligações domiciliaries clandestinas de água. Por falta de recursos financeiros e materiais, não foi possível ao longo do ano a EMAE pugnar por medidas corretivas que se prendem com a necessidade de levar a cabo campanhas de inventariação e identificação dos clientes bem como a atualização do cadastro da base de dados georreferenciados.

A insuficiência de recursos indispensáveis, frustraram também a pretendida proximidade dos Clientes e a acrescida flexibilidade e presteza nas tomadas de decisão e nas intervenções técnicas e operacionais, para que as necessidades dos Clientes tenham respostas no tempo certo e com crescente qualidade. Apesar dos constrangimentos acima descritos, a distribuição de energia elétrica e de água utiliza as sinergias potenciadas pelos ajustes introduzidos nos procedimentos do circuito comercial e, relativamente ao relacionamento com os Clientes, observa-se, agora, a prática de todo e qualquer assunto poder ser tratado de forma descentralizada.

No domínio da gestão corrente, introduziu-se a política de rigor na cobrança da faturação – pagamento dos consumos de água e eletricidade dentro dos prazos – bem como com a progressiva regularização das obrigações em atraso, mas essa política encontra muita resistência de clientes institucionais com autonomia administrativa e financeira.

6.3.2. – Sistema Tarifário

Relativamente a componente preço, após duas décadas de hibernação foi finalmente introduzida, através da Resolução do GOVERNO n.º 044/2024, publicado no Diário da República n.º 05, I Série, de 16 de janeiro de 2025, uma nova estratificação tarifária de eletricidade para o próximo período regulatório 2025 - 2029, com 21 tarifas diferentes e escalões progressivos de consumo dentro do período de faturação, mas sem atualização das tarifas de água, face aos pesados investimentos em infraestruturas no setor e possibilitar ao mesmo tempo, recuperar parcialmente o volume de água potável não faturada na ordem de 46%. Porém, com o novo governo esta nova estratificação tarifária de eletricidade para o próximo período regulatório 2025 – 2029, não teve continuidade e foi interrompido em 2026.

A tabela tarifária reflete o preço da energia consumida, a soma da componente variável expressa em STN/KWh e da componente fixa expressa em STN/mês, mais o imposto (IVA) que recai sobre o valor da fatura e entrou em vigor a partir da faturação do mês de fevereiro de 2025. Por tudo o acima exposto, a EMAE ainda não dispõe de elementos para análise de potenciais impactos da Revisão das Tarifas de

Eletricidade, sobretudo após a redução da tarifa de Iluminação Pública que era de STN 9,87/KWh e passou para apenas STN 3,675/KWh, enquanto EMAE tem dificuldade por ausência de contadores estatísticos nos Postos de Transformação e desconhecer o total de postes de iluminação pública instalados pelas Autarquias Locais em todo o país, na maioria dos casos tecnicamente empíricas, sem articulação técnica e institucional com a EMAE.

A EMAE entende que o mix tarifário da energia elétrica precisa ser mais simples e mais racional, e reajustável periodicamente. O equilíbrio das contas da EMAE exige um aumento de mais de 100 por cento nas tarifas, mas reconhece que tarifas custo-reflectivas imediatas levam ao aumento inabarcável do custo para os consumidores. Torna-se, pois, indispensável, as autoridades competentes acelerarem o processo de transição energética para fontes renováveis e incentivar a alteração da matriz energética atual com mais de 95% de fonte diesel. As receitas de energia da EMAE em 2025 totalizaram 366.568 milhares de dobras (equivalente de 14,96 milhões de Euros), enquanto os custos da rubrica gasóleo de produção diesel atingiram 579.888 milhares de dobras (equivalente de 23,7 milhões de euros), refletindo um défice acima de 36% só nesta rubrica, financiado pelo Governo e ENCO. E este défice estrutural não incorpora os custos de transporte de combustível. O presente mecanismo se mostra insustentável a prazo na medida em que pode levar ENCO a suspender o fornecimento de gasóleo a crédito.

Em resultado da decisão dos sucessivos Governos, a EMAE sempre praticou preços sociais compatíveis com o baixo poder de compra das populações, claramente desfasados dos custos de exploração, sem que para tanto tenha recebido qualquer tipo de compensação, circunstância que aliás tem contribuído para os seus prejuízos acumulados ao longo de vários exercícios e para a fragilização da empresa e do próprio setor elétrico nacional.

Com os efeitos negativos presenciados no aumento geral de preços, a manutenção das tarifas sociais de eletricidade e de água se tornam insustentáveis, o que sugere que os desequilíbrios decorrentes desta decisão deveriam ser quantificados e consubstanciados em subsídios líquidos anuais da Orçamento Geral do Estado para a EMAE. No final deste exercício económico, esta desfasagem nos

resultados operacionais negativos atingiu o montante de 585.520 milhares de dobras, equivalente de 23,9 milhões de Euros.

As tarifas de água não foram reajustadas desde outubro de 2007 quando no mesmo período, o preço do gasóleo cresceu, a inflação acumulada subiu e a depreciação da dobra face ao dólar que é a moeda de transações de combustíveis foi exponencial. Daí a necessidade de implementação de uma nova estrutura tarifária que incorpore todos os custos de produção e reflita a evolução do preço do gasóleo, da taxa de câmbio e da taxa de inflação, enquanto condição indispensável para, a curto prazo, assegurar a estabilidade financeira e a produtividade da empresa. De outro modo, enquanto não se investir na transição energética para fontes renováveis de baixo custo e modernizar as infraestruturas de rede de transporte e de distribuição para reduzir as perdas, o Governo, enquanto acionista único, teria que suportar grande parte das obrigações da EMAE perante terceiros, designadamente ENCO e Produtores Independentes de eletricidade.

Presentemente, os clientes da EMAE gozam de uma tarifa média muito inferior ao custo unitário de Kilowatt-hora de eletricidade. Os clientes domésticos consomem metade da produção, mas gera apenas 26,65% da receita total. Relativamente às tarifas para o sector empresarial, preços cerca de 50% abaixo do custo, com exceção do setor bancário e de telecomunicações.

6.3.3. – Faturação

A faturação líquida da energia elétrica atingiu em 31 de dezembro de 2025, o montante de 366.568 milhares de dobras, dos quais 339.308 milhares de dobras do sistema pós-pago e 27.260 milhares de dobras do sistema pré-pago, mais 7,51% que o volume da faturação em 2024 que foi de 340.962 milhares de dobras. No entanto, esta faturação em que está incluída a energia de origem hidroelétrica com uma contribuição de 4,9%% e solar fotovoltaica com uma representatividade de 1,6% foi muito abaixo do custo com a rubrica “gasóleo de produção diesel” de 30 265 136 litros no valor de 579.888 milhares de dobras.

A venda líquida da água ascendeu a 48.975 milhares de dobras, traduzindo um decréscimo de 6,07% quando comparado com o volume da faturação de 2024 no valor de 52.137 milhares de dobras, o que correspondeu a uma representatividade de apenas 11,79% na formação dos proveitos inerentes ao valor acrescentado. Relativamente ao ano anterior, verificou-se um incremento global de 5,72% no volume de negócio. O volume de faturação bruta, incluindo aluguer de contadores, adesão aos serviços, serviços complementares, excluindo impostos indiretos, ascendeu em 2025, ao montante de 448.350 milhares de dobras, refletindo uma expressiva evolução no sentido ascendente de 7% face a 2024 que foi de 419.007 milhares de dobras.

6.3.4. – Cobrança e Recuperação de dívidas em atraso

Apesar da tendência para a recuperação dos créditos sobre Clientes, o seu montante no final do ano continua a justificar o reforço de uma política de rigor na cobrança da faturação.

No final do ano, o total de cobrança bruta da EMAE, agregando os serviços auxiliares e complementares aos clientes, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) foi de 559.767 milhares de dobras, mais 99,31% que em 2024 cujo volume de cobrança foi de 280.858 milhares de dobras e representou, no cômputo geral, 134,71% do volume de faturação líquida global de água e eletricidade.

Quando comparado com exercícios anteriores, a cobrança em 2025 traduziu um forte incremento da dívida de clientes, já que a mesma representa um significativo crescimento face a idêntica relação verificada em 2024, justificado pela regularização da dívida da Administração Pública e Iluminação Pública, correspondente a 54% do valor total cobrado. Neste domínio, a diversidade de situações, a natureza das ações desenvolvidas e os resultados alcançados justificam uma análise separada dos grandes conjuntos de Clientes devedores, sob pena da EMAE ficar sem “Caixa” para solver obrigações urgentes e inadiáveis.

No que respeita às dívidas de clientes e relativamente à Administração Pública e Iluminação Pública, se continuaram a observar muita irregularidade no cumprimento dos prazos de pagamentos, mas verificou-se que a dívida decresceu significativamente estando em aberto créditos sobre o Estado no montante de 54.890 milhares de dobras em 31 de dezembro de 2025, contra expressivos 149.871 milhares de dobras em 2024, representando um exponencial decréscimo muito acima de 63,38 pontos percentuais.

No conjunto de Empresas Públicas e Instituições Autónomas do Estado com uma dívida de 94 620 milhares de dobras, mostram-se altamente significativas e preocupantes, as dívidas acumuladas de total insustentabilidade da Assembleia Nacional, (STN 13.741 milhares), os Tribunais com dívida de STN 26.706 milhares de dobras e a ENASA (STN 31.996 milhares) em crescimento continuado e a representar 76,56% desta rubrica.

O valor da dívida no setor profissional de empresas de indústria, comércio e serviços de 62.331 milhares de dobras registou um forte incremento de 18,97% quando comparado com a posição verificada no ano anterior que era de 52,4 milhões de dobras e corresponde essencialmente ao impacto da recuperação de dívidas vencidas, conjugada com a faturação do mês de dezembro de 2024, com data limite de pagamento em janeiro do exercício seguinte.

A carteira de clientes domésticos (particulares) apresenta uma dívida insustentável de 205.707 milhares de dobras e reflete um acentuado incremento em crescendo de 7,79 %, face ao exercício de 2024 que foi de 190.842 milhares de dobras e tem, no cômputo geral, um peso significativo de quase metade (47,97%) da dívida global.

Globalmente, e dando ênfase ao acréscimo do volume de vendas, podemos caraterizar a evolução do ciclo comercial da EMAE em 2025 como segue:

- Diminuição significativa da dívida da Administração Pública (63,38%);
- Decremento moderado do volume de água faturada de 6,07%;

- Incremento do volume da eletricidade faturada de mais 7,51%;
- Decréscimo da Carteira da dívida global de Clientes (16,59%);
- Incremento exponencial de cobrança de mais 99,31%;
- Aumento abismal de clientes de energia (9.532 ou 104,29%) e de água (1.839 ou 143,25%);
- Insustentabilidade da dívida global de Empresas Públicas e Instituições Autônomas do Estado.

6.3.5 – Dívidas de Clientes

No final do ano o total de créditos sobre Clientes era de 428.263 milhares de dobras. Uma parte muito significativa respeita a dívida de clientes domésticos que representa na dívida global de clientes cerca de 47,96%, com 205.380 milhares de dobras.

CLIENTES - CONTA CORRENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Dbs)				
DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024	Var. Valor	Var. %
Serviço Doméstico/Residencial	205 379 627	190 533 359	14 846 268	7,79
Comercial	48 188 371	36 614 883	11 573 488	31,61
Industrial	14 143 036	11 674 509	2 468 527	21,14
Administração Pública	50 978 580	169 731 043	-118 752 463	-69,97
ASSEMBLEIA NACIONAL	13 741 466	12 029 394	1 712 072	14,23
TRIBUNAIS	26 706 472	47 766 118	-21 059 646	-44,09
Outras Instit Autônomas do Estado	22 176 106	10 806 638	11 369 468	105,21
ENASA	31 996 275	31 379 700	616 575	1,96
Iluminação Pública	3 911 524	0	3 911 524	100,00
Outras Empresas Públicas	0	2 797 003	-2 797 003	-100,00
Trabalhadores EMAE	0	308 800	-308 800	-100,00
Missões Diplomáticas	801 700	438 708	362 992	82,74
Administração Regional (Estado)	0	9 793 300	-9 793 300	-100,00
Setor Financeiro	6 472 404	4 288 870	2 183 534	50,91
Setor Telecomunicações	3 804 401	11 351 289	-7 546 888	-66,48
Companhias Aéreas	253 154	215 705	37 449	17,36
Organismos Privados	0	4 104 388	-4 104 388	-100,00
Outras Entidades	0	183 912	-183 912	-100,00
Clientes Credores	-289 917	-222 208	-67 709	-100,00
TOTAL	428 263 199	543 795 411	-115 532 212	-21,25

A dívida da Administração Pública, incluindo, Empresas Públicas, Instituições Autônomas do Estado e Iluminação Pública) no montante de 149.511 milhares de dobras decresceu acentuadamente de

105,14% face ao ano transato e representa 34,86% do total desta rubrica. Os pagamentos por parte do Tesouro Público continuam irregulares, o que conduz a prazos médios de recebimentos do Estado relativamente elevados, com o consequente incumprimento na amortização das dívidas vencidas e atrasadas da EMAE perante ENCO sem um plano nacional em vista para a sua reestruturação, designadamente com classificação de dívidas de longo prazo que datam de duas décadas e contabilizadas nos livros obrigatórios da EMAE como dívidas de curto prazo, por falta de negociações e acordos com ENCO para a reestruturação da dívida com outros termos e condições exequíveis e acordadas entre as partes.

As Autarquias (Câmaras Distritais) através de chafarizes (515) e lavandarias (119), responsáveis por cerca de 58,4% do volume total de água consumida e faturada, correspondente a 4 228 690 m³, constituem figuras emblemáticas de desperdício de água com grandes consumos e perdas consideráveis, além de constituírem fontes de contaminação por falta de sistemas de drenagem, e a ausência quase total de dados precisos por falta de equipamentos de contagem, tem forte impacto no erário público e no défice do Produto Interno Bruto (PIB).

Para além do caso preocupante da Empresa Pública ENASA com uma pesada dívida de 32 milhões de dobras, de salientar as Instituições Autónomas do Estado com dívidas de total insustentabilidade no montante de 94,6 milhões de dobras, das quais os Tribunais e a Assembleia Nacional com uma dívida em mora de 26,7 e 13,7 milhões de dobras respetivamente e perfazendo 72,4 milhões de dobras, e a representar estas três entidades 76,53% desta rubrica.

A dívida do Setor Empresarial no montante de 72,9 milhões de dobras, registou um aumento de 11% quando comparado com a posição verificada no ano anterior que era de 68,3 milhões de dobras, e tem, no cômputo geral, uma representatividade não despreciable de 17%.

Assinale-se o peso significativo, cerca de 47,97%, que a dívida de clientes domésticos (particulares) no montante de 205,7 milhões de dobras representa na carteira da dívida global de terceiros. Esta

situação deve-se ao facto de o seu montante ser ainda, na sua maior parte, constituída por dívida vencida e registada há longo tempo nas contas da EMAE.

6.4. - Sistemas de Informação e Tecnologia

Em 2025, a EMAE consolidou o processo de integração dos principais módulos de suporte para a gestão comercial, contabilidade financeira, gestão de recursos humanos e sistemas pré-pago. Este processo de integração dos sistemas de informação para corrigir o ambiente de sistemas informáticos autónomos em forma de ilha permitiu EMAE possuir, em 2025, um sistema de informação coordenado, com todas as informações em tempo real sobre as suas operações diárias automaticamente.

No entanto esta transição digital com o processo de configurações de parametrização ainda em desenvolvimento apresenta erros e incorreções, além de outros sistemas ainda isolados como gestão do ativo fixo, gestão de *stocks* e aprovisionamento, gestão das infraestruturas (SIG – Sistema de Informação geográfica), e conceção e introdução da contabilidade analítica e da contabilidade regulatória do setor elétrico, recomendada pela AGER (Autoridade Geral de Regulação).

Esta alternativa vem antecipar o Projeto de aquisição e instalação de sistema de informação para gestão integrada de recursos corporativos orçamentado em 9,9 milhões de dólares, no âmbito do Projeto ACRE (Projeto de Acesso a Energia Limpa e Resiliente), financiado pelo Banco Mundial em paralelo com BAD – Banco Africano de Desenvolvimento, projeto sob gestão da AFAP (Agência Fiduciária de Administração de Projetos).

6.5 - Prevenção e Segurança

As atividades da EMAE, em particular o setor elétrico, são bastante sensíveis à ocorrência de acidentes, por isso, a empresa vem desenvolvendo um esforço de defesa, ações de organização e promoção da segurança. Por razões de ordem financeira, a empresa começou por contratar apólice de seguro de

acidente de trabalho e apólice de seguro de saúde para os seus mais de 400 trabalhadores e respetivos agregados familiares, e tem em carteira perspectivas de contratar apólice de seguro de responsabilidade civil.

Em termos de equipamentos no que a segurança e prevenção dizem respeito, a EMAE não está suficientemente dotada de equipamentos de elevação e movimentação, de medidas e ferramentas normalizadas. Na EMAE há uma consciência assumida neste domínio e, por isso, a prevenção e segurança estão na primeira linha das preocupações da empresa. As ações desencadeadas não se esgotam nas atividades dos seus colaboradores, são também os equipamentos e as instalações que naturalmente têm de respeitar as exigências de segurança.

No entanto, o problema maior reside no estado anacrónico das redes elétricas que favorecem o roubo anárquico e quase generalizado de energia de forma tecnicamente empírica, pondo em risco vidas humanas, com consequências financeiras extraordinariamente severas para a EMAE em termos indemnizatórios. Neste domínio, um programa de investimento em equipamentos e ferramentas normalizados deve ser complementado com suporte legislativo que permita dissuadir e punir os infratores pelo furto e fraude de energia e água e ainda disciplinar o civismo das populações para permitir ao mesmo tempo a EMAE se proteger da utilização indevida e abusiva do seu património técnico e dos seus serviços.

6.6 - Inspeção e Auditoria

No início de maio de 2025 a EMAE depositou no Tribunal de Contas a Guia de Remessa de Prestação de Contas relativamente ao exercício económico de 2024, nos termos da Instrução n.º 001/2012 – Instrução Sobre Elaboração e Apresentação das Contas “ISEAC”, de 28 de dezembro, visando o processo de análise e julgamento da conta de gerência do referido exercício. Paralelamente, um exemplar do Relatório e Contas, foi depositado na Direção do Tesouro e na Inspeção Geral de Finanças,

nos termos dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 22/2011 que aprova o Regime Jurídico das Empresas Públicas e do Setor Empresarial Público.

Em setembro de 2025, através da ref.º: 1147/436/SJ/TdC/2025, o Tribunal de Contas notificou EMAE no âmbito do processo n.º 669/2025, o Relatório e o Acórdão VIC n.º 33/PFS/2025 a quitação da conta de gerência da EMAE referente ao exercício de 2024.

Em matéria de controlo financeiro, fiscalização e inspeções, a EMAE está ainda sujeita à Inspeção Fiscal da Direção dos Impostos, Inspeção do Instituto Nacional de Segurança Social, bem como a inspeção da Direção-Geral do Trabalho, inspeção do Instituto Nacional de Proteção de Dados Pessoas (INPDP) e inspeção da AGER (Autoridade Geral de Regulação), sem prejuízo das competências atribuídas por Lei ao Tribunal de Contas.

Neste enquadramento, a partir de janeiro de 2025, foi desenvolvida uma Auditoria de Conformidade e Operacional à Primeira Fase de Contrato Administrativo de Investimento celebrado entre o Estado RDSTP e a Sociedade TESLA STP Unipessoal, Lda. relativa ao Processo n.º 1054/2024 do Tribunal de Contas, com fundamento no Acórdão n.º 11/2024, no qual os Juízes Conselheiros deliberaram na realização da fiscalização sucessiva da implementação dos investimentos acordados.

6.7 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

6.7.1 - Enquadramento Fiscal

O Código de Imposto sobre Rendimento de Pessoas Coletivas aprovado pela Lei n.º 16/2008 de 26 de dezembro coloca a sujeição da EMAE ao imposto como qualquer sociedade comercial. A Empresa encontra-se sujeita a imposto sobre o rendimento à Taxa Normal de 25% (vinte e cinco por cento).

A data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro, os créditos fiscais e de outros entes públicos sobre EMAE que ainda não foram liquidados pela Empresa e devidamente refletidos nas suas

demonstrações financeiras, ascendiam no total a 11.387.759 dobras. A situação Fiscal e contributiva para a Segurança Social da EMAE, apresentou, em 2025 a evolução seguinte:

Situação Fiscal da EMAE em 2025 (em Dbs)					
Rubricas	Saldo Inicial	Apuramento Imposto	Transfer interna	Pagamento Imposto	Saldo Final
Segurança Social	1 371 689	13 249 466	0	12 737 747	1 883 408
Subtotal	1 371 689	13 249 466	0	12 737 747	1 883 408
Retenção IRS Pessoal EMAE	2 085 225	17 142 001	0	16 810 408	2 416 818
Retenção Profissional Liberal	54 078	722 136	0	697 166	79 048
Retenção não Residentes	0	493 727	0	431 298	62 429
TAV - Taxa Audiovisual	3 070 289	4 628 775	0	6 106 961	1 592 103
Imposto Consumo não Resid.	0	0	0	0	0
Imposto Consumo Cobrado	372 195	0	0	372 195	0
Imposto de Selo Faturação	0	0	0	0	0
Subtotal	5 581 787	22 986 639	0	24 418 028	4 150 398
Imp Consumo não Cobrado	3 979 831	372 195	0	242 741	4 109 285
Subtotal	3 979 831	372 195	0	242 741	4 109 285
Imposto Valor Acrescentado					
IVA FATURA NÃO COBRADA	2 672 882	0		2 672 882	0
IVA A PAGAR	1 277 816	17 087 748		17 120 896	1 244 668
Subtotal IVA	3 950 698	17 087 748	0	19 793 778	1 244 668
TOTAL GERAL	14 884 005	53 696 048	0	57 192 294	11 387 759

Ao longo do ano 2025 foram efetuadas liquidações mensais de Imposto sobre Rendimento (IRS) e Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), bem como das contribuições para a Segurança Social, nos termos do prazo regulamentar, enquanto o Imposto sobre o Consumo de exercícios anteriores faturado e não cobrado foi objeto de um Memorando e um Plano de Amortização mensal acordado com a Direção dos Impostos independentemente da sua efetiva cobrança.

Assim, em 2025, a EMAE envidou um esforço financeiro, depositando nos cofres da Administração Fiscal, o montante de 44.454.547 dobras, passando o Balanço da EMAE em 31 de dezembro de 2025, a

evidenciar uma dívida fiscal não vencida referente às obrigações fiscais e contributivas do mês de dezembro de 2025 que se vencem nos termos regulamentares em janeiro de 2026, no montante de apenas 5.395.066 dobras.

Os restantes 4.109.285 dobras dizem respeito ao imposto sobre o consumo de exercícios anteriores e não cobrados como evidencia a carteira de dívida de clientes no montante de 428,9 milhões de dobras, e que foi objeto de um Memorando com a Administração Fiscal. De enfatizar que, conforme o disposto no n.º 1 do Artigo 102.º do Decreto-Lei n.º 26/2014 de 31 de dezembro, a EMAE só está habilitada a cortar o serviço a um cliente por falta de pagamento de faturas com mais de sessenta dias em atraso e desde que tenha sido comunicado, após esse período, com quinze dias de antecedência em relação à data do corte, o que penaliza sobremaneira a tesouraria da EMAE a pagar as suas obrigações sobre faturação e não sobre cobrança efetiva.

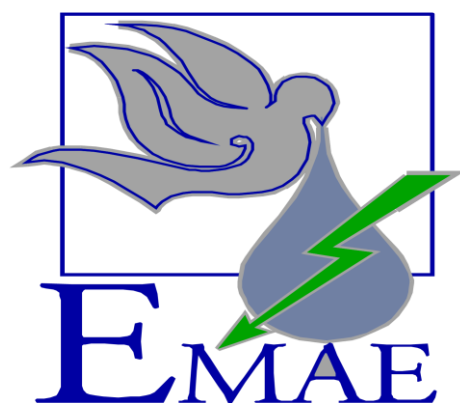
Na esfera de contribuições sociais, em 2025, a EMAE depositou nos cofres do Instituto Nacional de Segurança Social, o montante de 12.737.747 dobras, continuando em dívida apenas a parcela de contribuições do mês de dezembro de 2025, no montante de 1.883.408 dobras, que se vencem nos termos regulamentares em janeiro de 2026.

6.7.2 - Operações particulares com o Estado

No âmbito da Contabilidade OCAM, as operações particulares com o Estado se referem às operações financeiras e patrimoniais que ocorrem entre o Estado e outros entes públicos e empresas públicas ou privadas. Essas operações podem ser de diversas naturezas, incluindo empréstimos e financiamentos, subvenções, concessões e permissões, etc. O registo das operações particulares com o Estado deve ser feito de forma individualizada, com a identificação da natureza da operação, do valor da transação e da contraparte envolvida.

Em 31 de dezembro de 2025, o Balanço Patrimonial da EMAE releva as seguintes operações com o Estado e outros entes públicos:

OPERAÇÕES PARTICULARES COM O ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS					
Conta	Entidade	Natureza da Operação	Contraparte	ACTIVO	PASSIVO
438007	Autoridade Geral Aduaneira	Despacho Alfandegário	EMAE/AGA		11 464 056,01
438009	Projeto PC5 Água Casada	Linha de Transporte	Cunha Soares	28 060 254,14	
438101	Tesouro Público/EMAE	Conta Especial BISTP	EMAE/DT		36 750 000,00
438201	ESTADO/Tesouro Público	Fornecimento Gasóleo	ENCO/EMAE		1 459 127 200,76
TOTAL				28 060 254,14	1 507 341 256,77
SALDO					1 479 281 002,63



7 – RECURSOS HUMANOS

7. RECURSOS HUMANOS

7. – Recursos Humanos

Conforme o disposto no Artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 22/2011 que aprova o Regime Jurídico das Empresas Públicas e do Setor Empresarial Público, o Estatuto de Pessoal da EMAE está sujeito ao regime de contrato individual de trabalho, Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 6/2019, de 11 de abril, salvo o disposto em legislação especial.

Ao nível da gestão dos recursos humanos, o recrutamento e a situação contratual caracterizaram-se no ano em análise, e face ao ano anterior, por uma cuidada estabilidade, que se apresenta do seguinte modo:

- Evolução no sentido descendente do número total de trabalhadores (8,25%);
- Diminuição de 3,64% do número de trabalhadores efetivos;
- Ligeiro aumento (6,8%) do número total de trabalhadores em regime de contrato;
- Número significativo de abandono do posto de trabalho e pedido de licenças sem vencimento (10,8%) devido ao forte fluxo de emigração para o estrangeiro.

Em conclusão, o número total de trabalhadores ao serviço da EMAE em 31 de dezembro de 2025, decresceu 8,25%, relativamente a igual momento de 2024.

7.1 – Recursos Humanos por Vínculo Laboral

O número total de 467 trabalhadores, dos quais 94 em regime de contrato, 39 em regime de prestação de serviço e 4 na condição de estagiário em 31 de dezembro de 2025, decresceu 8,25%, relativamente a igual momento em 2024 com 509 trabalhadores, dos quais 88 em regime de contrato e 5 em regime de contrato de estágio.

O número de colaboradores não qualificados em regime de prestação de serviço cresceu de 2,6%, com apenas mais um prestador de serviço, passando de 38 em 31 de dezembro de 2024 para 39 em 31 de dezembro de 2025.

Estas variações inseriram-se num processo de reajustamento dos recursos humanos, consistente com o desenvolvimento infraestrutural registado tanto no setor elétrico como no setor de abastecimento de água, e de equilíbrio da restrição da mão de obra devido ao fluxo de emigração para o estrangeiro.

Os prestadores de serviço tratam-se de trabalhadores não qualificados de apoio para limpeza do corredor de linhas elétricas e abertura de valas para estabelecimento ou reparação de condutas de água e cabos elétricos subterrâneos.

RECURSOS HUMANOS POR VÍNCULO LABORAL						
N/O	Pessoal	TOTAL			Variação	
		2025		2024	Quant.	Perc. (%)
1	Efetivo	397		412	-15	-3,64
2	Contrato	94		88	6	6,82
	Subtotal	491		500	-9	-1,80
3	Licença s/ vencimento	-35		-21	-14	66,67
4	Junta médica	-5		-3	-2	66,67
5	Comissão serviço	-2		-2	0	0,00
6	Abandono posto trabalho	-22		-4	-18	450,00
7	Reforma	-3		-4	1	-25,00
	Subtotal	424		466	-42	-9,01
8	Estagiário	4		5	-1	-20,00
	Subtotal	428		471	-43	-9,13
9	Prestação de Serviço	39		38	1	2,63
	SOMA	467		509	-42	-8,25

7.2 – Recursos Humanos por Habilitações e por Género

Observa-se no quadro seguinte que apenas 16% dos trabalhadores da EMAE têm uma formação superior ou média, percentagem bastante reduzida para o que se pretende dentro da empresa para alcançar o objetivo de desempenho e serviços de qualidade com eficiência e eficácia.

RECURSOS HUMANOS POR HABILITAÇÕES E GÉNERO					
Habilitações Literárias	2025		2024		Var. %
	Masculino	Femenino	Masculino	Femenino	
Ensino Básico	104	27	138	28	-21%
Ensino Secundário	195	33	204	33	-4%
Quadros Médios	7	1	7	0	14%
Ensino Superior	39	18	38	18	2%
Subtotal	345	79	387	79	-9%
Total	424		466		-9,0%

Em questão de género, a representatividade das Mulheres (18,6%) está muito aquém da equidade apesar da EMAE aplicar o princípio da igualdade de oportunidades associadas ao género. Há que promover quadros legais bem como a revisão, em sede de instituições que possuam competências de promoção dos direitos das Mulheres (Educação, Saúde, Segurança e Justiça) dos problemas específicos de papéis sociais de Género para prosseguir os objetivos de participação das Mulheres no processo de desenvolvimento sustentável do país. No capítulo de habilitações, e dentro do grau universitário as Mulheres com uma representatividade de 34,2%, apresenta no cômputo geral e proporcional um melhor indicador relativamente aos Homens, com apenas 13,3%.

7.3 – Recursos Humanos por Setor e Direção

Infere-se do quadro seguinte que a direção de Eletricidade com 164 trabalhadores (39%) e a direção Comercial com 93 trabalhadores (22%), absorvem a maior parcela do número de pessoal ao serviço da empresa, seguidas da direção de Água com 77 trabalhadores (18%). Essa desequilibrada

proporcionalidade se justifica pela existência de múltiplos centros electroprodutores sem qualquer sistema de automatismo e de quinze sistemas autónomos de abastecimento de água, bem como um sistema de gestão comercial com tecnologia de informação obsoleta e um circuito comercial de porta a porta dos clientes sem novas tecnologias.

RECURSOS HUMANOS POR SETOR/DIREÇÃO							
Setor/Direção	2025			2024		Variação 25/24	
	Número	Perc.		Número	Perc.	Número	Perc.
Direção Geral	15	4%		14	3%	1	7%
Delegação RA Príncipe	29	7%		27	6%	2	7%
Direção Financeira	46	11%		60	14%	-14	-23%
Direção Comercial	93	22%		101	24%	-8	-8%
Direção de Eletricidade	164	39%		173	41%	-9	-5%
Direção de Água	77	18%		91	21%	-14	-15%
Total	424	100%		466	110%	-42	-9%

7.4 – Despesas com o Pessoal

As despesas com o pessoal apresentam um acréscimo global de 6,84% face ao exercício anterior, e igual desvio face aos objetivos programados e teve por base a satisfação da reivindicação sindical, designadamente, aumento de salários à semelhança da função pública que o Conselho de Direção da EMAE anuiu em forma de subsídio de refeição para não desestruturar a grelha salarial em vigor e evitar custos extraordinariamente mais severos de uma greve para o país, atualização dos restantes subsídios e o descongelamento de promoções horizontais e verticais.

A estrutura de apresentação da «conta 65 – Custos com o Pessoal» permite evidenciar a segregação entre os custos dos órgãos sociais executivos dos custos com o pessoal. As variações ocorridas não incorporam as remunerações dos Órgãos Sociais não executivos, concretamente o Órgão Conselho Fiscal, a registar na «conta 64» como preconiza o plano de contabilidade OCAM.

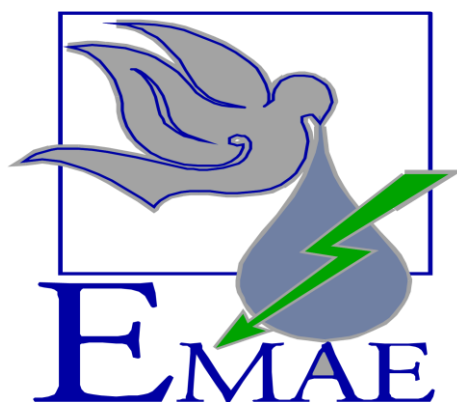
Para além de diversas intervenções que visaram melhorar as condições de trabalho dos colaboradores da Empresa, foram também realizadas variadas ações de formação de modo a dotar os colaboradores de mais conhecimentos e para aperfeiçoar e consolidar as suas competências profissionais.

Em 2025, procurou-se desenvolver o grau de flexibilidade que melhor possibilitou a mobilidade e sinergias em toda a cadeia das atividades e serviços a montante e a jusante, numa ótica de racionalização e aproveitamento de capacidades e competências.

Tem-se procurado dar uma particular atenção ao progressivo rejuvenescimento e adequação da equipa de pessoal às necessidades da empresa, criando em determinadas classes profissionais um desfasamento de idades por forma a assegurar a transferência de experiências e a continuidade das atividades, tendo em vista o acompanhamento dos processos técnicos e administrativos de trabalho que é imperativo e inadiável. Este processo foi conduzido com os trabalhadores e não contra os trabalhadores para não se registar qualquer conflitualidade social nem quebras de continuidade na realização dos objetivos da empresa e tem sido acompanhado com medidas que procuram premiar os melhores desempenhos na medida da sua contribuição para a realização desses resultados.

Assim, em 2025, as despesas com o pessoal evoluíram da seguinte maneira:

DESPESAS COM O PESSOAL				
	31/12/2025	31/12/2024	Var. 25/24	
	Db	Db	Valor	%
Órgãos Sociais Executivos:				
Salários e Ordenados Órgãos Executivos	3 172 472	3 005 074	167 398	5,57%
Subsídio Função Órgãos Sociais	1 296 554	1 313 663	-17 109	-1,30%
Subsídio Desempenho e Gestão	1 010 728	1 100 322	-89 594	-8,14%
Subsídio Transporte	9 000	1 635	7 365	450,46%
Subsídio Refeição	145 800	960	144 840	#####
Subsídio Isenção Horária	212 389	87 248	125 141	143,43%
Subsídio Condições especiais de trabalho	54 660	9 110	45 550	500,00%
Folga Remunerada Dia Aniversário	2 000	0	2 000	100,00%
Subsídio de Férias	312 594	2 004 417	-1 691 823	-84,40%
Subsídio de Natal (13º)	392 872	342 589	50 283	14,68%
Subtotal	6 609 069	7 865 018	-1 255 949	-15,97%
Remunerações de Pessoal				
Salários e Ordenados de Pessoal	47 545 944	48 803 772	-1 257 828	-2,58%
Subsídios Transporte	5 225 253	5 148 446	76 807	1,49%
Subsídios Refeição	15 173 283	13 093 262	2 080 021	15,89%
Subsídio Chefia - Linha Hierárquica	11 002 575	7 757 350	3 245 225	41,83%
Horas Extraordinárias	1 684 396	2 224 347	-539 951	-24,27%
Prémio Desempenho e Gestão	7 239 956	7 582 506	-342 550	-4,52%
Subsídio de Férias	5 510 213	5 599 194	-88 981	-1,59%
Subsídio de Natal (13.º)	6 647 015	5 966 728	680 287	11,40%
Subsídios Isenção de Horário	2 643 059	2 438 003	205 056	8,41%
Folga Remunerada Dia Aniversário	214 000	0	214 000	100,00%
Prémios Acompanhamento de Projetos	2 274 345	2 339 678	-65 333	-2,79%
Abono para Falhas	323 893			
Subsídio Condições Especiais Trabalho	3 127 929	2 812 026	315 903	11,23%
Fiscalização Fraude Energia e Água	725 060	495 112	229 948	46,44%
Subtotal	109 336 921	104 260 424	4 752 604	4,87%
Encargos sobre remunerações	7 729 096	6 358 469	1 370 627	21,56%
Outros custos com Pessoal:				
Ajudas de Custo	320 485	335 478	-14 993	-4,47%
Assistência Médica e Medicamentosa	183 609	1 017 184	-833 575	-81,95%
Formação Técnico-Profissional	1 435 273	530 153	905 120	170,73%
Uniformes e Trajes Trabalho	457 121	35 229	421 892	1197,6%
Indemnização Cessação Mandatos	0	0	0	0,0%
Outras Despesas c/ Pessoal	158 825	145 902	12 923	8,86%
Subtotal	2 555 313	2 063 946	491 367	23,81%
TOTAL	126 230 399	120 547 857	5 358 649	4,71%



8 – INVESTIMENTO REALIZADO

8. INVESTIMENTO REALIZADO

8. – Despesas de Investimento Realizado em 2025

No contexto atual de crise económica e social mundial que se prolonga desde a pandemia de covid-19, e até a atual guerra na Ucrânia, conjugado com o contexto de insularidade e limitações infraestruturais, as atividades foram fortemente condicionadas causando atrasos e constrangimentos nas aquisições de bens e serviços dos vários projetos em andamento.

Contudo, apesar das limitações, no ano 2025 deu-se continuidade às atividades iniciadas em anos anteriores e iniciaram-se outras, que no âmbito do desenvolvimento das infraestruturas da empresa, quer no acompanhamento, gestão e fiscalização de projetos.

Os investimentos abrangeram áreas diversas e visaram: (i) redução de perdas e melhoria da qualidade de eletricidade; (ii) aumento da taxa de cobertura de Eletricidade e Água; (iii) aumentos de faturação e cobrança; e (iv) melhorias de eficiência comercial e técnica.

O investimento realizado pela EMAE em ativos imobilizados no ano de 2025 atingiu 88.433 milhares de dobras. A custos técnicos, a maior parcela de 51.144 milhares de dobras em imobilizações em curso coube ao setor de eletricidade no âmbito do projeto de construção da linha de transporte em Média Tensão (MT) a 30 KV de Água Casada – Guadalupe, Posto de Corte (PC5) em Guadalupe e incorporação de Fibra Óptica, financiado pelo Banco Mundial através da AFAP (Agência Fiduciária de Administração de Projetos).

O investimento de 18.813 milhares de dobras, relevado na rubrica “Edifícios e outras construções” respeita, fundamentalmente a construção do edifício da Unidade de Implementação de Projetos (UIP), financiado pelo Banco Mundial, no âmbito do Projeto ACRE (Acesso à Energia Limpa e Resiliente).

O montante de 5.206 milhares de dobras relevado na rubrica “produção termoelétrica” diz respeito a grande manutenção dos grupos geradores Caterpillar na Região Autónoma do Príncipe, e aquisição de dois geradores para as centrais isoladas de Ponta Baleia e Monte Mário.

Na rubrica “Transporte de Eletricidade, o montante relevado de 2.525 milhares de dobras correspondeu ao investimento na requalificação da rede de média tensão a 30 KV de Milagrosa e Posto de Transformação da Trindade.

Na rubrica “Distribuição de Eletricidade”, o investimento relevado no montante de 5.302 milhares de dobras, inclui aquisição massiva de contadores trifásicos e monofásicos, extensão e requalificação da rede BT e PT de Água Porca, Praia Tanmarinos, Trindade, Santana, Margarida Manuel, Planca Primeira, S. Finícia, Liceu de S. Marçal e Fundo Nacional de Medicamentos em Gonga.

Os 2.481 milhares de dobras investidos em “Equipamento Administrativo” respeita a aquisição de equipamentos informáticos, mobiliário de escritório e investimentos de substituição de aparelhos de ar condicionado, para apetrechamento de instrumentos de trabalho.

No setor de água, 7.588 milhares de dobras foram investidos 6.451 milhares de dobras no Projeto de Abastecimento de Água de Santana e Água Izé, enquanto o montante de 1.137 milhares de dobras se destinaram ao projeto de reabilitação da captação do sistema de Prado.

O montante de 799 milhares de dobras relevado na rubrica “Equipamento de Transporte” respeita a aquisição de um veículo de marca Suzuki Jymny All Grip de 5 portas para os expedientes administrativos, uma motorizada para o setor de água, e a grande reparação do trator da delegação no Príncipe.

No conjunto das rubricas “Ferramentas e Utensílios”, o investimento relevado no montante global de 108 milhares de dobras respeita a aquisição de ferramentas especiais e utensílios diversos padronizados de água e eletricidade, de acordo com as especificidades técnicas e operacionais.

Despesas de Investimento em 2025 (Dbs)			
Rubrica	2025	2024	Var. %
Imobilizações Incorpóreas			
Despesas imobilizadas	0	0	0%
Imobilizações incorpóreas	0	0	0%
Desp/Val Incorpóreos Imobilizados (I)	0	0	0%
Imobilizações Corpóreas			
Edifícios e outras construções	18 812 781	5 866 563	221%
Equipamento Básico:			
Equipamento técnico específico			
Produção Termoelétrica	5 205 559	9 261 923	-44%
Transporte de Electricidade	2 524 898	320 650	687%
Distribuição de Electricidade	5 302 329	3 953 949	34%
Sistemas de Abastecimento de Água	0	1 285 671	-100%
Equipamento de Transporte	799 158	997 650	-20%
Equipamento Administrativo	2 481 495	1 815 723	37%
Outro Equipamento Básico	21 900	33 100	0%
Ferramentas e Utensílios	108 735	385 578	-72%
Outras Imobilizações Corpóreas	241 202	127 965	88%
Imobilizações Corpóreas (II)	35 498 057	24 048 772	48%
Imobilizações em curso			
Edifícios e Construções	-1 241 318	0	-100%
Redes Elétricas e seus Componentes	51 144 862	66 212 977	-23%
Sistemas Abastecimento de Água	7 588 713	347 712 469	-98%
Centrais Equipamentos de Produção	-5 186 873	-6 090 602	-15%
Outras Imobilizações Corpóreas em Curso	629 931	-1 754 119	136%
Imobilizações em curso (III)	52 935 314	406 080 724	-87%
Adiantamentos a Fornecedores Imob	0	19 103 271	-100%
Adiantamentos Fornecedores Imob (IV)	0	19 103 271	100%
Investimentos Financeiros			
Títulos Imobilizados	0	0	0%
Investimentos Financeiros (V)	0	0	0%
TOTAL GERAL I + II + III + IV + V = (VI)	88 433 371	449 232 767	-80%

Fonte de Financiamento	Montante 2025	Montante 2024	Variação
Subsídios do Estado	31 370 122	91 539 728	-66%
Donativos + Empréstimo Org. Internacionais	2 909 817	347 712 469	-99%
Empréstimos Bancários	0	0	0%
Recursos da própria EMAE	54 153 432	9 980 570	443%
Total	88 433 371	449 232 767	-80%

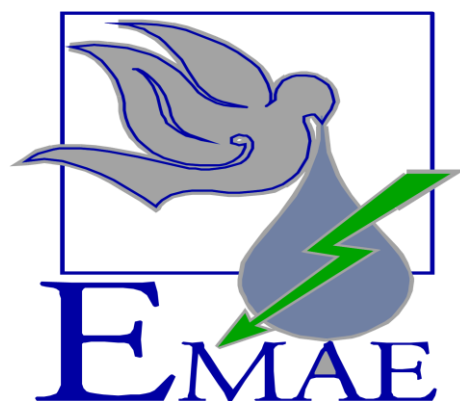
8.1. – Subsídios ao Investimento

Os imobilizados compartilhados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes imobilizados. O custo da amortização destes bens é compensado em proveitos e ganhos extraordinários pela amortização das participações, a qual é efetuada na mesma base e às mesmas taxas dos respetivos imobilizados compartilhados.

Os donativos concedidos à Empresa são registados como proveitos diferidos, na rubrica de antecipações passivas, e reconhecidos na demonstração dos resultados de forma consistente e proporcional às amortizações dos bens cuja aquisição foi subsidiada.

Os saldos, inicial e final, relevados no Balanço em 31 de dezembro de 2025, apresentam os seguintes movimentos ocorridos no presente exercício, expressos em dobras (STN).

SUBSÍDIO DE INVESTIMENTO					
Subsídio Imob. Bruto em 2024	Montante recebido em 2025	Montante Total	Rédito do período	Rédito acumulado	Rédito por reconhecer em 2026
2 708 104 673	48 810 303	2 756 914 976	71 129 714	1 114 207 601	1 642 707 375



9 – ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

9. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

9. – Análise Económico-Financeira

No âmbito do PRSE (Projeto de Recuperação do Setor Elétrico) com financiamento garantido do Banco Mundial em paralelo com o Banco Europeu de Investimento, um dos componentes contempla a aquisição e instalação de um sistema integrado visando uma adequada modernização do sistema de gestão de informação com consequente desenvolvimento de processos e atividades da função informática e contabilística, variáveis transversais e determinantes na realização económica e financeira da Empresa.

Esta futura reorganização foi precedida do componente do projeto de inventário e reavaliação do património da EMAE em 2022, e teve subjacente a intenção de salvaguardar os interesses da EMAE e restituir à Empresa as vantagens da racionalidade financeira, nomeadamente no que respeita a mobilização dos fluxos de tesouraria, de financiamento e de custos em termos analíticos e cumprindo as normas IFRS (*International Financial Reporting Standards*) adoptadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

No contexto de desequilíbrio financeiro em que a EMAE desenvolve as suas atividades, caracterizado por tarifas desfasadas, ajustes automáticos no preço do gasóleo e instabilidade cambial face ao dólar, dificilmente a EMAE poderá pugnar por uma gestão satisfatória do seu endividamento acumulado. Em 31 de dezembro de 2025 o passivo corrente que atingia um valor de 5.754.558 milhares de dobras, era superior ao ativo corrente em 5.173.858 milhares de dobras, sendo relevante concluir, com base no princípio da continuidade, que a EMAE não dispõe das condições de financiamento para manter as atividades.

A instabilidade cambial do dólar, observada no ano, gerou uma diferença líquida de câmbio favorável no montante de 507.825 milhares com as responsabilidades em dólares com ENCO como verificado

nos exercícios anteriores e registada excecionalmente na conta de Resultados Transitados por se tratar de regularizações não frequentes e de grande significado, considerando a idade da dívida de duas décadas afetando negativamente os capitais próprios e não o resultado do exercício, de acordo os princípios contabilísticos internacionalmente aceites.

Em síntese, ao longo de 2025, continuaram-se os estrangulamentos tanto de natureza estrutural como de natureza conjuntural, destacando-se neste contexto, o processo de manutenção programada dos grupos geradores com grandes atrasos por falta de disponibilidade financeira, capacidade de potência disponível da própria EMAE vai se deteriorando de forma evolutiva e o parceiro TESLA não manifesta qualquer interesse em levar a cabo a manutenção dos seus geradores inoperantes há um ano do calendário civil, argumentando falta de pagamento e má qualidade de combustível, situações que geraram a suspensão abrupta e unilateral da operação da TESLA enquanto decorriam negociações e geraram um déficit energético no desde 21 de agosto e todo o resto do segundo semestre, com sucessivos deslazes de carga para preservar o funcionamento do sistema elétrico em condições aceitáveis de tensão, com consequente constrição das atividades económicas e administrativas, incomodidade da população e impacto negativo na economia nacional.

Nos subsectores de transporte e distribuição de energia eléctrica e seus principais componentes, subsistem ainda uma grande extensão de redes eléctricas obsoletas que ainda sobrevivem do período colonial gerando enormes perdas técnicas e condições propícias para furto generalizado da energia eléctrica.

No subsector de comercialização, a ausência total de equipamentos específicos padronizados não permite determinar com rigor o volume de perdas não-técnicas (furtos, fraudes e outras perdas comerciais), por vezes, intencionalmente ou não, provocadas por processamentos informáticos contraproducentes.

O ano 2025 caracterizou-se assim, pela persistência da situação energética com capacidade esgotada face à demanda apesar do carácter momentâneo de permanente disponibilidade sem racionalização na

distribuição de eletricidade durante o primeiro semestre, exceto por imponderáveis técnicos que escapam ao controlo humano, crescimento exponencial da dívida de clientes, dívida de total insustentabilidade perante ENCO, furtos e fraudes generalizados de água e energia elétrica, carência no abastecimento de água em muitas localidades, e um sem número de constrangimentos como a manifesta insatisfação de recursos humanos e de clientes da empresa.

São um conjunto complexo de problemas que a Direção da EMAE não pode resolver sozinha. A conversão da fonte de geração energética de menor custo, bem como financiamento de investimentos na modernização de redes elétricas visando reduzir as perdas para níveis de padrão internacional e reajustamento das tarifas a aplicar são matérias da competência exclusiva do Governo, enquanto o combate sustentável a fraude e furto da energia elétrica só produzirá resultados com um Plano Nacional estabelecendo parcerias institucionais entre EMAE e as autoridades policiais e judiciais, com assumida vontade política do Governo.

A exigência de rigor e de competência na gestão, aos diferentes níveis de responsabilidade, deve ser reforçada e consolidada para melhorar o índice de controlo das variáveis fundamentais na estrutura de custos de exploração e de investimentos no setor elétrico nacional e no setor de água potável.

Nestas condições, as contas da EMAE apresentaram um resultado líquido negativo de 501.210 milhares de dobras. Este resultado líquido motivado fundamentalmente pela fonte de geração *diesel* muito dispendiosa, conjugada com perdas técnicas e comerciais de 20% de eletricidade e na ordem de 45% de água não faturada, bem como de tarifas desfasadas, recomenda com acuidade a exigência de afinar os princípios e produzir instrumentos mais adequados para o desempenho operacional, económico e financeiro que permitam a sustentabilidade da empresa e dos respetivos setores e serviços de interesse económico geral.

9.1. Contas de Exploração e Apuramento dos Resultados

Apesar do resultado operacional negativo de 585.520 milhares de dobras, muito por força da evolução adversa do contexto em que a EMAE desenvolve as suas atividades, acrescida ainda pela ausência de um projeto integrado de desenvolvimento holístico de todos os subconjuntos do setor de eletricidade, com ênfase na conversão de fontes de geração de energias renováveis e limpas, bem como redução de perdas para níveis de padrão internacional, a EMAE acabou por registar um prejuízo menos acentuado, alcançando, no final do exercício de 2025, um Resultado Líquido Negativo de 501.210 milhares de dobras, mercê da parca contribuição de apenas 11,79% do serviço de água no montante e 48.975 milhares de dobras e de proveitos extraexploração provenientes de subsídios de investimento reconhecidos proporcionalmente às amortizações no montante de 71.166 milhares de dobras.

O resultado operacional negativo decorreu, fundamentalmente, da fonte de geração quase exclusivamente a base de gasóleo (94,90%), fraca componente de origem hidroelétrica com uma representatividade de apenas 3,9%, complementada com 1,2% de energia solar fotovoltaica e tarifas sociais sem compensação através de subsídios específicos do Estado.

As rubricas mais destacadas da Demonstração de Resultados evidenciaram a seguinte evolução:

CONTAS DE EXPLORAÇÃO E APURAMENTO DE RESULTADOS				
Unidade : Dobras (Dbs)			Variação	
Resultados		31/12/2025	31/12/2024	%
Rendimentos e Ganhos Operacionais (RGO)	(+)	448 349 684	419 006 754	7,00
Gastos e Oerdas Operacionais (GPO)	(-)	1 033 870 049	1 279 248 606	-19,18
Resultados Operacionais (RO=RGO-GPO)	(=)	-585 520 365	-860 241 852	-31,94
Rendimentos e Ganhos Financeiros (RGF)	(+)	6 186	568	989,08
Gastos e Perdas Financeiros (GPF)	(-)	659 705	910 236	-27,52
Resultados Correntes (RC=RO+RGF-GPF)	(=)	-586 173 885	-861 151 520	-31,93
Outros Rendimentos e Ganhos	(+)	88 461 764	88 738 425	-0,31
Outros Gastos e Perdas	(-)	3 498 776	911 010	284,05
Resultados antes de Impostos (Ral=RC+ORG-OGP)	(=)	-501 210 896	-773 324 104	-35,19
Imposto sobre o Rendimento (IR)	(-)	0	0	0,00
Resultado Líquido do Exercício (=Ral-IR)	(=)	-501 210 896	-773 324 104	-35,19

9.1.1. Resultados Operacionais

A Empresa alcançou no final do exercício de 2025, um prejuízo operacional, que se cifrou em 585.520 milhares de dobras, traduzindo este valor, face à posição alcançada no exercício anterior que foi também negativo de 860.242 milhares de dobras, um significativo desagravamento dos resultados operacionais de 31,94% invertendo a tendência de resultado negativo superior no exercício anterior.

Este resultado operacional negativo decorreu, fundamentalmente, da litigância no sistema da faturação do parceiro TESLA ainda por solucionar através da revisão do Contrato PPP celebrado com o Estado Santomense e no qual a EMAE exerce o papel de “Comprador”, dos níveis de perdas não partilhados nem compensados parcialmente no sistema tarifário, conjugados com a manutenção de tarifas desfasadas dos custos de produção e de exploração, e aos quais se somam ainda alguma ineficiência comercial.

9.1.2. Rendimentos e Gastos Operacionais

No que se refere à estrutura de Proveitos continuou a destacar-se a expressão da componente de energia elétrica, a representar 88,21%, facto que reflete a necessidade de revisão da estrutura tarifária de água da Empresa, com uma representatividade de fraca expressão (11,79%), face aos intensivos investimentos no setor nos últimos anos e recuperação parcial das expressivas perdas de água não faturada de 46%.

Os resultados operacionais apurados continuam a evidenciar uma estrutura desequilibrada entre o volume da eletricidade faturada, incluindo a contribuição de origem hidroelétrica, pese embora com uma representatividade de apenas 3,9%, com um total de receita da venda de eletricidade no montante de apenas 366.569 milhares de dobras, contra um custo com a rubrica “gasóleo de produção térmica” superior em 41,81% no montante de 579.888 milhares de dobras e ao qual se deve acrescer

mais 453.982 milhares de dobras de outros custos operacionais, com maior incidência na compra de eletricidade de produtor independente TESLA, custos com pessoal e amortizações.

O conjunto dos Proveitos Operacionais de 448.350 milhares de dobras, representando apenas 83,52% dos Proveitos Totais, mais 5,48 p.p. que em 2024, registou, entretanto, em valor, um acréscimo de 27.900 milhares de dobras, relativamente ao valor atingido no ano transato que foi de 508.918 milhares de dobras. Este significativo incremento deveu-se, em parte, ao efeito da nova estratificação tarifária de eletricidade que entrou em vigor em fevereiro de 2025, mas sem continuidade em 2026 como determina a RESOLUÇÃO DO GOVERNO n.º 044/2024, publicado no Diário da República n.º 05, I Série, de 16 de janeiro de 2025, relativamente ao período regulatório 2025 – 2029 para se atingir o **Breakeven** (ou ponto de equilíbrio).

O volume de negócio de água, por seu lado, registou uma evolução no sentido descendente, com uma receita de água faturada no montante de 48.975 milhares de dobras, representando um acentuado decréscimo de 6,07% face a 2024 que foi de 52.137 milhares de dobras.

Porém, a variação conjugada de venda de eletricidade e água, registou no seu conjunto, um acréscimo não despidendo de 22.479 milhares de dobras, na ordem de 5,72% dos proveitos totais das vendas de água e de eletricidade face a 2024.

Paralelamente, incrementou-se a expressão dos Proveitos das Atividades Suplementares ou auxiliares (mais 26,64 p.p. que em 2024) a traduzir a evolução favorável dos Proveitos relativos às atividades secundárias de contratos de adesão aos serviços de água e eletricidade, restabelecimentos dos serviços, regularização de fraudes e, de forma mais relevante, o comportamento dos proveitos decorrentes dos trabalhos para a própria empresa como o transporte de combustível. Deve referir-se ainda que essas atividades não refletiram o aumento de 1.661 ligações novas de eletricidade e de 1.278 novas ligações domiciliares de água em 2025.

Os Custos Operacionais registaram uma expressão inferior ao ano anterior, em cerca de 31,94% que, embora para um nível de atividades num contexto de crescimento contínuo se deveu à estabilidade do preço de combustível. Relativamente ao valor da previsão, os custos inerentes às operações da Empresa registaram um significativo desvio favorável, em consequência do comportamento da evolução dos custos das rubricas «Gasóleo de Produção Térmica» e “Compra de Eletricidade”, com influência determinante neste resultado.

9.1.3. Resultados Operacionais em dobras (STN)

RESULTADOS OPERACIONAIS					
CONTA DE RESULTADOS (em Dbs)		2025	2024	Variação	
				Valor	Perc.
Vendas de electricidade		366 568 661	340 926 930	25 641 731	7,52%
Vendas de água		48 974 980	52 137 453	-3 162 473	-6,07%
Consumos da própria EMAE		7 338 798	5 583 633	1 755 165	31,43%
Transporte Gasóleo p/ conta própria		8 130 171	7 095 850	1 034 321	14,58%
PROVEITOS INERENTES					
AO VALOR ACRESCENTADO		431 012 610	405 743 866	25 268 744	6,23%
Gasóleo Electroprodução		579 887 723	796 669 288	-216 781 565	-27,21%
Compra de Electricidade		101 069 353	155 569 723	-54 500 370	-35%
Óleos Lubrificantes		6 045 854	3 217 192	2 828 662	88%
Manutenção Geradores e Centrais		25 348 601	16 315 137	9 033 464	55,37%
Redes de Transporte e Distribuição		7 627 609	3 249 181	4 378 428	134,75%
Transporte de Combustível Produção		8 741 957	8 471 019	270 938	3%
Outros custos de Electricidade		495 687	178 945	316 742	177,01%
Custos Operacionais Sector Água		10 231 272	7 421 757	2 809 515	37,86%
Fornecimentos e Serviços Externos		21 165 628	19 377 361	1 788 267	9,23%
Outros serviços consumidos		22 776 037	17 135 677	5 640 360	32,92%
CONSUMOS MAT. & FORNECIMENTOS	(-)	783 389 721	1 027 605 280	-244 215 559	-23,77%
VALOR ACRESCENTADO BRUTO	(=)	-352 377 111	-621 861 414	269 484 303	-43,34%
Custos Diversos de Exploração	(-)	4 745 069	3 052 179	1 692 890	55,46%
Despesa com o pessoal	(-)	126 230 399	120 800 489	5 429 910	4,49%
Impostos indirectos	(-)	1 939 271	544 747	1 394 524	255,99%
Outros Proveitos de exploração	(+)	17 337 075	13 262 888	4 074 187	30,72%
EXCEDENTE BRUTO DE EXPLORAÇÃO	(=)	-467 954 775	-732 995 941	266 734 056	-36,16%
Amortizações	(-)	117 565 589	127 245 910	-9 680 321	-7,61%
Subsídios de Exploração	(+)	0	0	0	0,00%
RESULTADOS OPERACIONAIS	(=)	-585 520 365	-860 241 852	276 414 377	-31,94%

Face aos níveis de realização em 2025, a aquisição de matérias-primas, materiais, fornecimentos e serviços, registou, em valor, um acentuado decréscimo de menos 244.215 milhares de dobras, motivada fundamentalmente pela relativa estabilidade do preço do gasóleo cuja rubrica registou um decréscimo de 27,21% face ao exercício anterior e pelo moderado incremento nos proveitos de eletricidade e água de mais 22.480 milhares de dobras (5,72%).

No entanto, perante o litígio no âmbito da execução do “Contrato PPP” com a TESLA pela sobrefaturação de 31 469 888 MWh de energia faturada e não fornecida, expresso no valor de 2.341.360 Euros, equivalente de STN 57.363 milhares reconhecidos nas demonstrações financeiras, os resultados da EMAE neste exercício seriam bem melhores.

Os encargos com Pessoal refletiram uma variação de mais 4,49 p.p. que em 2024, decorrente da reivindicação sindical pelo alinhamento com o aumento na função pública, atualização de subsídios inerentes e descongelamento de promoções horizontais e verticais.

O acréscimo de mais 37,86% observado nos custos operacionais e técnicos do setor de Água foi decorrente de intensas intervenções de manutenção corretiva e reabilitação das redes de adução e de distribuição dos vários sistemas em estado avançado de degradação.

9.1.4. Resultados Financeiros

O comportamento da função financeira foi negativo, ou seja, a EMAE registou despesa financeira líquida, que se traduziu, fundamentalmente, nos juros suportados sobre empréstimo contraído em exercícios anteriores e contas correntes bancárias, no montante de 659.705 dobras. Comparativamente a expressão do montante relativo a 2023, a variação nesta classe de contas apresentou um significativo decréscimo de 27,52%.

Referindo os fatores que influenciaram o endividamento herdado, destaca-se a necessidade de financiamento dos investimentos que se revelaram necessários ao eficiente desenvolvimento das

atividades da empresa, justificada pela acumulação significativa de dívidas atrasadas dos organismos autônomos do Estado, com maior incidência nos Tribunais e na Assembleia Nacional, das Empresas Públicas onde a ENASA se sobressai pela negativa com dívida em crescendo e de total insustentabilidade e restantes categorias de clientes, com a consequente pressão na tesouraria da Empresa.

No final do exercício se verificou um expressivo ganho cambial líquido pelas diferenças de câmbio correspondente à atualização do passivo com ENCO, no montante de 507.825 milhares de dobras. Porém, como determinam os princípios contabilísticos internacionalmente aceites, foi registada excecionalmente na conta de “Resultados Transitados” considerando tratar-se de regularizações não frequentes e de grande significado, conjugado a idade da dívida de duas décadas que afetam negativamente os capitais próprios e não o resultado do exercício por imperativos de gestão.

9.1.5. Demonstração de Resultados Financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição em dobras (STN):

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS				
Rbricas		2025	2024	Var. %
Custos e perdas :				
Juros suportados sobre empréstimos		468 954	910 236	-48,48
Juros das contas correntes bancárias		190 705	0	100,00
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis		0	0	0,00
Descontos concedidos		0	0	0,00
Outros Custos e Perdas Financeiros		46	0	100,00
		659 705	910 236	-27,52
Resultados Financeiros		-653 519	-909 668	-28,16
		6 186	568	
Proveitos e Ganhos :				
Juros e proveitos similares obtidos		0	0	0,00
Ganhos em Aplicações de Tesouraria		0	0	0,00
Rendimentos de Participação de Capital		0	0	0,00
Rendimentos de Imóveis		0	0	0,00
Diferenças de Câmbio Favoráveis		0	0	0,00
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros		6 186	568	989,08
		6 186	568	989,08

- a) A rubrica de juros suportados sobre empréstimo refere-se exclusivamente à remuneração do empréstimo corrente de uma única instituição bancária com a qual a EMAE herdou uma dívida de exercícios anteriores com perfil de longo prazo, (oito anos) mas que terminou neste exercício económico de 2025, o que eixou as Direções sucessivas impossibilitadas de recorrer a novos empréstimos bancários ao longo de quase uma década. Na perspetiva da EMAE, o Governo deve apenas conceder “Carta Conforto” para contração de Empréstimos reembolsáveis dentro do limite do período de cada mandato do Órgão Social Executivo em exercício estabelecido na Lei para não comprometer ou selar o acesso aos vindouros. O Decreto-Lei n.º 22/2011 que aprova o Regime Jurídico das Empresas Públicas e do Setor Empresarial Público é claro no número 2. do Artigo 25.º que determina que a Direção Geral é composta pelo Diretor Geral e por um mínimo de dois Diretores e um máximo de quatro diretores, nomeados para mandatos de três anos, renováveis em caso de recondução.
- b) O acentuado decréscimo no montante de 250.531 dobras relevado na rubrica juros suportados face ao exercício transato se deveu ao decréscimo do capital em dívida e a não renovação de novos empréstimos ou contas caucionadas (descobertos) nos bancos, com os fundamentos expostos na linha a) em supra.

9.1.6. Resultados Extraexploração

O Resultado Extraexploração evidenciou um comportamento positivo de 84.963 milhares de dobras, resultado este que decorreu, fundamentalmente, da componente positiva relacionada com subsídios de investimentos em imobilizações reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações no montante de 71.130 milhares de dobras, ao qual se acresce subsídios de Estado à exploração que atingiu o valor de STN 17.195 milhares de dobras para financiar a manutenção dos grupos geradores ABC da central de Santo Amaro 2 e outras subvenções em projetos de menor impacto.

9.1.7. Demonstração de Resultados Extraexploração

Os resultados extraexploração têm a seguinte composição em dobras (STN):

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAEXPLORAÇÃO			
Rbricas	2025	2024	Var. %
Gastos e Perdas:			
Correcções exercícios anteriores	3 191 879	550 738	479,56
Donativos Mecenato Social & Cultural	13 300	9 094	46,25
Menos Valia - Abate Imobilizações	0	0	-100,00
Apoio Institucional	293 597	348 923	-15,86
Outros Gastos e Perdas Extraexploração	0	2 255	-100,00
	3 498 776	911 010	284,05
Resultados Extraexploração	84 962 988	87 827 415	-3,26
	88 461 764	88 738 425	-0,31
Rendimentos e Ganhos:			
Quota-parte Amort. Subsídios Investimentos	71 129 714	75 507 624	-5,80
Mais-Valia Alienação Imobilizações	0	0	0,00
Subsídios do Estado	17 295 532	11 549 825	49,75
Correcções exercícios anteriores	36 518	377 183	-90,32
Subproduto, Resíduos, Refugo	0	124 500	-100,00
Outros rendimentos/ganhos extraexploração	0	1 179 293	-100,00
	88 461 764	88 738 425	-0,31

- Na rubrica “Correcções exercícios anteriores” (gastos e perdas) respeitam regularizações frequentes e de pouco significado.
- Na rubrica “Donativos Mecenato Social & Cultural” (gastos e perdas) incluem as atividades sociais desenvolvidas pela empresa em apoios concedidos para atividades culturais de instituições escolares e outros organismos públicos e privados.
- A rubrica “Apoio Institucional” (gastos e perdas) derivam de despesas relacionadas com ações que requerem interações entre o Ministério de Tutela e a EMAE, no interesse do setor para representações em fóruns bilaterais, regionais e internacionais com o Know-how ou expertise em assuntos de interesse estratégico nacional em harmonia com o GOP e o PIP aprovados pela Assembleia Nacional.

- d) A rubrica de “Quota-parte Amort. de subsídios para investimentos” (rendimentos e ganhos) refere-se aos subsídios para investimentos em imobilizações reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações.
- e) A rubrica “Subsídios do Estado” (rendimentos e ganhos) correspondem à subvenções provenientes do Tesouro Público para suprir financiamentos que EMAE não pode solver pelos seus próprios meios.
- f) A rubrica Outros rendimentos e ganhos extraexploração (rendimentos e ganhos), está relacionada com venda de óleo queimado, tambores e bidões vazios, e outros subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos.

9.2. - Situação Patrimonial

Face aos circunstancialismos em que a EMAE desenvolve as suas atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia elétrica e de captação, adução, tratamento, armazenamento, distribuição e comercialização de água, a estrutura do Balanço reflete um desequilíbrio bastante expressivo; o rácio de Autonomia Financeira se apresenta deteriorado e o grau de cobertura do imobilizado nulo.

O património da EMAE sofreu, durante o ano 2025, a seguinte evolução expressa em dobras (STN):

A relação do passivo de MLP/capitais próprios situa-se muito além da unidade, o que representa um indicador particularmente desfavorável em atividades muito capital intensivo como o setor de eletricidade.

O Ativo Líquido da EMAE apresentou um decréscimo de 98.510 milhares de dobras, facto que representou uma variação negativa muito impactante de 4%, refletindo, em larga medida, o efeito da conjugação da diminuição de 48.477 milhares de dobras em imobilizações líquidas representando uma variação descendente de 2,7%, um ligeiro decréscimo em existências, no montante de 5,6 milhares de dobras (18,3%), bem como do satisfatório incremento de 18,2 p.p. em disponibilidades representando em valor o montante de uma variação de mais 637 milhares de dobras em contraste diametralmente oposto com os dados estatísticos e numéricos, face ao exercício transato, e por último, um decréscimo de realizável a curto prazo de 46.148 milhares de dobras com uma representatividade de 7,8%.

BALANÇO					
	2025	2024	Perc.	Valor Var.	(%)
ACTIVO	2 347 553 215	2 446 064 007	100	-98 510 792	-4,0%
Imobilizado Líquido	1 766 853 072	1 815 329 702	75,26	-48 476 630	-2,7%
Existência	25 148 332	30 779 171	1,07	-5 630 839	-18,3%
Realizável a Médio e Longo Prazo	0	0	0,00	0	0,0%
Realizável Curto Prazo	548 846 970	594 994 856	23,38	-46 147 886	-7,8%
Disponibilidades	4 131 323	3 494 001	0,18	637 322	18,2%
Acrésc. e Diferimentos	2 573 518	1 466 277	0,11	1 107 241	75,5%
CAPITAIS PRÓPRIOS E PASSIVO	2 347 553 215	2 446 064 007	100	-113 576 992	-4,0%
CAPITAIS PRÓPRIOS	-5 110 848 093	-5 118 381 193	-217,71	-7 533 100	-0,1%
Capital	104 580 338	104 580 338	4,45	0	0,0%
Reservas	0	0	0,00	0	0,0%
Result. Transitados	-4 714 217 535	-4 449 637 427	-200,81	264 580 108	5,9%
Result. Líquido Exercício	-501 210 896	-773 324 104	-21,35	-272 113 208	-35,2%
Subsídios Investimentos	1 642 707 375	1 665 026 786	69,98	-22 319 411	-1,3%
PASSIVO	5 815 693 933	5 899 418 414	247,73	-83 724 481	-1,4%
Provisões	0	0	0,00	0	
Exigível MLP	61 135 512	10 597 185	2,60	50 538 327	476,9%
Exigível CP	5 751 745 519	5 883 925 142	245,01	-132 179 623	-2,2%
Acrésc. e Diferimentos	2 812 902	4 896 086	0,12	-2 083 184	-42,5%

O Passivo da EMAE apresentou um ligeiro decréscimo de 1,4 %, ou seja, menos 83.724 milhares de dobras que em 2024. Este montante decorreu, essencialmente, do somatório da diminuição do exigível a curto prazo que decresceu substancialmente de 2,2%, e representa uma diminuição de 132.180 milhares de dobras, e do acréscimo substancial de 476,9% em exigível de longo prazo, no montante de 50.538 milhares de dobras em obrigações financeiras perante a banca, enquanto os acréscimos e diferimentos uma acentuada redução de 42,5% mas pouco expressivo em valor no montante de apenas 2.083 milhares de dobras, representando 0,05% sem qualquer impacto no total do Passivo.

Os Subsídios para Investimentos apresentaram uma ligeira variação negativa de 1,3%, se revelando de fraco impacto na estrutura de capitais permanentes, dado o nível de deterioração da situação líquida da empresa em falência técnica, incluindo o rédito dos subsídios de investimento, no montante de 1.642.707 milhares de dobras e por esses subsídios representarem proveitos diferidos diluídos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações em cada exercício económico.

Durante o ano, a Empresa foi atingida pelos reflexos da política de retração dos investimentos públicos. As variações negativas evidenciadas no “Imobilizado líquido” e nos “Subsídios de investimento” resultaram, respetivamente, de parques investimentos realizados, quer para o setor de eletricidade, quer para o setor de abastecimento de água, com muitos projetos em curso, mas poucas realizações em receção provisória e entrada em funcionamento pleno, como consequência das restrições do período da pandemia que interrompeu projetos já iniciados e não permitiu o arranque de novos projetos que já estavam calendarizados, conjugado com o prolongado processo de negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), seguido de restrições no âmbito do Acordo do Crédito Alargado.

O total da formação bruta de ativo fixo representou 3.223.349 milhares de dobras, mas as correspondentes amortizações provocaram uma significativa diluição das variações indicadas em imobilizações para percentagens e valores líquidos com menor impacto em 1.766.853 milhares de dobras, enquanto a situação líquida negativa da empresa em 31 de dezembro de 2025 passa de

5.118.381 milhares de dobras, sem integração de subsídios de investimentos em 2024, para 5.110.848 milhares de dobras no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Com a integração do subsídio de investimentos esses valores reduzem-se para 3.453.354 milhares de dobras em 2024 e para 3.468.141 milhares de dobras em 2025, sempre influenciado pelos resultados líquidos negativos e resultados transitados que descapitalizam inexoravelmente a empresa.

Pelo método dos índices, e considerando os valores de 2024 com o índice 100, teremos a seguinte evolução em dobras (STN) e variações em percentagens:

ACTIVO	2025		2024	
IMOBILIZAÇÕES	1 766 853 072	97,3296	1 815 329 702	100
EXISTÊNCIAS	25 148 332	81,7057	30 779 171	100
CRÉDITOS A CP	548 846 970	92,244	594 994 856	100
DISPONIBILIDADES	4 131 323	118,24	3 494 001	100
ACRESC & DIF	2 573 518	175,514	1 466 277	100
TOTAL	2 347 553 215	95,973	2 446 064 007	100
PASSIVO	2023		2022	
CAPITAIS PRÓPRIOS	-5 110 848 093	99,8528	-5 118 381 193	100
SUBSÍDIO DE INVESTIMENTO	1 642 707 375	98,6595	1 665 026 786	100
DÉBITOS A MLP	61 135 512	576,903	10 597 185	100
DÉBITOS A CP	5 751 745 518	98,9363	5 813 582 830	100
ACRESC & DIF	2 812 902	3,73865	75 238 398	100
TOTAL	2 347 553 215	95,973	2 446 064 007	100

9.3. Indicadores Económicos e Financeiros

A análise dos indicadores económico-financeiros evidencia uma significativa deterioração da Situação Líquida da Empresa que perdura há duas décadas que, neste ano, atingiu valor negativo de 5.110.848 milhares de dobras, valor que representa, no entretanto, um ligeiro desagravamento de 0,1%, ou seja, menos 7.533 milhares de dobras face ao ano transato que era de 5.118.381 milhares de dobras.

As autoridades competentes conhecem o diagnóstico, têm inúmeras propostas de soluções de curto, médio e longo prazo e ao menos custo, mas persiste-se em produção diesel e bloqueiam todos os projetos de transição para as energias renováveis sem apresentar explicações plausíveis à população e muito menos aos peritos da EMAE que detêm o “*know-how*” e o “*savoir-faire*” do sistema elétrico nacional e do sistema unifilar da rede elétrica, para preservar o funcionamento do sistema elétrico em condições aceitáveis de tensão exceto em contexto de imponderáveis técnicos que escapam ao controlo humano. A EMAE entende que a decisão política sectorial sobre a matéria é da competência exclusiva do Governo, mas não deve marginalizar ou excluir os técnicos da EMAE que são exclusivos no domínio da matéria a nível acional.

Apenas como alerta, a rentabilidade dos Capitais Próprios, evidenciou um desagravamento de 0,09 p.p., concorrendo para este resultado a expressiva redução da degradação de Resultado Líquido Negativo do próprio exercício a traduzir uma variação positiva de 31,94 p.p. relativamente ao ano transato, mas sem impacto positivo nos Resultados Transitados.

O grau de utilização dos Ativos, expresso pelo *ratio* entre o Volume de Negócios e o Ativo Líquido da Empresa, atingiu 0,18%, valor que traduz mais dois pontos percentuais que em 2024, particularmente justificado pelo aceitável desempenho do volume de vendas conjugado com o comportamento desfavorável dos Investimentos.

O *ratio* de Autonomia Financeira, de sinal negativo, foi de -2,18% com um agravamento de 0,09 p.p., verificando-se igual ausência de capacidade de autofinanciamento que em 2024, enquanto o *ratio* de Solvabilidade de -0,88% evidenciou também um agravamento de 0,01 p.p. aproximadamente, face a -0,87% observado em 2024, por causa da inversão da tendência da deterioração contínua da situação líquida, conjugada com a diminuição em 2,2% do exigível a curto prazo.

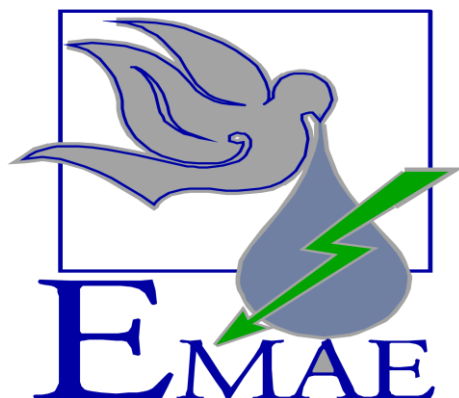
Os indicadores financeiros a seguir apresentados denotam, no final do ano de 2025, a manutenção de uma estrutura financeira desequilibrada e em contínua deterioração.

Indicadores de Estrutura Financeira				
	2025	2024	2023	2022
Endividamento	2,48	2,41	2,15	1,92
Passivo / Ativo				
Solvabilidade	-0,88	-0,87	-0,86	-0,84
Situação Líquida / Passivo (%)				
Autonomia Financeira	-2,18	-2,09	-1,85	-1,61
Capitais Próprios / Activo Total (%)				
Liquidez Geral	0,10	0,11	0,09	0,11
Activo Circulante / Passivo Curto Prazo (%)				
Liquidez Corrente	0,0007	0,0006	0,0006	0,0028
Disponibilidades / Passivo Curto Prazo				

Os indicadores económicos são também negativos, não permitindo encarar o futuro com otimismo na actual conjuntura exógena à própria EMAE, muito por força de medidas especiais do próprio acionista-Estado que não favorecem a EMAE desenvolver as suas actividades num contexto de equilíbrio financeiro, face a evolução ascendente do índice geral de preços no mercado interno e internacional.

	2025	2024	2023	2022
Volume de Negócios (Milhões Dbs)	415,5	398,7	390,5	364,3
Vendas				
EBITDA (Milhões Dbs)	-382,9	-645,2	-528,6	-679,5
Cash-Flow Operacional				
Grau de Utilização dos Ativos	0,18	0,16	0,18	0,16
Volume de Negócios / Activo Líquido				
Rentabilidade dos Capitais Próprios	0,10	0,19	0,18	0,23
Result. Líquidos / Situação Líquida ano anterior (%)				
Rentabilidade das Vendas	-1,2	-1,9	-1,7	-2,2
Resultado Líquido / Vendas				
Prazo Médio de Pagamentos	63,41	53,37	58,12	49,34
(Débitos a Fornecedores / CMFC) x 12				
Prazo Médio de Recebimentos	12,4	16,4	12,3	12,9
(Cred. Correntes Clientes / Vendas) x 12				

É de salientar que a insustentabilidade verificada nos Resultados Operacionais da EMAE afetou negativamente os restantes indicadores e o Capital Próprio se tornou cada vez inferior face ao Ativo no presente exercício findo em 31 de dezembro de 2025, situação que recomenda a conversão de “subsídios de investimento” em capital social, com vista a salvaguardar o valor material da Empresa, numa perspetiva de parcerias público-privadas.



10 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

10. Proposta de Aplicação de Resultados

10. Proposta de Aplicação dos Resultados

O Resultado Líquido negativo de STN 501.210.896 (quinhentos e um milhões, duzentos e dez mil, oitocentos e noventa e seis dobras), registado na EMAE no exercício de 2025, resulta do somatório dos seguintes valores, em dobras (STN):

- Resultados Operacionais.....	(585.520.365)
- Resultados Financeiros.....	(653.519)
- Resultados Extra Exploração.....	84.962.988

O Conselho de Direção, nos termos do Artigo 9.º dos Estatutos da EMAE, propõe, assim, que o referido Resultado Líquido do Exercício seja transferido para a conta de Resultados Transitados, dando cumprimento ao estabelecido na legislação em vigor.

São Tomé, 16 de março de 2026

O CONSELHO DE DIREÇÃO

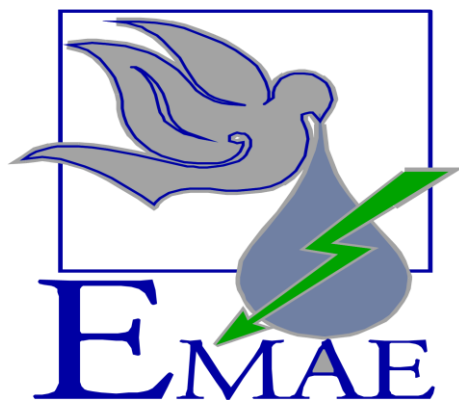
Posik Izidoro do Espírito Santo – Diretor Geral

Molelalizo Fernandes – Coordenador da Direção Administrativa e Financeira

Manuel Pereira – Diretor Comercial

Clério Guimarães de Boa Esperança – Diretor de Eletricidade

Nilton Carvalho de Assunção Lima – Diretor de Água



11 – PERSPETIVAS

11. PERSPETIVAS

11. – Perspetivas

Após o fraco desempenho no ano passado dos Projetos de Transição Energética, do Projeto de Abastecimento de Água de Santana, do Projeto de Recuperação do Setor Elétrico (PRSE), do Projeto de Acesso à Energia Limpa e Resiliente (ACRE) e do Projeto Solar P.V. Sul de Santo Amaro, perspectiva-se que em 2026, a implementação desses projetos seja acelerada e que a EMAE alcance melhores indicadores nos seus resultados do que aqueles apurados no período anterior à pandemia.

As perspetivas de muito curto prazo permanecem altamente incertas num cenário negativo de transição energética extremamente dependente de parcerias público-privadas e o seu corolário de garantias soberanas. No entanto, num cenário positivo de reformas abrangentes do Governo, poderia criar um ambiente atrativo ao investimento, favorecer o processo de mudanças e acelerar o desenvolvimento do setor.

Para EMAE, é certo que o ano de 2026 será muito difícil e exigente, devido aos efeitos negativos da morosidade na implementação de projetos sob gestão de outras entidades, o que os torna menos visíveis na EMAE, mas os esforços internos da empresa deverão continuar no sentido de mobilizar todos os recursos necessários para fazer face aos momentos mais difíceis e dar sinais de resiliência antes de se aproximar de um desempenho sustentado. Na perspetiva da EMAE é importante que o Governo acelere o processo de transição energética e migrar para energia de fontes renováveis e sustentáveis para acelerar a recuperação verde em São Tomé e Príncipe e desenvolver iniciativas da eficiência energética que tem um papel crucial na sustentabilidade do setor a nível nacional, com poupanças económico-financeiras associadas.

Ao finalizar a apresentação do Relatório do Exercício de 2025, cabe aqui assinalar, muito justamente, o grande reconhecimento e apreço do Conselho de Direção pela dedicação e elevado profissionalismo que os trabalhadores da Empresa evidenciaram no desempenho das suas funções.

O Conselho de Direção manifesta o seu especial reconhecimento aos Órgãos de Tutela pela elevada disponibilidade e prestimosa colaboração na busca de soluções e no contributo dado para a orientação estratégica da Empresa.

Reconhecidamente, agradece-se a todos quantos com a EMAE se relacionaram ou partilharam o seu saber e os seus serviços e aos que confiaram na Empresa, designadamente, clientes, parceiros, instituições de crédito, pelo seu contributo inestimável e pela compreensão manifestada pelas dificuldades inerentes às situações de natureza estrutural.

São Tomé, 16 de março de 2026.

O Conselho de Direção

Posik Izidoro do Espírito Santo

Diretor-Geral

Molelalizio Fernandes

Coordenador da Direção Administrativa e Financeiro

Manuel Pereira

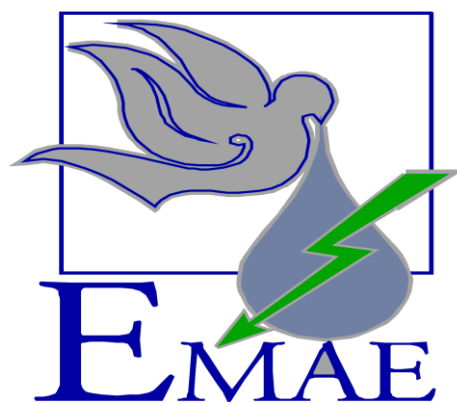
Diretor Comercial

Clério Guimarães Boa Esperança

Diretor de Eletricidade

Nilton Carvalho Assunção Lima

Diretor de Água



12 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

12. Demonstrações Financeiras

12.1. – Demonstração dos Resultados

12.1.1. – Demonstração dos Resultados por Natureza

GASTOS E PERDAS		(Valores expressos em Dbs)			
		2025		2024	
Gasto Mat. Consumidas Eletricidade:					
Gasóleo Produção Térmica		579 887 723		796 669 288	
Compra de Electricidade		101 069 353		155 569 723	
Óleos Lubrificantes		6 045 854		3 217 192	
Transporte de Combustível		8 741 957		8 471 019	
Manutenção Geradores e Centrais		25 348 601		16 315 137	
Redes Eléctricas		7 627 609		3 249 181	
Outros Gastos Electricidade		495 687	729 216 784	178 945	983 670 485
Gasto Mat. Consumidas Água:					
Captação, Adução e Distribuição		7 173 460		2 052 571	
Estações Tratamento e Laboratório		2 941 460		5 299 906	
Outros Gastos Água		116 352	10 231 272	69 280	7 421 757
Fornecimentos e Serviços Externos:					
Fornecimentos e Serviços		21 165 628		19 377 361	
Outros serviços consumidos		22 776 037		17 135 677	
Outros Gastos e Perdas Operacionais		4 745 069	48 686 734	3 052 179	39 565 217
Gastos com o Pessoal :					
Remunerações		115 945 990		112 378 074	
Encargos sociais		7 729 096		6 358 469	
Outros Gastos com Pessoal		2 555 313	126 230 399	2 063 946	120 800 489
Amortiz Imob. Corpóreo e Incorpóreo		117 565 589		127 245 910	
Provisões		0		0	
Impostos		1 939 271	119 504 860	544 747	127 790 657
(A)			1 033 870 049		1 279 248 605
Gastos e perdas financeiros			659 705		910 236
(C)			1 034 529 754		1 280 158 841
Outros Gastos e Perdas			3 498 776		911 010
(E)			1 038 028 530		1 281 069 851
Imposto sobre o rendimento do exercício			0		0
(G)			1 038 028 530		1 281 069 851
Resultado líquido do exercício			-501 210 896		-773 324 104
			536 817 634		507 745 747
Resumo		2025		2024	Variação (%)
Resultados Operacionais : (B) - (A)		-585 520 365		-860 241 852	31,94%
Resultados Financeiros : (D-B) - (C-A)		-653 519		-909 668	28,16%
Resultados Correntes : (D) - (C)		-586 173 883		-861 151 520	31,93%
Resultado antes de Impostos : (F) - (E)		-501 210 896		-773 323 104	35,19%
Resultado Líquido do Exercício : (F) - (G)		-501 210 896		-773 324 104	35,19%

Demonstração dos Resultados por Natureza

RENDIMENTOS E GANHOS		(Valores expressos em Dbs)			
		2025		2024	
Vendas :					
	Electricidade	366 568 661		340 926 930	
	Água	48 974 980	415 543 641	52 137 453	393 064 383
Prestações de serviços :					
	Aluguer Contadores	5 975 341		5 544 387	
	Adesão ao Serviço	1 330 915		1 012 398	
	Serviços Complementares	5 065 280		4 534 812	
	Outros	4 965 538	17 337 074	2 171 291	13 262 888
Trabalhos para a própria Empresa					
	Autoconsumos da Produção	7 338 798		5 583 633	
	Transporte p/conta	8 130 171		7 095 850	
	Despesas imobilizadas	0	15 468 969	0	12 679 483
	Rendimentos Suplementares	0		0	
	Subsídios à exploração	0		0	
	Rendimentos e Ganhos s Diversos	0	0	0	0
	(B)		448 349 684		419 006 754
	Ganhos em Empresas associadas	0		0	
	Rendimentos Participação Capital	0		0	
	Rend Outs Aplicações Financeiras	0		0	
	Outs Rend e Ganhos Financeiros	0	6 186	0	568
	(D)		448 355 870		419 007 322
	Outros Rendimentos e Ganhos	88 461 764	88 461 764	88 738 425	88 738 425
	(F)		536 817 634		507 745 747

12.2. – Balanços

12.2.1. – Balanço Analítico [expresso em dobras (Dbs)]

ACTIVO	Nota	31/dez/25			31/dez/24
		AB	AP	AL	
IMOBILIZADO					
Imobilizações Incorpóreas :					
Despesas imobilizadas		38 502 665	19 212 511	19 290 154	20 493 530
Desp Investig & Desenvolv		21 211 827	21 211 827	0	0
Outras Imob. Incorpóreas		0	0	0	0
		59 714 492	40 424 338	19 290 154	20 493 530
Imobilizações Corpóreas :					
Edifícios e Outras Construções		85 087 533	19 561 819	65 525 714	48 655 359
Produção de Electricidade		834 718 450	578 405 455	256 312 995	290 528 410
Transporte e Distribuição Electricidade		794 880 757	485 913 375	308 967 383	348 407 549
Captação, Adução e Distribuição Água		716 324 632	250 835 585	465 489 048	487 965 037
Outro Equipamento Básico		5 729 774	5 242 233	487 541	498 050
Equipamento de Transporte		51 313 011	46 103 817	5 209 194	7 961 558
Equipamento Administrativo		35 372 362	25 554 860	9 817 502	9 327 961
Ferramentas e Utensílios		5 510 381	4 454 462	1 055 919	1 019 828
Imobilizações em curso		634 697 621	0	634 697 621	581 369 151
Adiantamento p/conta Imobiliz em curso		0	0	0	19 103 271
		3 163 634 522	1 416 071 606	1 747 562 917	1 794 836 174
TOTAL IMOBILIZAÇÕES		3 223 349 014	1 456 495 944	1 766 853 072	1 815 329 702
CIRCULANTES					
Existências					
Materiais e Fornecimentos		23 698 703		23 698 703	30 285 881
Materiais em Trânsito		1 449 629		1 449 629	493 290
		25 148 332		25 148 332	30 779 171
Dividas de Terceiros :					
Medio e Longo Prazo					
		0		0	0
Curto Prazo:					
Adiantamentos a Fornecedores		54 065 670		54 065 670	5 770 829
Clientes c/c		428 553 116		428 553 116	543 795 411
Pessoal		568 501		568 501	636 806
Estado e Org. Africanos e Intern.		28 060 254		28 060 254	7 150 887
Devedores Diversos		37 599 429		37 599 429	37 640 923
		548 846 970		548 846 970	594 994 856
Depósitos Bancários e Caixa					
Depósitos à Ordem		4 092 563		4 092 563	3 458 978
e Cheques a Receber		38 760		38 760	35 023
		4 131 323		4 131 323	3 494 001
Acréscimos e Diferimentos					
(Regularização do Activo)					
Acréscimos de Proveitos		0		0	0
Custos Diferidos		2 573 518		2 573 518	1 466 277
		2 573 518		2 573 518	1 466 277
Total das Amortizações			1 456 495 943		
Total do Activo		3 804 049 157	1 456 495 943	2 347 553 215	2 446 064 007

Balancos em 31 de Dezembro de 2025 (valor em Dbs)

(Valores expressos em Dobras)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Nota	31/dez/25	31/dez/24
CAPITAL			
Capital social		104 580 338	104 580 338
Prestações Suplementares		0	0
Reservas de Reavaliação		0	0
Resultados Transitados		-4 714 217 535	-4 449 637 427
Resultado Líquido do Exercício		-501 210 896	-773 324 104
Empréstimo por Obrigações		0	0
Situação Líquida		-5 110 848 093	-5 118 381 193
 Subsídio para Investimento		 1 642 707 375	 1 665 026 786
Rédito por reconhecer		1 642 707 375	1 665 026 786
 PASSIVO			
Provisões para riscos e encargos		0	0
Outras provisões		0	0
		0	0
 DIVIDAS A TERCEIROS - MLP			
Empréstimos por Retrocessão		0	0
Dividas a instituições de crédito		48 608 253	0
Fornecedores de Imobilizado		0	0
Outros Credores Diversos (Cauções)		12 527 258	10 597 185
		61 135 511	10 597 185
 DIVIDAS A TERCEIROS - C/Prazo			
Dividas a instituições de crédito		0	7 289 535
Fornecedores - C/C		4 124 796 704	4 574 776 371
Fornecedores Títulos a Pagar		0	0
Acionistas		0	0
Pessoal		731 993	1 183 128
Adiantamentos de clientes		289 917	222 208
Fornecedores de imobilizado, c/c		39 983 007	9 260 191
Estado e Outros Entes Públicos		1 518 729 016	1 215 955 311
Outros Credores		67 214 882	75 238 398
		5 751 745 519	5 883 925 142
 Acréscimos e Diferimentos			
(Regularização do Passivo)			
Acréscimos de Custos		2 812 902	631 748
Proveitos Diferidos		0	4 264 338
		2 812 902	4 896 086
 Total do Pasivo		5 815 693 933	5 899 418 414
Total do Capital Próprio e do Passivo		2 347 553 215	2 446 064 007

12.3. – Mapa dos Saldos Caraterísticos de Gestão

{Valores expressos em dobras (Dbs)}				
codigo contas		DEBITOS		
		Exploração	Extra Exploração	Total
	80. MARGEM BRUTA			
60/060	Custos das mercadorias vendidas	0	0	0
	SALDO: MARGEM BRUTA	0	0	0
	TOTAL	0		
	81. VALOR ACRESCENTADO			
61/061	Materiais e fornec. consumidos	760 613 682	0	760 613 682
62/062	Transportes consumidos	0	0	0
63/063	Outros serviços consumidos	22 776 039	0	22 776 039
69	Produtos e serv. receb. de outros estab.			0
	SALDO: VALOR ACRESCENTADO	-352 377 110		
	TOTAL	431012 611		
	82. RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO			
	082. RESULT. EXTRA-EXPLORAÇÃO			
64/064	Custos e perdas diversos	4 745 115	3 498 776	8 243 891
65/065	Custos com o pessoal	126 230 399	0	126 230 399
66/066	Impostos e taxas	1939 271	0	1939 271
67/067	Juros suportados & Descontos concedidos	659 660	0	659 660
68/068	Amortizações e provisões do período	117 565 589	0	117 565 589
	S. CREDOR: RES.DE EXPLORAÇÃO	0		0
	S. CREDOR: RES. DE EXTRA-EXPLORAÇÃO		84 962 988	84 962 988
	TOTAL	251140 034	88 461764	339 601798
	84. RESULT. SOBRE ALIENAÇÃO DE VALORES IMOBILIZADOS			
	Valores de entradas dos elementos alienados			0
	Despesas adicionais de alienação transferidas			0
	SALDOS CREDITORES : MAIS-VALIAS DE ALIENAÇÃO			0
	TOTAL			0
	85. RESULTADO LIQ. ANTES DO IMPOSTO S/ RENDIMENTO			
	Resultado de exploração (transferencia do saldo devedor de 82)			586 173 885
	Resultado de extra-exploração (transf. do saldo devedor de 082)			0
	Menos-valias de alienação (transferencia dos saldo devedor de 84)			0
	SALDO CREDOR : RESULTADO LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO (lucro)			0
	TOTAL			586 173 885
	86. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO			
	Adiantamentos provisionais (ou mínimo fiscal)			0
	Remanescente devido			0
	TOTAL			0
	87. RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO A APLICAR			
	Resultado liquido antes do imposto (transf. do saldo devedor de 85)			501210 896
	Imposto sobre o rendimento (transf.do saldo devedor de 86)			0
	SALDO CREDOR: RESULTADO LÍQUIDO A APLICAR (lucro)			0
	TOTAL			501210 896

Mapa dos Saldos Característicos de Gestão

{(Valores expressos em dobras (Dbs))}

Codigo contas		CREDITOS		
		Exploração	Extra Exploração	Total
	80. MARGEM BRUTA			
70/070	Vendas de mercadorias	0	0	0
	TOTAL	0		
	81. VALOR ACRESCENTADO			
	MARGEM BRUTA (transf. do saldo anterior)			
71/071	Produção vendida	415 543 641	0	415 543 641
71/071	Produção armazenada	0	0	0
73	Produção para a própria empresa	15 468 969	0	15 468 969
073	Despesas a imobilizar ou a transferir	0	0	0
79	Produtos e serviços cedidos a outros estab.	0	0	0
	TOTAL	431012 610		
	82.RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO			
	082.E DE EXTRA- EXPLORAÇÃO			
	VALOR ACRESCENTADO (transf. do saldo anterior)	-352 377 110		-352 377 110
74/074	Proveitos e ganhos diversos	17 338 260	71166 232	88 504 492
76/076	Subsídios à exploração e extra-exploração	0	17 295 532	17 295 532
77/077	Juros e dividendos obtidos	5 000	0	5 000
078	Reduções das imobilizações e provisões	0	0	0
	SALDO DEVEDOR : RESULTADO DE EXPLORAÇÃO	586 173 885		586 173 885
	SALDO DEVEDOR : RESULT. EXTRA-EXPLORAÇÃO			0
	TOTAL	251140 034	88 461764	339 601798
	84. RESULTADO SOBRE ALIENAÇÃO DE VALORES IMOBILIZADOS			
	Preço de alienação (ou indemnização)			0
	Amortizações relativas aos elementos alienados			0
	SALDOS DEVEDORES : MENOS - VALIA DE ALIENAÇÃO			0
	TOTAL			0
	85. RESULTADO LIQ. ANTES DO IMPOSTO S/ RENDIMENTO			
	Resultado de exploração (transferencia do saldo credor de 82)			0
	Resultado de extra- exploração (transferencia do saldo credor de 082)			84 962 989
	Mais valia de alienação (transferencia dos saldos credores de 84)			0
	SALDO DEVEDOR : RESULTADO LIQUIDO ANTES DO IMPOSTO (prejuizo)			501 210 896
	TOTAL			586 173 885
	86. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO			
	Excesso pago			0
	SALDO DEVEDOR : IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO			0
	TOTAL			0
	87. RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO A APLICAR			
	Resultado líquido antes do imposto (transferência do saldo credor de 85)			0
	SALDO DEVEDOR : RESULTADO LÍQUIDO A APLICAR (prejuízo)			501 210 896
	TOTAL			501210 896

12.4. - MAPA DE PASSAGEM AOS SALDOS DAS CONTAS PATRIMONIAIS

SALDOS DEVEDORES					(Dbs)				
		Códigos decontas	DESIGNAÇÃO DAS CONTAS	Saldos devedores das contas de situação no início do período	Movimentos patrimoniais do				saldos devedores das contas de situação no fecho do período
					Fluxo ordinário				
					Externos		Internos		
					+ Aumentos	- Diminuição			
					Transportes dos Saldos			+ OU -	Saldos Transferíveis
		20	Despesas e valores incorpórios imobilizados	59 714 492	0	0			59 714 492
APLICAÇÕES	FLUXOS FISICOS	CURTO PRAZO	IMOBILIZAÇÕES	0					0
			21	Terrenos	0	0			0
			22	Outras imobilizações corpóreas	2 494 073 143	35 498 057	634 299	0	2 528 936 901
			23	Outras imobiliz. corpóreas em curso	581369 151	90 531614	37 203 144	0	634 697 621
				EXISTENCIAS	0				0
			30	Mercadorias	0				0
			31	Mercadorias e fornecimentos	30 285 881	616 265 974	622 853 153		23 698 703
			33	Embalagens comerciais	0				0
			34	Produtos Semi-acabados	0				0
			35	Produtos acabados	0				0
			36	Produtos em curso	0				0
			37	Trabalhos em curso	0				0
			38	Mercadorias e materias em trânsito	493 290	3 518 639	2 562 300		1449 629
			LONGO PRAZO		OUTROS VALORES IMOBILIZADOS	0			
	24	Adiantamentos e entrgras p/imobilizações em curso		19 103 271	0	19 103 271		0	
				0				0	
	25	Empréstimos e créditos a médio e longo prazo		0				0	
				0				0	
	27	Titulos imobilizados		0	0	0		0	
		VALORES REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		0				0	
	40	Fornecedores-adiantamentos e pag p/con		5 770 829	64 103 845	15 809 005	0	54 065 670	
	41	Clientes		586 094 988	834 997 956	992 539 828	0	428 553 116	
	42	Contas do pessoal		636 806	2 417 824	2 486 129		568 501	
	43	Estado e organismos africanos e Intern.		7 150 887	58 648 489	37 739 122		28 060 254	
	44	Sócios		0		0		0	
	45	Empresas interligadas e associadas		0				0	
	46	Devedores diversos		37 640 923	266 672	308 166		37 599 429	
	CURTO PRAZO	51	Empréstimos Concedidos a - de 1 ano	0				0	
		52	Titulos a curto prazo	0				0	
		54	Outras contas a receber	0				0	
			DISPONÍVEL	0				0	
		55	Cheques e cupões a receber	0	4 167	0		4 167	
		56	Bancos	3 458 978	360 340 834	359 707 250		4 092 563	
		57	Caixa	35 023	2 179 021	2 179 451		34 593	
		58	Contas de controlo de adiantamentos	0	0	0		0	

MAPA DE PASSAGEM AOS SALDOS DAS CONTAS PATRIMONIAIS

SALDOS CREDITORES										(Dbs)	
APLICAÇÕES		Códigos de contas	DESIGNAÇÃO DAS CONTAS	Saldos devedores das contas de situação no início do período	Movimentos patrimoniais do período				saldos devedores das contas de situação no fecho do período		
					Fluxo ordinário						
					Externos						
				Transportes dos Saldos	Diminuições	+ Aumentos		+ OU -	Saldos Transferíveis		
DE GESTÃO	87	RESULTADOS LÍQUIDOS									
	870	do período (a afectar)		501210 896	0				-501210 896		
	875	Afectação do resultado líquido d	(773 324 104)	0	773 324 104						
	88	AMORTIZAÇÕES									
		Amortizações de despesas e va	0	0	0				0		
		incorpórios imobilizados									
		Amortização das imobilizações	1338 930 354	96 026	117 661615	0	0		1456 495 943		
	89	PROVISÕES									
		Provisões de risco e encargos	0	0	0	0	0		0		
		provisões de depreciação	0	0					0		
		CAPITAIS PRÓPRIOS									
	10	Capital	104 580 338		0				104 580 338		
	11	Reservas	0	0	0		0		0		
	12	Resultados transitados	(4 449 637 427)	773 324 104	508 743 996	0	0	(4 714 217 535)			
	14	Subsídios de investimento	1665 026 786	86 453 557	64 134 146				1642 707 375		
	15	Prestações Suplementares	0						0		
	16	Empréstimos por obrigações									
	17	Outros empréstimos e dividas a	10 597 185	474 213	51012 540				61135 512		
		DIVIDAS A CURTO PRAZO									
	40	Fornecedores	4 584 036 562	1806 634 917	1387 378 066	0	0		4 164 779 711		
	41	Clientes - adiantamentos e entre	42 521785	42 365 680	133 812				289 917		
	42	Pessoal	1183 129	86 984 857	86 533 721				731993		
	43	Estado e organismos africanos e	1215 955 311	366 158 822	668 932 527				1518 729 016		
		internacionais									
	44	Sócios									
	45	Empresas interligadas e assoc									
	46	Credores diversos	75 238 398	12 639 786	4 616 270				67 214 882		
	50	Empréstimos obtidos a menos de	7 289 535	7 289 535	0				0		
	53	Letras a pagar	0	0	0				0		
	56	Banco- adiantamentos recebidos	0	0	0				0		
	58	de um ano (saldos credores)									
		47	Contas de regularização da gest	4 896 086	10 412 290	8 329 106			2 812 902		
			movimentos credores								
				3 694 044 683	3 670 799 902	0					
			3 827 293 939		-23 244 782		0	3 804 049 158			

12.5. – Balanço (Situação Patrimonial)

ACTIVO				[Dobras (Dbs)]	
ACTIVO		VALOR BRUTO	AMORTIZAÇ E PROVISÕES	VOLOR LIQUIDO	TOTAIS PARCIAIS
VALORES IMOBILIZADOS	DESPESAS E VALORES INCORP IMOB				
	-Despesas imobilizados				
	-Valores incorporeos Imobilizados	59 714 492	40 424 338	19 290 154	
	IMOBILIZACOES CORPÓREAS				
	-Terrenos	0	0	0	
	-Outras imobilizações corpóreas	2 528 936 901	1416 071606	1112 865 295	
	-Outras imobilizações corpóreas em curso	634 697 621	0	634 697 621	
	-OUTROS VALORES IMOBILIZADOS				
	Adiantamento por conta imobilizado em curso	0	0	0	
	-Outros créditos a MLP(Cauções)	0	0	0	
	(dos quais vencimento a menos de um ano)	0	0	0	
	-Subscrição de capital	0	0	0	
		3 223 349 014	1 456 495 943	1 766 853 071	1 766 853 071
EXISTÊNCIAS	VALORES DE EXPLORAÇÃO				
	-Mercadorias	0	0	0	
	-Materias e fornecimentos	23 698 703	0	23 698 703	
	-Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0	0	0	
	-Embalagens comerciais	0	0	0	
	-Produtos intermedios	0	0	0	
	-Produtos acabados	0	0	0	
	-Produtos em curso	0	0	0	
	-Trabalhos em curso	0	0	0	
	-Mercadorias e materias em trânsito	1449 629	0	1449 629	
		25 148 332	0	25 148 332	25 148 332
TERCEIROS DEVEDORES	VALORES REALIZÁVEIS E DISPONÍV				
	Fornecedores - Adiantamentos feitos	54 065 670		54 065 670	
	-Clientes	428 553 116		428 553 116	
	-Pessoal	568 501		568 501	
	-Estado e organismos africanos ou internacionais	28 060 254		28 060 254	
	-Socios	0		0	
	-Empresas interligadas e empresas participadas	0		0	
	-Devedores diversos	37 599 429		37 599 429	
	-regularização da gestão (Activo)	2 573 518		2 573 518	
	-Contas Pendentes a Regularizar (Activo)	0		0	
	Emprestimos cocedidos e outros creditos a longo prazo (parte com vencimento a menos de um ano)	0		0	
SALDO FINACEIROS DEVEDORES	Emprestimos concedidos a menos de um ano	0		0	
	Titulos a curto prazo	0		0	
	Letras a receber	0		0	
	Cheques e cupões a cobrar	4 167		4 167	
	Bancos (deposito a ordem)	4 092 563		4 092 563	
	Caixa	34 593		34 593	
	Fundos adiantados em credito	0		0	
	TOTAL	555 551 811	0	555 551 811	555 551 811
	TOTAL GERAL				2 347 553 215
	Montante das garantias recebidas				0

PASSIVO				[Dobras (Dbs)]	
PASSIVO				VALOR LIQUIDO	TOTAIS PARCIAIS
CAPITAL A LONGO MÉDIO PRAZO	CAPITAL				
	Capital social (ou individual)			104 580 338,00	
	Prestações suplementares			0,00	
	RESERVAS				
	Reserva Legal			0,00	
	Outras Reservas			0,00	
	RESULTADOS TRANSITADOS			(4 714 217 535)	
		SITUAÇÃO LÍQUIDA (antes do r		(4 609 637 197)	(4 609 637 197
	SUBSÍDIO PARA INVESTIMENTO			1642 707 375	
	EMPRÉSTIMO A LONGO E MÉDIO PRAZO				
	Empréstimo por Obrigação	Montante Bruto	de reembolso (e	0	
TERCEIROS		016	0169		
	-Outros empréstimos e dividas contraidas a longo e médio p			61135 512	
	parte com vencimento a menos de um ano (contas 016 e 017) (1)			0	
				0	
	PROVISÕES PARA RISCO E ENCARGOS			0	
	das quais parte a menos de um ano				
			TOTAL	1 703 842 886	1 703 842 886
	DÍVIDAS A CURTO PRAZO				
	-Fornecedores			4 164 779 711	
	-Cliente - Adiantamentos por conta recebidos			289 917	
	-Pessoal			731993	
SALDO FIN.	-Estado e Organismo Africanos ou internacionais			1518 729 016	
	-Sócios			0	
	-Empresas interligadas e empresas participadas			0	
	-Credores diversos			67 214 882	
	-Regularização da gestão (passiva)			2 812 902	
	-Contas Pendentes a Regularizar (Passivo)			0	
	-Dívidas contraidas a longo prazo (parte com vencimento a			0	
	-Emprestimo o bitidos a menos de um ano			0	
	-Letras a pgar			0	
	-Bancos (descoberito enm deposito a ordem)			0	
				5 754 558 421	5 754 558 421
	-RESULTADO LÍQUIDO do período a aplicar (lucros +, ou prejuízos				-501 210 896
	TOTAL GERAL				2 347 553 215
	Montante das garantias prestadas				

12.6. – Mapas das Imobilizações e Amortização

12.6.1. – Mapa das Imobilizações (Anexo A1)

ACTIVO IMOBILIZADO BRUTO						[Dobras (Dbs)]			
Cód de Cont	Rubricas	Valores	Aumentos do exercício			Diminuições			Valores
		brutos	Transfer			Tra			brutos
		(saldo	rubricas	Entradas		rub	Saídas		(saldo
		inicial)	rubrica	Aquisição	Reav	cas	Alien	Aban	final)
20	Desp e valores incorpóreos imob								
	Despesas imobilizadas	38 502 665	0	0	0	0	0	0	38 502 665
	Imobilizações incorpóreas	21 211 827	0	0	0	0	0	0	21 211 827
	Outras desp Projeto Água Clara	0	0	0	0	0	0	0	0
	DESP E VAL INCORP IMOB (I)	59 714 492	0	0	0	0	0	0	59 714 492
21	Terrenos	0							0
22	Outras imobilizações corpóreas	0							0
	Edifícios e outras construções	66 274 752	0	18 812 781	0	0	0	0	85 087 533
	Equipamento Básico Específico:					0			
	Produção Hidroelétrica	59 997 845	0	0	0	0	0	0	59 997 845
	Produção Termoelétrica	769 515 047	0	5 205 559	0	0	0	0	774 720 605
	Transporte de Electricidade	355 104 612	0	2 524 898	0	0	0	0	357 629 510
	Distribuição de Electricidade	432 577 343	0	5 302 329		628 425			437 251 247
	Captações e Reservatórios	116 453 187	0	0		0			116 453 187
	Estações de Tratamento	155 718 319	0	0		0			155 718 319
	Adução e Distribuição de Água	444 153 126	0	0		0			444 153 126
	Outro Equipamento Básico	5 707 874	0	21 900		0			5 729 774
	Equipamentos de Transporte	50 513 853	0	799 158	0	0	0	0	51 313 011
	Equipamento Administrativo	32 892 358	0	2 481 495	0	1 490	0	0	35 372 362
	Ferramentas e Utensílios:		0	0					
	Eletricidade	290 061	0	20 870	0	0			310 931
	Água	2 701 325	0	4 630	0	0			2 705 955
	Outras	1 810 069	0	83 235	0	0			1 893 304
	Outras imobilizações corpóreas	363 373	0	241 202	0	4 384	0	0	600 191
23	Outras imobil corpóreas em curso	581 369 151	0	90 531 614	0	37 203 144	0	0	634 697 621
				0					
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (II)	3 075 442 293	0	126 029 672	0	37 837 443	0	0	3 163 634 522
24	Adiantamentos imobilizações em curso	19 103 271	0	0	0	19 103 271	0	0	0
25	Empréstimos concedidos e créditos liquidados	0	0	0	0	0	0	0	0
26	Títulos imobilizados	0	0	0	0	0	0	0	0
		0							0
	OUTROS VALORES IMOBILIZ (III)	19 103 271	0	0	0	19 103 271	0	0	0
	TOTAL GERAL I + II + III = IV	3 154 260 056	0	126 029 672	0	56 940 714	0	0	3 223 349 014

AMORTIZAÇÕES								
								(Dbs)
Cód de Cont	Rubricas	Ativo Bruto (Saldo inicial)	Amort acumulada (Saldo inicial)	Dotações do exercício		Diminuições exercício		Valores Contabilístico
				NORMAL	De Carácter excecional	Elementos Alienados abandonado transferido	Amortiz acumul (Saldo final)	Líquidos
20	Desp e val incorpóreos imob							
	Desp imobilizadas	38 502 665	18 009 135	1203 376	0	0	19 212 511	19 290 154
	Imob incorpóreas	21211827	21211827	0	0	0	21211827	0
	Projetos de Água	0	0	0	0	0	0	0
	DESP E VAL INCOR	59 714 492	39 220 962	1 203 376	0	0	40 424 338	19 290 154
21	Terrenos	0						0
22	Outras imobilizações c							
	Edifícios/construção	85 087 533	17 619 393	1942 426	0	0	19 561819	65 525 714
	Equip Básico Específ							
	Prod Hidroelétrica	59 997 845	38 605 534	1609 542	0	0	40 215 076	19 782 768
	Prod Térmica	774 720 605	479 741090	37 811431	20 637 858	0	538 190 379	236 530 227
	Transmissão	357 629 510	210 507 506	18 567 725	0	0	229 075 232	128 554 279
	Distribuição	437 251247	228 766 900	28 071243	0	0	256 838 143	180 413 104
	Capt/Reservatório	116 453 187	32 996 343	2 852 388	0	0	35 848 731	80 604 456
	Estações Tratamen	155 718 319	44 693 548	4 931717	0	0	49 625 266	106 093 053
	Adução/Distribuiçã	444 153 126	150 669 704	14 691883	0	0	165 361588	278 791539
	Outro Equip Básico	5 729 774	5 209 824	32 409	0	0	5 242 233	487 541
	Equip de Transporte	51313 011	63 190 152	3 551522	0	20 637 858	46 103 817	5 209 194
	Equip Administrativo	35 372 362	23 564 397	1990 463	0	0	25 554 860	9 817 502
	Ferramentas e Uten	4 910 190	3 993 362	273 197	0	0	4 266 558	643 631
	Outras imob corpóre	600 191	151638	36 266	0	0	187 904	412 287
23	Imob corpóreas em cu	634 697 621	0	0	0	0	0	634 697 621
		3 163 634 522	1 299 709 393	116 362 213	20 637 858	20 637 858	1 416 071 606	1 747 562 917
24	Adiantamentos imob	0	0	0	0	0	0	0
25	Empr. e créditos LMP	0	0	0	0	0	0	0
26	Títulos Imobilizados	0	0	0	0	0	0	0
	OUTROS VALORES IMC	0	0	0	0	0	0	0
	TtL GERAL I + II + III = IV	3 223 349 014	1 338 930 354	117 565 588	20 637 858	20 637 858	1 456 495 943	1 766 853 071

12.7. – Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Direto Dbs)

	Notas	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes	(+)	271 514 465	287 863 004
Pagamentos a fornecedores	(-)	96 356 880	120 614 464
Pagamentos ao pessoal	(-)	107 320 394	100 726 610
Fluxo gerado pelas operações		67 837 192	66 521 930
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(-)	37 555 327	36 447 504
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional	(-)	15 572 956	4 917 729
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		14 708 909	25 156 697
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	(+)	0	0
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(-)	772 086	3 376 566
Fluxos das atividades operacionais (1)	12.6.1.2	13 936 823	21 780 131
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		0	0
Imobilizações corpóreas		0	0
Imobilizações incorpóreas		0	0
Subsídios de Investimento		0	0
Juros e proveitos similares		0	0
Dividendos		0	0
		0	0
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		0	0
Imobilizações corpóreas		54 153 432	9 980 570
Imobilizações Incorpóreas		0	0
		54 153 432	9 980 570
Fluxos das atividades de investimento (2)		-54 153 432	-9 980 570
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		49 000 000	0
Subsídios e doações		0	0
Cobertura de prejuízos		0	0
	12.6.1.4	49 000 000	0
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		7 681 282	10 317 627
Amortização locação financeira		0	0
Juros e custos similares		468 954	906 243
Devolução de caução clientes		0	0
		8 150 236	11 223 870
Fluxos das atividades de financiamento (3)		40 849 764	-11 223 870
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		633 155	575 690
Efeito das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		3 494 001	2 918 311
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	12.6.1.1	4 127 156	3 494 001

O anexo faz parte integrante da demonstração para o período findo em 31 de Dezembro de 2025

12.7.1. - ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

12.6.1.1. As disponibilidades de 4.127.156 dobras constantes no Balanço em 31 de dezembro de 2025, denotam um ligeiro incremento líquido em caixa e seus equivalentes durante o exercício, face ao ano anterior que era de 3.494.001 dobras, refletindo uma variação positiva de caixa de mais 633.155 dobras. Apesar desta variação positiva, o montante de disponibilidades líquidas em caixa e seus equivalentes no final do ano revela, todavia, uma forte pressão na tesouraria da EMAE.

12.6.1.2. Os recebimentos de clientes, conjugados com os pagamentos aos fornecedores e ao pessoal, bem como de outros recebimentos e pagamentos determinaram o apuramento de fluxos das atividades operacionais positivo, no montante de 13.936.823 dobras, menos 36,01% face ao ano transato que foi de 21.780.130 dobras, justificado pelo princípio de encontro de contas com o Tesouro Público nas operações particulares com o Estado para pagamento da dívida do Estado pelos consumos de água e eletricidade da Administração Pública nos livros da EMAE, em vez de transferências monetárias efetivas.

12.6.1.3. Nas atividades de investimentos, a EMAE não registou quaisquer recebimentos monetários, mas realizou pagamentos respeitantes a imobilizações corpóreas no montante de 54.153.432 dobras, o que determinou o apuramento de fluxos das atividades de investimento de sinal negativo de igual valor representando um incremento de 542,59% face a 2024 que foi também negativo de 9.980.570 dobras.

12.6.1.4. Os fluxos das atividades de financiamento traduziram-se em 2025, na contração de um novo empréstimo no montante de 49.000.000 de dobras e na amortização de empréstimos

vincendos no montante de 7.681.282 dobras, bem como no pagamento da remuneração de juros inerentes, cujos fluxos atingiram o montante de 468.954 dobras.

12.6.1.5. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

(Valor em Dbs)		
Disponibilidades	31/dez/25	31/dez/24
Numerário	34 593,00	35 023,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	4 092 563,00	3 458 978,00
Equivalentes a caixa (<i>overdraft</i>)	4 167	0
<i>Caixa e seus equivalentes</i>	4 131 323,00	3 494 001,00
Outras disponibilidade	0	0
<i>Disponibilidades constantes no Balanço</i>	4 131 323,00	3 494 001,00

12.8. – Anexos aos Mapas de Síntese

12.8.1. – Mapa de Alienações e Abandonos de Elementos do Ativo Imobilizado (Anexo B)

[illegible]

12.8.2. – Mapa de Provisões (Anexo C)

Código de contas	Designação	Saldo inicial	Aumentos		Diminuições		Saldo final
			Dotações exercício		Reduções exercício		
				Não		Não	
			Dedutíveis	dedutíveis	Dedutíveis	dedutíveis	
013	Provisões regulamentadas						
019	Provisões p/ riscos e encargos						
	Provisões para depreciação						
029	de imobilizações						
039	de existências						
049	de terceiros						
059	de contas financeiras						

[illegible][illegible]

12.8.3. – Mapa de Passagem do Resultado Contabilístico Antes do Imposto Sobre Rendimento ao Resultado Fiscal (Anexo D) em Dobras

I RESULTADO CONTABILISTICO ANTES DO IMPOSTO (a)				
			Lucro (+) ou prejuízo (-)	-501 210 896
II REINTEGRAÇÕES (b)				
	Art. 30º do IRC			0
	Art. 31º do IRC			0
	Art. 40º do IRC			0
	Impostos contabilizados e não pagos no presente exercício			0
			Total	0
III DEDUÇÕES (c)				
	Art. 30º do IRC			0
	Art. 31º do IRC			0
	Variações patrimoniais positivas não reflectidas no resultado líquido (Art. 28º do IRC)			0
			Total	0
IV RESULTADO LÍQUIDO FISCAL (I + II + III)				
			Lucro (+) ou prejuízo (-)	(501 210 896)
a) Saldo da Conta 85 "Resultado líquido antes do imposto sobre o rendimento"				
b) Custos ou perdas deduzidas pela determinação do resultado contabilístico, mas cuja dedução total ou parcial não está autorizada pela Lei Fiscal				
c) Custos ou perdas, proveitos ou ganhos não dedutíveis para a determinação do resultado contabilístico, mas cuja dedução total ou parcial não está autorizada pela Lei Fiscal.				

12.8.4. – Mapa das Aplicações dos Resultados (Anexo E)

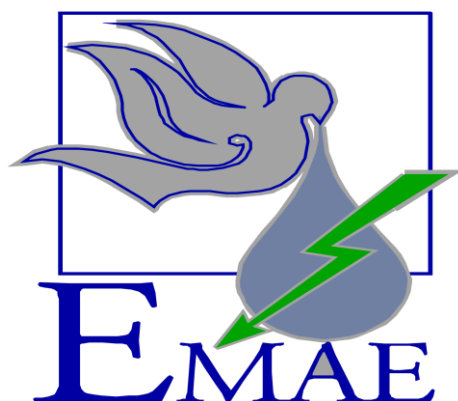
I ORIGEM					
	1	Resultados transitados anteriores		(4 449 637 427)	
	2	Resultado do exercício precedente		(773 324 104)	
✓	3	Resultado dos exercícios anteriores ainda não afectados		X	
✓	4	Levantamento de contas de reservas (a)		X	
✓	5	Coreções significativas exercícios anteriores		508 743 996	
				(4 714 217 535)	
II APLICAÇÕES					
	1	Aplicações às reservas			
		1.1 Reservas Obrigatórias			
		Reservas Legais			x
		Reservas Estatutárias			x
		Reservas Contratuais			x
		1.2 Reservas Facultativas			
		Reservas Livres			x
		Reservas Especiais			x
		Outras Reservas (a)			x
✓	2	Dividendos			x
✓	3	Aderentes (Cooperativos)			x
✓	4	Outras Aplicações			x
✓	5	Resultados Transitados			x
(a)				Indicar as reservas que foram utilizadas	

12.8.5. – Mapa dos Elementos Característicos da Empresa Durante os Cinco Últimos Exercícios (Anexo F) em Dobras (Dbs)

		Exercício 2021	Exercício 2022	Exercício 2023	Exercício 2024	Exercício 2025
I. Capital no fim do exercício						
Capital social		104 580 338	104 580 338	104 580 338	104 580 338	104 580 338
Número das acções (ou quotas) existentes						
II. Operações e resultados do exercício						
Volume de negócios		329 046 275	369 308 337	390 484 962	398 648 016	22 882 440
Resultado antes do imposto sobre o rendimento		-391 363 090	-810 927 471	-657 359 233	-773 324 104	-501 210 894
Resultado líquido após imposto sobre o rendimento		-391 363 090	-810 927 471	-657 359 233	-773 324 104	-501 210 894
III. Resultado por acção						
Dividendo atribuído a cada acção (a)						
IV. Pessoal						
Efectivo médio de assalariados e empregados durante o exercício		456	481	488	482	424
Importância a título de vantagens sociais						

a) Precisar se é um dividendo bruto ou líquido

b) O efectivo médio de trabalhadores corresponde à média aritmética dos trabalhadores do fim de cada trimestre do ano civil. Os trabalhadores temporários ou aqueles cujo tempo é inferior ao exercício são considerados segundo a proporção do tempo de trabalho efectivo tendo como referência a duração convencional ou legal do trabalho.



13 - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

13. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA INTRODUTÓRIA

A EMAE- Empresa de Água e Eletricidade é uma entidade pública, dotada de autonomia administrativa e financeira sob tutela do Organismo da Administração Central do Estado responsável pelo setor de água e eletricidade. Criada juridicamente ao abrigo da alínea a) do Artigo 1º. do Decreto-Lei nº 34/79 de 21 de junho, foi formalmente constituída em 31 de dezembro de 1991 através da publicação dos seus Estatutos pelo Decreto nº 59/91, de 19 de novembro, revogado por Decreto nº 40/2008, de 24 de novembro que aprova os novos estatutos e define o novo quadro jurídico da empresa. Tem por objeto principal a gestão e exploração dos sistemas públicos de captação e distribuição de água, e produção, transporte e distribuição de energia elétrica para consumo público. A EMAE pode ainda exercer acessoriamente, outras atividades secundárias relacionadas indiretamente com o seu objeto principal.

O património da EMAE é considerado uma universalidade pública e é constituído, essencialmente, por centros de captação, condutas de adução, estações de tratamento, reservatórios e redes de distribuição de água e, por centrais termoelétricas, hidroelétricas e solares, por linhas aéreas e cabos subterrâneas, subestações, centro de despacho, postos de transformação e de seccionamento e centros de comando e controlo, que fazem parte das redes de média tensão (MT) e de baixa tensão (BT).

O Plano Oficial de Contabilidade em vigor em S. Tomé e Príncipe (“OCAM”), não define as normas para a apresentação do Anexo às Demonstrações Financeiras. A Empresa optou por descrever as notas que se seguem sequencialmente para a compreensão das demonstrações financeiras anexas.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa e a partir dos seus livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo

com os princípios de contabilidade geralmente aceites em São Tomé e Príncipe. Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são constituídas por despesas de instalação, despesas de investigação e desenvolvimento (I&D) e de despesas de carácter excecionais a repartir por vários exercícios como preconiza a normalização OCAM. Encontram-se registadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período mínimo de três anos.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição e considerando as respetivas reavaliações como determinam os princípios contabilísticos internacionalmente aceites na valorização dos ativos.

As amortizações são calculadas, sobre o valor de custo histórico, a partir do ano de entrada em funcionamento ou início de utilização dos bens, de acordo com o método das quotas constantes e com base na vida útil estimada dos ativos conforme segue:

Rubricas						Anos de vida útil
Edifícios e outras construções						50
Equipamento básico						5 - 20
Equipamento de Transporte						4 - 5
Equipamento administrativo						3 - 10

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como custos do exercício em que ocorrem. As grandes manutenções/revisões e beneficiações em

ativos que impliquem um acréscimo de vida útil, são registadas como custos do ativo e amortizadas de acordo com o limite do potencial técnico-económico do equipamento.

c) Imobilizações subvencionadas

Os imobilizados subvencionados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes imobilizados. O custo da amortização destes bens é compensado em proveitos e ganhos extraordinários pela amortização das participações, a qual é efetuada na mesma base e às mesmas taxas dos respetivos imobilizados participados.

d) Donativos obtidos

Os donativos concedidos à Empresa são registados como proveitos diferidos, na rubrica de antecipações passivas, e reconhecidos na demonstração dos resultados de forma consistente e proporcional às amortizações dos bens cuja aquisição foi subsidiada.

e) Locação financeira

Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas são registados como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

f) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros estão relevados pelo método do custo, sem qualquer provisão para perdas eventuais na sua realização.

g) Existências

A EMAE dispõe de material técnico e de material não-técnico em stock devidamente valorizados ao custo de aquisição. As matérias de consumo são reconhecidas como custos por segmentação mensal, de acordo com o princípio da especialização do exercício.

Os meios circulantes materiais encontram-se valorizados ao custo de aquisição, que inclui as despesas imputáveis à compra, sendo as saídas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio.

h) Provisão para cobranças duvidosas

A provisão para créditos de cobrança duvidosa foi calculada com base na avaliação das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber de clientes.

A data do fecho, a EMAE considerava os valores relevados nos créditos sobre Clientes e outros devedores “cobráveis” e não procedeu ao registo de provisões para créditos de cobrança duvidosa.

i) Especialização dos exercícios

A EMAE regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas a medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas respetivas subcontas de regularização por acréscimos e diferimentos.

j) Saldos de transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são tratadas contabilisticamente como ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, sendo atualizados para Dobras às taxas de câmbio vigentes no final de cada período contabilístico.

As diferenças de câmbio resultantes da atualização dos ativos e passivos são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício. Adicionalmente, os saldos em 31 de dezembro de 2025 e as transações ocorridas no exercício, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para Dobras, como segue:

A – Ao nível do Balanço:

- a.1) Os ativos e passivos (Saldos de caixa, depósitos à ordem, contas a receber e a pagar) são convertidos para Dobras às taxas de câmbio vigentes no final do exercício;
- a.2) Os capitais próprios (exceto os resultados) à taxa histórica;
- a.3) A conta de resultados à taxa de câmbio médio anual.

B – Ao nível da Demonstração dos Resultados:

- b.1) As contas de resultados (custos, proveitos e consequentes contas dos resultados) à taxa média, calculada pela média mensal da taxa de câmbio.

k) Subsídios para investimentos em imobilizações

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para financiamento da aquisição de imobilizações, são registados como subsídios para investimentos e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

l) Provisão para outros riscos e encargos

A provisão para outros riscos e encargos inclui a provisão para juros de empréstimos bancários e para custos a suportar. Esta última é determinada com base na estimativa que a Empresa e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade.

2. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO DE SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio, para converter para Dobras (STN) os principais ativos e passivos expressos em moeda estrangeira:

MOEDA	CODIGO	Número	TAXA 31/Dez/24	TAXA MÉDIA/25	TAXA DO FECHO
EURO	EUR	978	24,5000	24,5000	24,5000
US DÓLAR	USD	840	24,4187	20,8236	21,6565
CFA Franc BEAC	XAF	950	0,0385	0,0370	0,0385
LIBRA	GBP	826	30,6635	28,0779	29,2010
RAND	ZAR	710	1,3057	1,251	1,3011
YUAN Renminbi	CNY	156	3,1675	3,1441	3,1675
REAL	BRL	986	4,6379	4,6036	4,6379
IENE	JPY	392	0,155	0,1334	0,1387
Direito Especial de Saque	DES		29,7565	29,7565	29,7565

6.7 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

6.7.1 - Enquadramento Fiscal

O Código de Imposto sobre Rendimento de Pessoas Coletivas aprovado pela Lei n.º 16/2008 de 26 de dezembro coloca a sujeição da EMAE ao imposto como qualquer sociedade comercial. A Empresa encontra-se sujeita a imposto sobre o rendimento à Taxa Normal de 25% (vinte e cinco por cento).

A data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro, os créditos fiscais e de outros entes públicos sobre EMAE que ainda não foram liquidados pela Empresa e devidamente refletidos nas suas demonstrações financeiras, ascendiam no total a 14.884.006 dobras.

A situação Fiscal e contributiva para a Segurança Social da EMAE, apresentou, em 2025 a evolução seguinte:

Ao longo do ano 2025 foram efetuadas liquidações mensais de Imposto sobre Rendimento (IRS) e Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), bem como das contribuições para a Segurança Social, nos termos do prazo regulamentar, enquanto o Imposto sobre o Consumo de exercícios anteriores faturado e não cobrado foi objeto de um Memorando e um Plano de Amortização mensal acordado com a Direção dos Impostos independentemente da sua efetiva cobrança.

Em 2025, a EMAE envidou um esforço financeiro, depositando nos cofres da Administração Fiscal, o montante de 44.454.547 dobras, passando o Balanço da EMAE em 31 de dezembro de 2025, a evidenciar uma dívida fiscal não vencida referente às obrigações fiscais e contributivas do mês de dezembro de 2025 que se vencem nos termos regulamentares em janeiro de 2026, no montante de apenas 5.395.066 dobras.

Situação Fiscal da EMAE em 2025 (em Dbs)					
Rubricas	Saldo Inicial	Apuramento Imposto	Transfer interna	Pagamento Imposto	Saldo Final
Segurança Social	1 371 689	13 249 466	0	12 737 747	1 883 408
Subtotal	1 371 689	13 249 466	0	12 737 747	1 883 408
Retenção IRS Pessoal EMAE	2 085 225	17 142 001	0	16 810 408	2 416 818
Retenção Profissional Liberal	54 078	722 136	0	697 166	79 048
Retenção não Residentes	0	493 727	0	431 298	62 429
TAV - Taxa Audiovisual	3 070 289	4 628 775	0	6 106 961	1 592 103
Imposto Consumo não Resid.	0	0	0	0	0
Imposto Consumo Cobrado	372 195	0	0	372 195	0
Imposto de Selo Faturação	0	0	0	0	0
Subtotal	5 581 787	22 986 639	0	24 418 028	4 150 398
Imp Consumo não Cobrado	3 979 831	372 195	0	242 741	4 109 285
Subtotal	3 979 831	372 195	0	242 741	4 109 285
Imposto Valor Acrescentado					
IVA FATURA NÃO COBRADA	2 672 882	0		2 672 882	0
IVA A PAGAR	1 277 816	17 087 748		17 120 896	1 244 668
Subtotal IVA	3 950 698	17 087 748	0	19 793 778	1 244 668
TOTAL GERAL	14 884 005	53 696 048	0	57 192 294	11 387 759

Os restantes 4.109.285 dobras dizem respeito ao Imposto sobre o Consumo de exercícios anteriores e não cobrados como evidencia a carteira da dívida de Clientes no montante de 428,9 milhões de dobras. E que foi objeto de um Memorando com a Administração Fiscal. De enfatizar que, conforme o disposto no n.º 1 do Artigo 102.º do Decreto-Lei n.º 26/2014 de 31 de dezembro, a EMAE só está habilitada a cortar o serviço a um cliente por falta de pagamento de faturas com mais de sessenta dias em atraso e desde que tenha sido comunicado, após esse período, com quinze dias de antecedência em relação à data do corte, o que penaliza sobremaneira a tesouraria da EMAE a pagar as suas obrigações sobre faturação e não sobre cobrança efetiva.

Na esfera de contribuições sociais, em 2025, a EMAE depositou nos cofres do Instituto Nacional de Segurança Social, o montante de 12.737.747 dobras, continuando em dívida apenas a parcela de contribuições do mês de dezembro de 2025, no montante de 1.883.408 dobras, que se vencem nos termos regulamentares em janeiro de 2026.

6.7.2 - Operações particulares com o Estado

No âmbito da Contabilidade OCAM, as operações particulares com o Estado se referem às operações financeiras e patrimoniais que ocorrem entre o Estado e outros entes públicos e empresas públicas ou privadas. Essas operações podem ser de diversas naturezas, incluindo empréstimos e financiamentos, subvenções, concessões e permissões, etc. O registo das operações particulares com o Estado deve ser feito de forma individualizada, com a identificação da natureza da operação, do valor da transação e da contraparte envolvida.

Em 31 de dezembro de 2025, o Balanço Patrimonial da EMAE releva as seguintes operações com o Estado e outros entes públicos:

OPERAÇÕES PARTICULARES COM O ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS					
Conta	Entidade	Natureza da Operação	Contraparte	ATIVO	PASSIVO
438007	Autoridade Geral Aduaneira	Despacho Alfandegário	EMAE/AGA		11 464 056,01
438009	Projeto PC5 Água Casada	Linha de Transporte	Cunha Soares	28 060 254,14	
438201	Tesouro Público/EMAE	Conta Especial BISTP	EMAE/DT		36 750 000,00
438201	ESTADO/Tesouro Público	Fornecimento Gasóleo	ENCO/EMAE		1 459 127 200,76
TOTAL				28 060 254,14	1 507 341 256,77
SALDO					1 479 281 002,63

4. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025, o conjunto dos órgãos sociais executivos de 5 membros e não executivos de 3 membros não sofreram quaisquer variações. Conforme o disposto no Artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 22/2011 que aprova o Regime Jurídico das Empresas Públicas e do Setor Empresarial Público, o Estatuto de Pessoal da EMAE está sujeito ao regime de contrato individual de trabalho, Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 6/2019, de 11 de abril, salvo o disposto em legislação especial.

Ao nível da gestão dos recursos humanos, o recrutamento e a situação contratual caracterizaram-se no ano em análise, e face ao ano anterior, por uma cuidada estabilidade, que se apresenta do seguinte modo:

- Evolução no sentido descendente do número total de trabalhadores (-8,25%);
- Diminuição de 3,64% do número de trabalhadores efetivos;
- Ligeiro aumento (6,8%) do número total de trabalhadores em regime de contrato;
- Número significativo de abandono do posto de trabalho e pedidos de licença sem vencimento (10,8%) devido ao forte fluxo de emigração para o estrangeiro.

Em conclusão, o número total de trabalhadores ao serviço em 31 de dezembro de 2025, decresceu 8,25%, relativamente a igual momento de 2024.

O número total de 467 trabalhadores, dos quais 94 em regime de contrato, 39 prestadores de serviço e 4 na condição de estagiário em 31 de dezembro de 2025, decresceu 8,25%, relativamente a igual momento em 2024 com 509 trabalhadores, dos quais 88 em regime de contrato e 5 em regime de contrato de estágio. O número de colaboradores não qualificados em regime de prestação de serviço cresceu de 2,6%, com apenas mais um prestador de serviço, passando de 38 em 31 de dezembro de 2024 para 39 em 31 de dezembro de 2025. Estas variações inseriram-se num processo de reajustamento dos recursos humanos, consistente com o desenvolvimento infraestrutural registado tanto no setor elétrico como no setor de abastecimento de água, e de equilíbrio da restrição da mão de obra devido ao fluxo de emigração para o estrangeiro. Os prestadores de serviço tratam-se de trabalhadores não qualificados de apoio para limpeza do corredor de linhas elétricas e abertura de valas para estabelecimento ou reparação de condutas de água e cabos elétricos subterrâneos, e reposição de pavimentos.

N.O.	Categoria de Pessoal	Ano 2025	Ano 2024	Variação	
				Nº	Perc.
1	Conselho de Administração	0	0	0	0,00%
2	Conselho Fiscal	3	3	0	0,00%
3	Conselho de Direcção	5	5	0	0,00%
	Subtotal	8	8	0	0,00%
4	Pessoal de Quadro	397	412	-15	-3,64%
5	Pessoal contratado a termo	94	88	6	6,82%
6	Estagiários	4	5	-1	-20,00%
	Subtotal	495	505	-10	-1,98%
7	Licença sem vencimento	-35	-21	-14	66,67%
8	junta médica	-5	-3	-2	66,67%
9	Comissão de serviço	-2	-2	0	0,00%
10	Abandono posto de trabalho	-22	-4	-18	450,00%
11	Reforma	-3	-4	1	-25,00%
	Subtotal	428	471	-33	-9,13%
12	Prestação de Serviço	39	38	1	2,63%
	Subtotal	39	38	1	2,63%
	TOTAL	467	509	-42	-6,50%

5. MOVIMENTO DO ATIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o movimento ocorrido em ativos imobilizados no ano atingiu 88.433 milhares de dobras. A custos técnicos, a maior parcela de 51.145 milhares de dobras coube ao setor de “redes elétricas e seus principais componentes em curso” no âmbito do projeto de construção da linha de transporte em média tensão a 30 KV entre Água Casada e Guadalupe, com incorporação de Fibra Óptica e um Posto de Corte em Guadalupe para conexão do parque Fotovoltaico.

O investimento de 18.813 milhares de dobras, relevado na rubrica “Edifícios e outras construções” respeita, fundamentalmente a construção do edifício da Unidade de Implementação de Projetos, financiado pelo Banco Mundial no âmbito do Projeto ACRE (acesso à Energia Limpa e Resiliente), e demais gabinetes e pavimentação do complexo técnico sito na rua João de Deus frente ao Matadouro Central.

O montante de 5.206 milhares de dobras relevado na rubrica “produção termoelétrica” diz respeito a grande manutenção dos grupos geradores Caterpillar na Região Autónoma do Príncipe, e aquisição de dois geradores para as centrais isoladas de Ponta Baleia e Monte Mário.

O investimento de 2.525 milhares de dobras relevado na rubrica “Transporte de Eletricidade” se refere fundamentalmente à requalificação da rede de média tensão a 30 KV de Milagrosa e Posto de Transformação da Trindade.

Na rubrica “Distribuição de Eletricidade”, o investimento relevado no montante de 5.302 milhares de dobras, inclui aquisição massiva de contadores trifásicos e monofásicos, extensão e requalificação da rede BT e PT de Água Porca, Praia Tamarinos, Trindade, Santana, Margarida Manuel, Planca Primeira, S. Finícia, Liceu de S. Marçal e Fundo Nacional de Medicamentos em Gongá.

Os 2.481 milhares de dobras investidos em “Equipamento Administrativo” respeita a aquisição de equipamentos informáticos, mobiliário de escritório e investimentos de substituição de aparelhos de ar condicionado, para apetrechamento de instrumentos de trabalho.

No setor de água, 7.588 milhares de dobras foram investidos 6.451 milhares de dobras no Projeto de Abastecimento de Água de Santana e Água Izé, enquanto os restantes 1.137 milhares de dobras se destinaram ao projeto de reabilitação da captação do sistema de Prado.

O montante de 799 milhares de dobras relevado na rubrica “Equipamento de Transporte” respeita a aquisição de um veículo de marca Suzuki Jimny All Grip de 5 portas para os expedientes administrativos, uma motorizada para o setor de água, e a grande reparação do Trator da delegação no Príncipe.

No conjunto das rubricas “Ferramentas e Utensílios”, o investimento relevado no montante global de 108 milhares de dobras respeita a aquisição de ferramentas especiais e utensílios diversos padronizados de água e eletricidade, de acordo com as especificidades técnicas e operacionais da EMAE.

Despesas de Investimento em 2025(Dbs)			
	2025	2024	Var. %
Imobilizações Incorpóreas			
Despesas imobilizadas	0	0	0%
Imobilizações incorpóreas	0	0	0%
Desp/Val Incorpóreos Imobilizados (I)	0	0	0%
Imobilizações Corpóreas			
Edifícios e outras construções	18 812 781	5 866 563	221%
Equipamento Básico:			
Equipamento técnico específico			
Produção Termoelétrica	5 205 559	9 261 923	-44%
Transporte de Electricidade	2 524 898	320 650	687%
Distribuição de Electricidade	5 302 329	3 953 949	34%
Sistemas de Abastecimento de Água	0	1 285 671	-100%
Equipamento de Transporte	799 158	997 650	-20%
Equipamento Administrativo	2 481 495	1 815 723	37%
Outro Equipamento Básico	21 900	33 100	0%
Ferramentas e Utensílios	108 735	385 578	-72%
Outras Imobilizações Corpóreas	241 202	127 965	88%
Imobilizações Corpóreas (II)	35 498 057	24 048 772	48%
Imobilizações em curso			
Edifícios e Construções	-1 241 318	0	-100%
Redes Elétricas e seus Componentes	51 144 862	66 212 977	-23%
Sistemas Abastecimento de Água	7 588 713	347 712 469	-98%
Centrais Equipamentos de Produção	-5 186 873	-6 090 602	-15%
Outras Imobilizações Corpóreas em Curso	629 931	-1 754 119	100%
Imobilizações em curso (III)	52 935 314	406 080 724	-87%
Adiantamentos a Fornecedores Imob	0	19 103 271	-100%
Adiantamentos Fornecedores Imob (IV)	0	19 103 271	100%
Investimentos Financeiros			
Títulos Imobilizados	0	0	0%
Investimentos Financeiros (V)	0	0	0%
TOTAL GERAL I + II + III + IV + V = (VI)	88 433 371	449 232 767	-80%

Fonte de Financiamento	Montante 2025	Montante 2024	Variação
Subsídios do Estado	31 370 122	91 539 728	-66%
Donativos + Empréstimo Org. Internacionais	2 909 817	347 712 469	-99%
Empréstimos Bancários	0	0	0%
Recursos da própria EMAE	54 153 432	9 980 570	443%
Total	88 433 371	449 232 767	-80%

5.1. Ativo Imobilizado

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Transfer Regulariz e Abates	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas:					
Despesas imobilizadas	38 502 665	0	0	0	38 502 665
Desp Invest & Desenvolvimento	21 211 827	0	0	0	21 211 827
Outras Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0
	59 714 492	0	0	0	59 714 492
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e Recursos Naturais	0	0	0	0	0
Edifícios e outras					
Edifícios complexos especializados	66 274 752	18 812 781	0	0	85 087 533
Outras construções	0	0	0	0	0
	66 274 752	18 812 781	0	0	85 087 533
Equipamento básico					
Equipamento Técnico Específico					
Produção Hidroelétrica	59 997 845	0	0	0	59 997 845
Produção Termoeletrica	769 515 046	5 205 559	0	0	774 720 605
Transporte de Electricidade	355 104 612	2 524 898	0	0	357 629 510
Distribuição de Electricidade	432 577 343	5 302 329	0	628 425	437 251 247
Captações & Reservatórios	116 453 187	0	0	0	116 453 187
Estações de Tratamento	155 718 319	0	0	0	155 718 319
Adução & Distribuição de Água	444 153 126	0	0	0	444 153 126
Outro Equipamento Básico	5 707 874	21 900	0	0	5 729 774
	2 339 227 352	13 054 686	0	628 425	2 351 653 613
Equipamento de Transporte	50 513 853	799 158	0	0	51 313 011
Equipamento administrativo	32 892 358	2 481 495	0	1 490	35 372 363
Ferramentas e Utensílios	4 801 455	108 735	0	0	4 910 190
Outras imobilizações corpóreas	363 373	241 202	0	4 384	600 191
Imobilizações em curso	581 369 151	90 531 614	0	37 203 144	634 697 621
Adiantamento p/conta Imobiliz.	19 103 271	0	0	19 103 271	0
	689 043 460	94 162 205	0	56 312 289	726 893 376
Investimentos Financeiros:					
Títulos imobilizados	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
TOTAL	3 154 260 056	126 029 672	0	56 940 714	3 223 349 014

5.2. Amortizações acumuladas

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS E PROVISÕES EM DOBRAS (Dbs)

Rubricas	Valores Brutos (Saldo Inicial)	Amort iz. Acumuladas (Saldo Inicial)	Dotações do exercício		Amortiz. Acumuladas (Saldo Final)	Valores Contabilíst. Líquidos
			Reforço	Regulariz.		
Imobilizações Incorpóreas						
Despesas imobilizadas	38 502 665	18 009 135	1 203 376	0	19 212 511	19 290 154
Desp Invest & Desenvolvimento	21 211 827	21 211 827	0	0	21 211 827	0
Outras Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0
	59 714 492	39 220 962	1 203 376	0	40 424 338	19 290 154
Imobilizações corpóreas						
Terrenos e Recursos Naturais	0	0	0	0	0	0
Edifícios e Outras Construções:						
Edifícios complexos especializados	85 087 533	17 619 393	1 942 426	0	19 561 819	65 525 714
Outras construções	0	0	0	0	0	0
	85 087 533	17 619 393	1 942 426	0	19 561 819	65 525 714
Equipamento básico						
Equipamento Técnico Específico:						
Produção Hidroelétrica	59 997 845	38 605 534	1 609 542	0	40 215 076	19 782 769
Produção Termoelétrica	774 720 605	479 741 090	37 811 431	20 637 858	538 190 379	236 530 226
Transporte de Electricidade	357 629 510	210 507 506	18 567 725	0	229 075 232	128 554 278
Distribuição de Electricidade	437 251 247	228 766 900	28 071 243	0	256 838 143	180 413 104
Captações & Reservatórios	116 453 187	32 996 343	2 852 388	0	35 848 731	80 604 456
Estações de Tratamento	155 718 319	44 693 548	4 931 717	0	49 625 266	106 093 053
Adução & Distribuição de Água	444 153 126	150 669 704	14 691 883	0	165 361 588	278 791 538
Outro Equipamento Básico	5 729 774	5 209 824	32 409	0	5 242 233	487 541
	2 351 653 613	1 191 190 449	108 568 338	20 637 858	1 320 396 648	1 031 256 965
Equipamento de Transporte	51 313 011	63 190 152	3 551 522	20 637 858	46 103 817	5 209 194
Equipamento Administrativo	35 372 362	23 564 397	1 990 463	0	25 554 860	9 817 502
Ferramentas e Utensílios	4 910 190	3 993 362	273 197	0	4 266 558	643 632
Outras Imobilizações Corpóreas	600 191	151 638	36 266	0	187 904	412 287
Imobilizações em Curso	634 697 621	0	0	0	0	634 697 621
Adiantamentos p/ conta do Imobilizado	0	0	0	0	0	0
	726 893 375	90 899 549	5 851 448	20 637 858	76 113 139	650 780 236
Investimentos Financeiros						
Títulos/ aplicações financeiras	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0
TOTAL	3 223 349 014	1 338 930 354	117 565 589	41 275 716	1 456 495 943	1 766 853 071

6. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

A EMAE não procedeu à reavaliação do seu património técnico desde 31 de dezembro de 1999, quando São Tomé e Príncipe figurava na lista de países com forte inflação.

Essa ação de reavaliação tem sido sucessivamente adiada ao longo dos anos por três fatores:

Em primeiro lugar a dispersão geográfica das infraestruturas e ausência do SIG (Sistema de Informação Geográfica), de sistemas de eletricidade e, tanto em São Tomé como na Região Autónoma do Príncipe; em segundo lugar, a existência de património que ainda sobrevive do período colonial e pelo qual a EMAE não possui informação do seu historial e; em terceiro lugar, a necessidade de contratar um gabinete externo especializado para credibilizar o valor da reavaliação. Tudo isso torna o processo moroso e oneroso.

O Banco Mundial financiou o processo de inventário e reavaliação do ativo fixo das infraestruturas de eletricidade, mas com exceção de alienação e abate, o processo se revelou inconclusivo por imperativos de incompatibilidade do sistema de informação, isto é, o sistema informático carece de atualização de aplicativos.

7. VALORES DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2025, o saldo das “Existências” tem a seguinte composição:

Combustível e Lubrificantes					
Gasóleo para Centrais Térmicas:					
		Gasóleo Central São Tomé (TESLA)	Litros	150 940	2 878 426
		Gasóleo Central Santo Amaro I e II	Litros	136 000	2 593 520
		Gasóleo Central Santo Amaro III	Litros	38 400	732 288
		Gasóleo Central Bobô-Foro II	Litros	38 300	730 381
		Gasóleo Central Príncipe	Litros	103 006	1 964 325
		Gasóleo no Armazém Pequenas Centrais Isoladas	Litros	4 500	85 815
Subtotal Gasóleo				471 146	8 984 755
Óleos Lubrificantes					
		Óleos Lubrificantes em Armazém Geral	Litros	60 981	4 235 707
		Óleos Lubrificantes nas Centrais	Litros	586	46 299
Outros Lubrificantes:					
		Lubrificantes e Aditivos em Armazém Geral	Litros	950	955 946
Aditivos Central Santo Amaro I e II:					
		Auto Escalante-Aditivo p/ água Gerador	Kilos	0	0
		Maxigard-Aditivo p/ água Gerador	Litros	0	0
		Antifreeze coolant (anticongelante) p/ Gerador	Litros	0	0
		Massa consistente MOBIL UNIREX N3	Kilos	0	0
Setor de Água					
	Peças, Materiais e Acessórios				1 967 879
	Produtos Químicos p/ Tratamento de Água				1 819 719
Setor de Eletricidade					
	Peças, Materiais e Acessórios elétricos e Ferramentas e Utensílios				5 688 398
Economato:					
	Material de Escritório, Informático e outros				0
SUBTOTAL					23 698 703
Existências em Trânsito:					
	Contadores Trifásico Pré-Pago Split		Unidade	120	437 129
	Fornecimento e Transporte Gasóleo STA 1		Litros	54 000	1 012 500
SUBTOTAL					1 449 629
TOTAL GERAL					25 148 331

8. CLIENTES – CONTA CORRENTE

Em 31 de Dezembro de 2025, a carteira de saldos em aberto com clientes é composta como se segue, em dobras (STN) e por categoria de clientes:

CLIENTES - CONTA CORRENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Dbs)				
DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024	Var. Valor	Var. %
Serviço Doméstico/Residencial	205 379 627	190 533 359	14 846 268	7,79
Comercial	48 188 371	36 614 883	11 573 488	31,61
Industrial	14 143 036	11 674 509	2 468 527	21,14
Administração Pública	50 978 580	169 731 043	-118 752 463	-69,97
ASSEMBLEIA NACIONAL	13 741 466	12 029 394	1 712 072	14,23
TRIBUNAIS	26 706 472	47 766 118	-21 059 646	-44,09
Outras Instit Autónomas do Estado	22 176 106	10 806 638	11 369 468	105,21
ENASA	31 996 275	31 379 700	616 575	1,96
Iluminação Pública	3 911 524	0	3 911 524	100,00
Outras Empresas Públicas	0	2 797 003	-2 797 003	-100,00
Trabalhadores EMAE	0	308 800	-308 800	-100,00
Missões Diplomáticas	801 700	438 708	362 992	82,74
Administração Regional (Estado)	0	9 793 300	-9 793 300	-100,00
Setor Financeiro	6 472 404	4 288 870	2 183 534	50,91
Setor Telecomunicações	3 804 401	11 351 289	-7 546 888	-66,48
Companhias Aéreas	253 154	215 705	37 449	17,36
Organismos Privados	0	4 104 388	-4 104 388	-100,00
Outras Entidades	0	183 912	-183 912	0,00
Clientes Credores	-289 917	-222 208	-67 709	0,00
TOTAL	428 263 199	543 795 411	-115 532 212	-21,25

9. DÍVIDAS ATIVAS E PASSIVAS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2025, a Empresa tinha as seguintes dívidas ativas e passivas com o pessoal, expressas em dobras (STN):

Descrição	2025	2024	VARIACÃO	
			Valor	Perc. (%)
Saldos Devedores	568 501	636 806	-68 305	-10,7
Saldos Credores	731 993	1 183 128	-451 135	-38,1

A rubrica saldos devedores incluía em 2025, valores contabilizados como adiantamentos de subsídios diversos (transporte, alimentação) e de prémios no processo de manutenção de geradores. Os saldos credores incluíam em 2025, montantes relacionados com remunerações a pagar, reconhecidos como acréscimos de custos incorridos no exercício de 2025, de acordo com a especialização do exercício.

10. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

De acordo com um dos princípios contabilísticos mais importantes, o **princípio da prudência**, outrora a EMAE integrava nas contas as “Provisões para cobrança duvidosa” visando acautelar eventuais perdas motivadas pelo não recebimento em relação a clientes determinados, guiando-se pela antiguidade dos saldos e pelo risco de incobrabilidade que se considere devidamente justificado, por exemplo, quando uma empresa cessa as suas atividades. Durante um processo de auditoria, a Inspeção Geral de Finanças procedeu a sua anulação realçando que a EMAE violara o artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 9/93. Desde então a EMAE deixou de proceder ao registo de provisões para créditos de cobrança duvidosa. Compete agora o Tribunal de Contas emanar Despachos ou orientações administrativas para padronizar os procedimentos que devem ser doravante seguidos pelas empresas públicas e o setor empresarial público, evitando-se uma multiplicidade de interpretações de Leis e redundância de orientações. Pois já está-se perante a Diretriz emanada pelo Tesouro Público, enquanto representante do Acionista Estado, Instruções de Tribunal de Contas, Modelos de Reportes Financeiros impostos pelo Banco Mundial, Indicadores de desempenho impostos pelo Fundo Monetário Internacional, Contabilidade Regulatória para o setor elétrico nacional recomendada pela AGER (Autoridade Geral de Regulação), sem falar dos preceitos do Banco Mundial, ou seja, é preciso e necessário um modelo uniforme e padronizado de prestação de contas, sob pena de criar Direções, Assessorias, Gabinetes e outras infraestruturas administrativas, financeiras e estatísticas para dar resposta aos principais indicadores de desempenho da única empresa que desenvolve duas unidades com a missão de Serviço Público específico de Interesse Económico Geral (SIEG) atividades com especificidades técnicas e operacionais que laboram em todo o espaço nacional vinte e quatro

horas por dia, e trezentos e sessenta e cinco dias por ano, o que não se compara nem se pode comparar com outras empresas pública que operam num perímetro limitado, com clientes externos e tarifas internacionais, e laboram em horários especiais.

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O montante de 5.395.066 dobras corresponde às dívidas fiscais correntes de IRS (Imposto sobre Rendimentos de Pessoa Singular), IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) e Taxa Audiovisual, bem como as contribuições para a Segurança Social no montante de 1.883.408, são respeitantes ao mês de dezembro de 2025, que se vencem nos termos regulamentares em janeiro de 2026.

O montante de 4.109.285 dobras respeita o Imposto sobre o Consumo de exercícios anteriores no processo de faturação ainda por cobrar, objeto de um Memorando de Plano de Amortização celebrado com a Administração Fiscal.

Na rubrica “operações particulares com o Estado”, encontram-se refletidas as operações passivas com a Autoridade Geral Aduaneira, no montante de 11.464.056,01 dobras e fornecimento de combustível para produção térmica pelo Tesouro Público no montante de 1.459.127.200,76 dobras, enquanto o montante relevado de 36.750.000 dobras se reporta ao pagamento efetuado pelo Tesouro Público a favor de TESLA STP, pela compra de eletricidade.

As operações ativas no montante de 28.060.254,14 dobras referem-se ao registo das faturas emitidas pela empresa Cunha Soares, e remetidas ao Tesouro Público para pagamento no âmbito do projeto de construção da Linha de Transporte de eletricidade de Água Casada à Guadalupe com incorporação de Fibra Óptica e construção de um Posto de Corte em Guadalupe para conexão do parque Fotovoltaico.

Em 31 de dezembro de 2025, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Estado e Outros Entes Públicos e Situação Fiscal da EMAE em 31 dezembro 2025						Var%
Estado e Outros Entes Públicos	Saldo Inicial	Apuramento Imposto	Outras Operações	Pagamento Imposto	Saldo Final	
Segurança Social	1 371 689	13 249 466	0	12 737 747	1 883 408	37,3%
Subtotal INSS	1 371 689	13 249 466	0	12 737 747	1 883 408	37,3%
IRS (Trabalhadores EMAE)	2 085 225	17 142 001	0	16 810 408	2 416 818	15,9%
IRS (Profissionais Liberais)	54 078	722 136	0	697 166	79 048	46,2%
Retenção não Residentes	0	493 727	0	431 298	62 429	100,0%
TAV - Taxa Audiovisual	3 070 289	4 628 775	0	6 106 961	1 592 103	-48,1%
Imp Consumo não Residentes	0	0	0	0	0	0,0%
Imposto Consumo (Cobrança)	372 195	0	0	372 195	0	-100,0%
Imposto de Selo s/ Faturação	0	0	0	0	0	0,0%
IVA COBRADO A PAGAR	1 277 815	17 087 748	0	17 120 896	1 244 667	-2,6%
Subtotal	6 859 602	40 074 387	0	41 538 924	5 395 065	-21,4%
IVA NÃO COBRADO	2 672 882	0	0	2 672 882	0	100,0%
Imposto Consumo não cobrado	3 979 831	372 195	0	242 741	4 109 285	3,3%
Subtotal	6 652 713	372 195	0	2 915 623	4 109 285	3,3%
Operações particulares com Estado:						
Autoridade Geral Aduaneira	11 464 056	0	0	0	11 464 056	100,0%
Projeto Água Casada PC5 (a)		0	-28 060 254	0	-28 060 254	
CONTA TESOURO PÚBLICO/EMAE		0	36 750 000	0	36 750 000	
Combustível Tesouro Público	1 189 607 250	0	269 519 951	0	1 459 127 201	22,7%
TOTAL ESTADO	1 201 071 306	0	278 209 697	0	1 479 281 003	22,7%
TOTAL GERAL	1 215 955 311	53 696 048	278 209 697	57 192 294	1 490 668 762	22,6%

(a) = Contas Ativas com o Estado

12. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram movimentos nas rubricas de provisões porque a Inspeção-Geral de Finanças entendeu que viola o artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 9/93 sobre Reintegrações e Provisões, sem analisar previamente os riscos de depreciação e os riscos de incobrabilidade em função da antiguidade dos saldos, de acordo com os critérios de gestão. **Com uma carteira da dívida de clientes com perfil de longo prazo, aguardamos expectantes a douda orientação do Tribunal do Contas sobre esta delicada matéria.**

13. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2025, o Capital Contabilístico da EMAE – Empresa de Água e Eletricidade, encontrava-se detida a 100% pelo Estado Santomense, tendo por Acionista Único o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

14. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o movimento ocorrido nas rubricas de Capitais Próprios, foi como segue:

Demonstração das Alterações no Capital Próprio em milhares de dobras (MDbs)							
Rubricas	Saldo Início do Período	Movimentos			Valor no Fim do Período		
		Aumentos	Aplicação Result	Outras	Antes Result	Result Exercíc	Após Result
Capital Estatutário	104 580	0	0	0	104 580	0	104 580
Reservas de reavaliação	0	0	0	0	0	0	0
Outras Reservas	0	0	0	0	0	0	0
Resultados Transitados	-4 449 637	0	-773 324	508 744	-4 714 217	0	-4 714 217
Resultadio Líquido Exercício	-773 324	0	773 324	0	0	-501 211	-501 211
Outras variações Cap Prop	0	0	0	0	0	0	0
	-5 118 381	0	0	508 744	-4 609 637	-501 211	-5 110 848

14.1. Capital Estatutário

Nas rubricas de Capital Próprio da EMAE, o capital estatutário mantém-se inalterado desde 2007 após a conversão do empréstimo BEI no montante de 79,599 milhões de dobras e da reserva de reavaliação no valor de 20,813 milhões de dobras em capital social da EMAE, passando desse modo o valor material da Empresa de 4,168 milhões de dobras para 104,580 milhões de dobras.

14.2. Resultados Transitados

As variações ocorridas na rubrica “resultados transitados”, derivam da transferência do resultado líquido apurado em 2024 e de regularizações de grande significado dos factos relacionados com exercícios anteriores que afetam positiva ou negativamente os capitais próprios, não através do resultado do exercício, atendendo ao relevo que assumem nas demonstrações financeiras e refletem regularizações de Ganhos Cambiais Líquidas com ENCO, e sobrefaturação da CIEM de assistência técnica de geradores do Príncipe.

15. SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTOS

Os imobilizados comparticipados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes imobilizados. O custo da amortização destes bens é compensado em proveitos e ganhos extraexploração pela amortização das comparticipações, a qual é efetuada na mesma base e às mesmas taxas dos respetivos imobilizados comparticipados. Os donativos concedidos à Empresa são registados como proveitos diferidos, na rubrica de antecipações passivas, e reconhecidos na demonstração dos resultados de forma consistente e proporcional às amortizações dos bens cuja aquisição foi subsidiada.

A EMAE não dispõe de um registo contabilístico separado e detalhado dos imobilizados subvencionados dos restantes imobilizados, devidamente organizado por projeto, entidade financiadora e outras informações relevantes.

16. LINHAS DE CRÉDITO CONCEDIDAS AO ESTADO SANTOMENSE

A EMAE é beneficiária final de Linhas de Crédito concedidas ao Estado Santomense, tanto no âmbito da cooperação bilateral como de instituições multilaterais, reconhecidas no Balanço aquando da sua receção na rubrica de «Subsídios para Investimentos». Em 31 de dezembro de 2025, as Linhas de Crédito com prazo de utilização de fundos ainda em vigor eram os seguintes:

- (1) Acordo de Empréstimo celebrado em 2 de setembro de 2014, entrou em vigor no dia 30 de junho de 2015 e concedido ao Estado de São Tomé e Príncipe, assumindo a EMAE a figura de beneficiário final do financiamento. Esta linha de crédito destina-se ao financiamento do Projeto de Abastecimento de Água Potável da Vila de “Santana” e do Centro de “Água Izé”.

O empréstimo em causa, no montante global de 7.500.000,00 Dólares (“USD”), será reconhecido pela EMAE como «Subsídios para Investimento», na medida em que este será realizado e as parcelas de capital serão disponibilizadas pelo BADEA. Esta linha de crédito vence-se em 20 anos, tendo um período inicial de carência de 10 anos. É reembolsado em 40 prestações semestrais iguais de capital e juros à taxa de juro anual de 1%.

- (2) O Banco Europeu de Investimento lançou o pacote de assistência técnica para reabilitação de 100 Km da rede de distribuição em baixa tensão, aquisição e instalação de 20 000 contadores inteligentes de medida de consumo de eletricidade, bem como contadores estatísticos nas instalações e pontos-chave de distribuição, financiada com 10 milhões de US Dólares.
- (3) O Projeto de reabilitação e extensão dos sistemas de abastecimento de água a cidade de S. Tomé e arredores na base do Estudo de viabilidade económica dos sistemas que abastecem a capital e arredores captou um financiamento inicial de 15.000.000 de euros do Banco Europeu de Investimento com 8,44 milhões de euros sob a forma de empréstimo concessional, em paralelo com a União Europeia com 6,56 milhões de euros sob a forma de donativo.

17. Subsídios ao investimento em imobilizações acumuladas até 2025

A EMAE não dispõe de um registo contabilístico detalhado e de um arquivo histórico organizado, relativo a subsídios ao investimento recebidos. Os registos contabilísticos existentes, estão desprovidos de evidência quanto às condições gerais contratualizadas, entidade promotora do projeto, ao caderno de encargos, ao calendário de execução do investimento, à entidade

financiadora, à existência de garantias reais prestadas ou recebidas, diretamente ou por terceiros, ao detalhe de linhas de crédito utilizadas e respectivas condições contratuais, requeridos pelas boas práticas de controlo interno.

SUBSÍDIO DE INVESTIMENTO					
Subsídio Imob. Bruto em 2024	Montante recebido em 2025	Montante Total	Rédito do período	Rédito acumulado	Rédito por reconhecer em 2026
2 708 104 673	48 810 303	2 756 914 976	71 129 714	1 114 207 601	1 642 707 375

Consequentemente, não é possível realizar uma correta segregação nas rubricas de imobilizações corpóreas e incorpóreas, suportados num cadastro atualizado de ativos corpóreos que permita identificar fisicamente esses bens e o respetivo valor do imobilizado corpóreo participado.

17.1 DONATIVOS OBTIDOS

Os donativos concedidos à Empresa são registados como proveitos diferidos, na rubrica de antecipações passivas, e reconhecidos na demonstração dos resultados de forma consistente e proporcional às amortizações dos bens cuja aquisição foi subsidiada.

No âmbito do PRSE (Projeto de Recuperação do Setor Elétrico), o Banco Mundial apoiou na implementação dos diferentes componentes do referido Projeto (P157096) com um financiamento no montante de 26, 3 milhões de US dólares que completou dez anos em outubro de 2025, e o Projeto em causa foi definitivamente encerrado. O remanescente de 6,0 milhões de US Dólares do referido financiamento foi transferido para o Projeto ACRE (Acesso à Energia Limpa e Resiliente) que disponibiliza um financiamento no montante de 60,7 milhões de US Dólares

Os “Donativos” em causa ainda não são reconhecidos pela EMAE como “subsídios para investimento”, na medida em que a gestão e administração do projeto está sob jurisdição da AFAP (Agência Fiduciária de Administração de Projetos). Após rececionar os bens, serviços e infraestruturas e respetiva documentação a EMAE procederá ao registo contabilístico.

18. DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO - MÉDIO E LONGO PRAZO

18.1.- BGFIBank São Tomé e Príncipe

A EMAE celebrou em novembro de 2025, um empréstimo de longo prazo com Carta Conforto do Governo, no montante de EUR 2.000.000,00 (dois milhões de euros) com o BGFIBank STP. Este empréstimo destinou-se ao financiamento de Aquisição de seis Unidades de Geradores Diesel CUMMINS C1 100 D5B Contentorizado -Novos, com capacidade de 1 029 KVA Prime Power, 400V 50 Hz 3 fases, em regime chave-na-mão, tendo por objetivo suprir a produção TESLA STP e resgatar a soberania energética de São Tomé e Príncipe.

19. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2025, estes passivos resultantes de fornecimentos e serviços externos necessários a manutenção básica das atividades da EMAE, atingiram o valor líquido de 4.584.036.562 dobras, com ENCO a representar mais de 96% dos mesmos e apresentavam a seguinte composição:

FORNECEDORES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025						
(Valores expressos em Dobras)						
Fornecedores	2025		2024		Variação 2025/2024	
	Valor	Perc.	Valor	Perc.	Valor	Perc.
ENCO SARL	3 910 864 399	93,90%	4 410 950 323	96,22%	-500 085 924	-11,34%
Fornecedores c/c	213 932 305	5,14%	163 826 048	3,57%	50 106 257	30,59%
Fornecedores de imobilizado	39 983 007	0,96%	9 260 191	0,20%	30 722 816	331,77%
Subtotal	4 164 779 711	100,00%	4 584 036 562	100,00%	-419 256 851	-9,15%
Adiantamentos a Fornecedores	-54 065 669	-1,32%	-5 770 829	-0,13%	-48 294 840	836,9%
TOTAL	4 110 714 042	98,68%	4 578 265 733	99,87%	-467 551 691	-10,21%

20. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de 54.065.669 dobras nesta rubrica respeitava, fundamentalmente, o adiantamento pago pela EMAE aos fornecedores diversos, cabendo a maior parcela no montante de 45.679.345 dobras ao Fornecedor HOOPS Importers & Exporters (Pty) Ltd com sede em Johannesburg – África do Sul pela aquisição de seis unidades de geradores Diesel Cummins Novos, 1029 KVA Prime Power. Os restantes 8.386.324 dobras, são constituídos por adiantamentos individuais de reduzido valor.

FORNECEDORES	DESCRIÇÃO	2025	2024	Variação
ABC	Peças Geradores ABC	0	1 147 031	-100%
HOOPS	Seis Unidades Geradores Diesel Cummins	45 679 345	0	100%
CIEM	Manutenção geradores CATERPILLAR	757 919	0	100%
HD WORD CO, LTD	Peças Geradores Hyundai	0	1 368 242	-100%
ENCO	Combustível	846 928	0	100%
NAVALAGRO	Produtos Químicos e Lubrificantes	0	878 429	-100%
Bernício Ramos	Prestação de Serviço Mecânico	220 100	0	100%
NAVALCO	Spare Parts para geradores DEUTZ	0	459 767	-100%
TAP	Passagens aéreas	100 000	0	100%
DIVERSOS	Diversos	6 461 377	1 072 601	502%
TOTAL		54 065 669	4 926 070	-91%

21. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais da EMAE, compreendendo os membros do Conselho Fiscal, o Provedor de Cliente e os membros do Conselho de Direção, no exercício de 2025, totalizaram 7.746.050 dobras, menos 14,81% que em 2024 que foi de 9.092.960 dobras, decorrente de indemnizações por transição de mandatos de órgãos sociais e foram os seguintes:

No âmbito da Contabilidade OCAM não se prevê a subdivisão desta rubrica. O desdobramento que era registado nas subcontas de Remuneração do Pessoal foi devidamente segregado.

Rubricas	2025	2024	Var %
Remun. Conselho Administração	0	0	0,00
Remun. Conselho Fiscal	446 525	482 246	-7,41
Remun. Provedor Clientes	252 000	231 000	9,09
Remun. Conselho de Direcção	3 172 472	3 005 074	5,57
Subsídio Função	1 296 554	1 313 663	-1,30
Subsídio Desempenho e Gestão	1 010 728	1 100 322	-8,14
Subsídio de Férias + Indemnizações	312 594	2 004 417	-84,40
Subsídio de Natal	392 872	342 589	14,68
Outros	423 849	98 953	328,33
Subtotal	7 307 594	8 578 264	-14,81
Encargos sobre remunerações	438 456	514 696	-14,81
Despesas de Representação	0	0	0,00
Prémios e Subsídios Derivados	0	0	0,00
Senhas de Presença	0	0	0,00
Deslocações e Estadas	0	0	0,00
Ajudas de Custo	0	0	0,00
TOTAL	7 746 050	9 092 960	-14,81

22. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas de Eletricidade e de Água, e prestações de serviços complementares no exercício de 2025, por atividade, expresso em dobras, distribuem-se da seguinte forma:

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS			
Actividade	31.12.2025	31.12.2024	Var.%
Vendas de Produção			
Electricidade	366 568 661	340 926 930	7,52%
Água	48 974 980	52 137 453	-6,07%
	415 543 641	393 064 383	5,72%
Prestações de Serviços			
Aluguer de Contadores	5 975 341	5 544 387	7,77%
Adesão aos Serviços	1 330 914	1 012 398	31,46%
Serviços Complementares	5 065 280	4 534 812	11,70%
Outros proveitos operacionais	4 965 538	2 171 291	128,69%
Trabalhos para a própria empresa	15 468 969	12 679 483	22,00%
Proveitos Suplementares	0	0	0,00%
	32 806 042	25 942 371	26,46%
TOTAL	448 349 684	419 006 754	7,00%

23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica agrupa todos os encargos gerais comuns da função administrativa, comercial e distribuição relacionados diretamente com a aquisição de bens e serviços externos necessários à manutenção básica da funcionalidade global da empresa. Em 31 de dezembro de 2025, o montante relevado de 48.686.734 dobras, mais 32.92% que em 2024, distribuem-se nas seguintes subcontas, em dobras:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS				
Rubricas	31.12.2025	31.12.2024	Var.%	
Electricidade	7 200 884	5 275 103	36,51	
Combustíveis e outros fluídos	6 614 011	7 850 636	-15,75	
Água	146 464	316 730	-53,76	
Ferramentas e utensílios	102 046	56 468	80,71	
Livros e Documentação Técnica	105 507	76 060	38,72	
Material de escritório	657 604	618 754	6,28	
Material e acessório informático	822 287	545 248	50,81	
Despesas de representação	13 766	94 746	-85,47	
Deslocações e estadas	1 119 878	1 686 450	-33,60	
Publicidade e propaganda	286 766	181 758	57,77	
Limpeza e higiene	2 236 169	951 594	134,99	
Vigilância e segurança	1 710 000	1 651 200	3,56	
Outros Mat e fornecimentos	150 246	72 614	106,91	
Subtotal Matérias e Fornecimentos	21 165 628	19 377 361	9,23	
Rendas e alugueres	6 723 166	5 900 729	13,94	
Comunicações	2 012 783	1 616 296	24,53	
Honorários	2 673 208	2 638 818	1,30	
Manutenção e reparação	4 938 247	4 642 427	6,37	
Contencioso e notariado	163 150	376 650	-56,68	
Serviços bancários	6 265 483	1 960 757	219,54	
Subtotal Serviços externos	22 776 037	17 135 677	32,92	
Apólices de Seguros	1 837 372	929 249	97,73	
Rem Conselho Fiscal & Provedor	698 525	713 245	-2,06	
Indemnizações diversas	1 596 868	698 598	128,58	
Atividades Sociais EMAE	550 299	711 086	-22,61	
Apoio Institucional	0	0	-100,00	
Outros fornecimentos e serviços	62 005	0	-100,00	
Subtotal Custos e Perdas diversos	4 745 069	3 052 178	55,47	
TOTAL	48 686 734	39 565 216	23,05	

24. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS E EXTRAEXPLORAÇÃO

Os Resultados Financeiros têm a seguinte composição em dobras, sendo que a rubrica “juros suportados” refere-se exclusivamente à remuneração dos empréstimos correntes de instituições bancárias.

24.1. Demonstração de Resultados Financeiros

Os Resultados Financeiros têm a seguinte composição, em novas dobras:

Rbricas	2025	2024	Var. %
Custos e perdas :			
Juros suportados sobre empréstimos	468 954	910 236	-48,48
Juros sobre contas correntes bancárias	190 705	0	0,00
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	0	0	0,00
Descontos concedidos	0	0	0,00
Outros Custos e Perdas Financeiros	46	0	0,00
	659 705	910 236	-27,52
Resultados Financeiros	-653 519	-909 668	-28,16
	6 186	568	989,08
Proveitos e Ganhos :			
Juros e proveitos similares obtidos	6 186	0	0,00
Ganhos em Aplicações de Tesouraria	0	0	0,00
Diferenças de Câmbio Favoráveis	0	0	0,00
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	0	568	-100,00
	6 186	568	989,08

24.2 Demonstração de Resultados Extraexploração

Os Resultados Extraordinários têm a seguinte composição, em dobras:

- a) Na rubrica “Donativos Mecenato” (custos e perdas) incluem apoios concedidos para atividades culturais de instituições escolares e outros organismos públicos e privados.
- b) A rubrica de “Quota-parte Amort. de subsídios para investimentos” (proveitos e ganhos) refere-se aos subsídios para investimentos em imobilizações reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações.

c) A rubrica “Outros proveitos e ganhos extraordinários” (proveitos e ganhos) está relacionada com vendas de óleos queimados, tambores vazios e outros resíduos e embalagens.

Rbricas	2025	2024	Var. %
Custos e perdas :			
Correções exercícios anteriores	3 191 879	550 738	479,56
Donativos Mecenato Social & Cultural	13 300	9 094	46,25
Menos Valia - Abate Imobilizações	0	0	-100,00
Apoio Institucional	293 597	348 923	-15,86
Outros Custos e Perdas Extraordinários	0	2 255	-100,00
	3 498 776	911 010	284,05
Resultados Extraordinários	84 962 988	87 827 415	-3,26
	88 461 764	88 738 425	-0,31
Proveitos e Ganhos :			
Quota-parte Subsídios de Investimentos	71 129 714	75 507 624	-5,80
Ganhos em Imobilizações	0	0	-100,00
Subsídios do Estado	17 295 532	11 549 825	0,00
Correcções exercícios anteriores	36 518	377 183	-90,32
Subprodutos, Resíduos, Refugos	0	124 500	0,00
Outros prov e ganhos extraordinários	0	1 179 293	-100,00
	88 461 764	88 738 425	-0,31

25. DEVEDORES E CREDITORES DIVERSOS

Em 31 de dezembro de 2025, esta rubrica tinha a seguinte composição em dobras:

		Saldos Devedores		
DEVEDORES DIVERSOS	Descrição	2025	2024	Var. %
Hidroeléctrica STP	Central Agostinho Neto	18 970	18 970	0%
SAT Insurance	Seguros	5 270	4 270	23%
TESLA, LDA.	Caução Definitiva	32 416 562	32 416 562	100%
Outros Devedores	Diversos	5 158 627	5 201 121	-1%
TOTAL SALDOS DEVEDORES		37 599 429	37 640 923	0%
		Saldos Creditores		
CREDITORES DIVERSOS				
ENCO/HidroEquador	Compra de Gasóleo	66 720 817	75 230 576	-11%
SAT Insurance	Seguros	0	0	100%
Outros Creditores	Diversos	494 065	7 822	0%
TOTAL SALDOS CREDITORES		67 214 882	75 238 398	-10,7%

26. DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2025, a disponibilidade de tesouraria líquida da EMAE atingia o montante de 4.131.324,85 dobras, constituída por depósitos bancários no montante de 4.092.564,48 dobras, numerário em caixa no montante de 34.593,00 dobras e Cheques a Receber no montante de 4.167,37 dobras, registrando no cômputo geral um ligeiro acréscimo de 18,2% face ao exercício transato com um montante relevado no Balanço no valor de 3.494.001,04 dobras.

Devido a sua insignificante expressão no balanço, todas as contas em divisas foram saldadas, enquanto o valor em caixa corresponde a cobrança física no último dia de dezembro 2025 que será depositado em Bancos no primeiro dia útil de janeiro de 2026.

Os montantes relevados nesta rubrica, refletindo uma permanente pressão de tesouraria, estão distribuídos por Bancos como se especifica a seguir:

DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA					
Depósitos à Ordem	Moeda	Valor	2025	2024	Var. %
BISTP	Db		618 728,43	883 089,40	-29,9%
BISTP (Príncipe)	Db		11 318,06	3 969,39	185%
AFRILAND BANK	Db		673 775,75	454 695,31	48%
ECOBANK STP	Db		498 244,37	247 464,83	101%
ENERGY BANK	Db		0,00	636 922,06	-100%
BGFI BANK STP	Db		780 521,91	706 240,49	11%
BISTP DOBRAS 24 - ATM	Db		45 515,45	41 224,93	10%
BISTP DOBRAS 24 - POS ST	Db		335 643,41	149 686,63	124%
BISTP DOBRAS 24 - POS PR	Db		362 919,10	39 930,51	809%
BISTP TESOIRO PÚBLICO-EMAE	Db		18 206,94	295 754,59	-94%
GTI BANK	Db		747 691,06	0,00	100%
Subtotal			4 092 564,48	3 458 978,14	0,18
BISTP	USD	0,00	0,00	0,00	0%
AFRILAND BANK	EUR	0,00	0,00	0,00	0%
ENERGY BANK	EUR	0,00	0,00	0,00	0%
BGFI BANK STP	USD	0,00	0,00	0,00	0%
Subtotal Banco em Divisas			0,00	0,00	0%
TOTAL BANCOS			4 092 564,48	3 458 978,14	0,18
CAIXA	Db		34 593,00	35 022,90	-1%
CHEQUES A COBRANÇA	Db		4 167,37	0,00	-100,00
TOTAL GERAL			4 131 324,85	3 494 001,04	18,2%

27. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Os montantes relevados nesta rubrica relativa às responsabilidades com a especialização de exercícios dos custos e proveitos de 2025, e que corresponde às “Contas de Regularização” do Plano de Contabilidade OCAM, respeitam aos detalhes que se apresentam no quadro seguinte, expresso em dobras:

Contas de Regularização da Gestão do Período		
Regularização Activo	2025	2024
Acréscimos de Proveitos		
Energia e Água a Facturar	0	0
Contas Banco em Conferência	0	5 602
Outros acréscimos de proveitos	0,00	548 398,00
	0,00	554 000,00
Custos Diferidos		
Juros antecipados (Contrato Leasing BF2)	0	0
Prémios de seguros antecipados	0	0
Manutenção Grupos Electrogéneos	0	0
Outras despesas com custo diferido	2 573 518,00	8 320,00
	2 573 518,00	8 320,00
TOTAL REGULARIZAÇÃO ATIVO	2 573 518,00	562 320,00
Regularização Passivo		
Acréscimos de Custos		
Seguros a liquidar	0,00	0,00
Remunerações a liquidar	0,00	0,00
Juros a liquidar	0,00	0,00
Outras despesas diferidas	303 852,00	631 748,00
	303 852,00	631 748,00
Proveitos Diferidos		
Imposto Consumo Facturado por Cobrar	0,00	0,00
Depósitos em Conferência	2 490 979,00	4 254 476,00
Título de Tesouro	0,00	0,00
Outras receitas com proveito diferido	18 071,00	9 862,00
	2 509 050,00	4 264 338,00
TOTAL REGULARIZAÇÃO PASSIVO	2 812 902,00	4 896 086,00

28. DESPESAS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2025, nesta rubrica foram relevados os montantes de processamento e pagamento de salários, subsídios, prémios e gratificações. Inclui ainda as quantias correspondentes aos encargos sobre as remunerações e outros custos com o pessoal. As verbas relevadas em dobras resultaram de significativos acréscimos em indemnizações justificadas pela transição de mandatos dos órgãos sociais, maior número de projetos em desenvolvimento que carecem de acompanhamento e coordenação dotados de Know-how, saber fazer e experiência reconhecida dos sistemas específicos e operacionais de São Tomé e Príncipe, para evitar a perpetuação de erros do passado, o próprio contexto do aumento de infraestruturas e de atividades, etc., mas também minimizadas pelas sinergias técnicas e operacionais não despendidas.

	2025	2024	Var. %
Órgãos Sociais Executivos:			
Salários Órgãos Executivos	3 172 472	3 005 074	5,57%
Subsídio Função Chefia	1 296 554	1 313 663	-1,30%
Subsídio Desempenho e Gestão	1 010 728	1 100 322	-8,14%
Subsídio de Transporte	9 000	1 635	450,46%
Subsídio de Refeição	145 800	960	15087,50%
Subsídio Isenção Horária	212 389	87 248	143,43%
Subsídio condições especiais de trabalho	54 660	9 110	500,00%
Folga remunerada Dia Aniversário	2 000	0	100,00%
Subsídio de Férias	312 594	2 004 417	-84,40%
Subsídio de Natal (13º)	392 872	342 589	14,68%
Outros	0	0	0,00%
Subtotal	6 609 069	7 865 018	-15,97%
Remunerações de Pessoal:			
Salários de Pessoal	47 545 944	48 803 772	-2,58%
Subsídios de Transporte	5 225 253	5 148 446	1,49%
Subsídios de Refeição	15 173 283	13 093 262	15,89%
Subsídios Chefia - Linha Hierárquica	11 002 575	7 757 350	41,83%
Horas Extraordinárias	1 684 396	2 224 347	-24,27%
Prémio de Desempenho e Gestão	7 239 956	7 582 506	-4,52%
Subsídio de Férias	5 510 213	5 599 194	-1,59%
Subsídio de Natal (13º)	6 647 015	5 966 728	11,40%
Subsídios Isenção de Horário	2 643 059	2 438 003	8,41%
Folga Remunerada Dia Aniversário	214 000		
Prémios Acompanhamento Projetos	2 274 345	2 339 678	-2,79%
Abono para Falhas	323 893	252 632	28,21%
Subsídio Condições Especiais Trabalho	3 127 929	2 812 026	11,23%
Fiscalização Fraudes Energia e Água	725 060	495 112	100,00%
	109 336 921	104 513 056	4,62%
Encargos sobre remunerações	7 729 096	6 358 469	21,56%
Outros custos com pessoal:			
Ajudas de Custo	320 485	335 478	-4,47%
Assistência Médica	183 609	1 017 184	-81,95%
Formação Técnico-Profissional	1 435 273	530 153	170,73%
Uniformes e Trajes de Trabalho	457 121	35 229	1197,57%
Indemnização cessação mandato ex-DG	0	0	0,00%
Outras Despesas com Pessoal	158 825	145 902	8,86%
	2 555 313	2 063 946	23,81%
	126 230 399	120 800 489	4,49%

29. CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das matérias consumidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi determinado como se segue em dobras, com maior impacto na compra de eletricidade do Produtor Independente TESLA, LDA. depois de gasóleo de produção térmica.

CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS			
	2025	2024	Var. %
Existências iniciais	30 779 171	29 048 778	6%
Compras	791 633 566	1 030 657 458	-23%
Regularização das existências	0	0	0%
Existências finais	-25 148 332	-30 779 171	-18%
	797 264 405	1 028 927 065	-23%

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

O início do ano 2025 foi, singularmente, de uma intensa atividade em vários domínios, e em particular, destaque para o setor de água e o setor da energia elétrica, e no ciclo de vida da EMAE, tendo em vista tornar efetiva e célere a implementação de múltiplos projetos de infraestruturas em cooperação com os múltiplos parceiros de desenvolvimento e mobilização de recursos financeiros e assistência técnica em torno das importantes questões de abastecimento de água na cidade capital de São Tomé e arredores, de reforço das capacidades técnicas e operacionais da EMAE e do processo de transição energética em São Tomé e Príncipe.

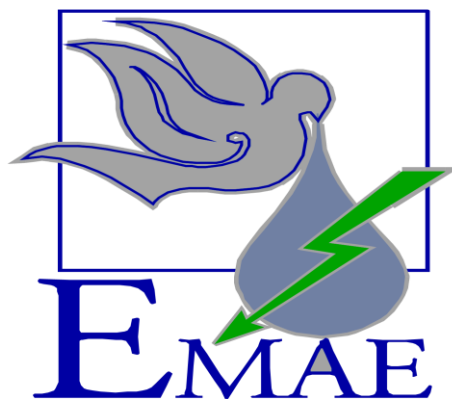
Como principais eventos subsequentes após 31 de dezembro de 2025, destacamos:

- (a) O ano 2026 se iniciou com profunda crise energética, mas com perspectiva de certeza na sua iminente solução sustentável com a chegada de dois lotes de grupos geradores, sendo o primeiro de equipamentos novos CUMINS com 6 MW de potência para compensar a saída do Tesla e o segundo de marca MITSUBISHI com 6,5 MW para substituição de geradores com aptidão técnico-económica expirada ou em fim de vida útil e margem de reserva instalada,

permitindo ao mesmo tempo restabelecer o regular abastecimento de eletricidade com carácter de permanente disponibilidade e favorecer um plano racional de manutenção sem perturbações durante a fase de transição energética em desenvolvimento.

- (b) Aos 23 de janeiro, chegaram ao país seis grupos geradores novos de marca CUMMINS, totalizando uma capacidade com 6 MW de potência que serão instalados na central de Santo Amaro 3 no imediato.
- (c) No dia 27 de janeiro, os deputados da Assembleia Nacional votaram uma moção de censura ao Governo, por iniciativa do grupo parlamentar da ADI, moção essa que foi retirada sem qualquer justificação.
- (d) Aos 12 de fevereiro, foi inaugurado o lançamento da primeira pedra das obras de instalação da central solar fotovoltaica de 11 MWp que deverá ficar concluída no mês de outubro p.f., no complexo de Água Casada no distrito de Lobata, objeto do acordo administrativo de investimento celebrado entre o governo e o parceiro privado RELEASE, subsidiária da SCATEC. Esta infraestrutura de energia limpa sustentável vem reforçar o estatuto internacional de São Tomé e Príncipe como o primeiro país do mundo património da biosfera, permitindo assim, inaugurar uma nova fase de transição energética.
- (e) Em 20 de fevereiro, na sua 32.ª sessão ordinária, o Conselho de Ministros deliberou a decisão de exonerar o Diretor Geral e a Diretora Comercial da EMAE, e nomear para o cargo de Diretor Geral interino o Senhor Posik do Espírito Santo, em acumulação com as funções de Diretor Administrativo e Financeiro, e para o cargo de Diretor Comercial o Senhor Manuel Pereira.
- (f) Na última semana de fevereiro, chegaram ao país o segundo lote de quatro geradores MITSUBISHI não contentorizados com capacidade total de 6,5 MW de potência que serão instalados em Santo Amaro e Bobô Forro, com perspectivas de superar a crise energética que perdura desde agosto de 2025 e a eletricidade estabilizada como anteriormente no curto

prazo, embora por algum tempo porque os problemas de manutenção continuam cíclicos e com a agravante do aumento do número de unidades instaladas, variedade de marcas, capacidade e geração dos equipamentos.



14 – DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

14.1 - Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos das disposições legais aplicáveis, designadamente do previsto no n.º 1 do Artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 22/2011, de 24 de junho, que aprova o Regime Jurídico das Empresas Públicas e do Setor Empresarial Público, cumpre-nos apresentar o parecer da nossa ação fiscalizadora sobre o Relatório e Contas da EMAE relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O presente Conselho Fiscal foi nomeado por Despacho n.º 70/GM-MEF/2025, datado de 08 de outubro de 2025, emanado pelo Ministro de Estado da Economia e Finanças, data a partir da qual o acompanhamento da atividade da EMAE foi efetuada pelos atuais membros do Conselho Fiscal.

Neste enquadramento, o Conselho Fiscal tem conduzido a sua atuação em ordem à verificação dos aspetos financeiros, contabilístico e de gestão, e subsequente emissão de parecer sobre as contas, centrando-se na ótica económico-financeira, e em termos gerais, no que às empresas públicas é aplicável.

O relatório do Conselho de Direção apresenta circunstancialmente e com clareza o enquadramento macroeconómico e setorial em que se desenvolveu a ação da EMAE, bem como as suas atividades, a evolução dos meios humanos e materiais afetos e a sua situação económica e financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras e o sistema contabilístico que as suporta mostra-se globalmente aderentes ao Plano de Contabilidade Geral em vigor para as empresas (Plano OCAM) e expressam de forma adequada a situação patrimonial da EMAE em 31 de dezembro de 2025, bem como os resultados das suas operações no exercício findo naquela data, sendo bastante satisfatória a qualidade e extensão das informações divulgadas no Relatório e no Anexo ao Balanço e Demonstração dos Resultados.

Conforme referido convenientemente na mensagem do Diretor Geral, os instrumentos económico-financeiros em anexo continuam a evidenciar uma estrutura desequilibrada. As grandes rubricas do Balanço da EMAE no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, evidenciam um total de 2.347.553.215 dobras e um total de capital próprio negativo de 5.110.848.093 dobras, sem integração do “Subsídio de Investimento”, incluindo um resultado líquido negativo do exercício de 501.210.896 dobras, o que reflete uma situação de “Falência Técnica” muito acentuada, decorrente de sucessivos prejuízos acumulados ao longo de duas décadas.

Em 31 de dezembro de 2025 o passivo corrente é superior ao ativo corrente em 5.173.858 milhares de dobras, sendo relevante concluir, com base no princípio da continuidade, que a EMAE não dispõe das condições de financiamento para manter as atividades.

As dívidas globais de clientes tiveram um decréscimo exponencial de 115,2 milhões de dobras (21%) substancialmente superior ao crescimento dos serviços prestados (5,48%), verificando-se comportamento muito análogo quanto às dívidas a fornecedores com uma diminuição significativa de 419,3 milhões de dobras, mas com uma representatividade de apenas 9 pontos percentuais tendo em conta o peso do passivo corrente na estrutura do Balanço.

Face ao exposto, somos de parecer que merecem aprovação:

- a) O Relatório e Contas apresentados pelo Conselho de Direção da Empresa de Água e Eletricidade (EMAE), relativas ao exercício económico de 2025;
- b) A transferência do Resultado Líquido Negativo de **STN 501.210.896 (quinhentos e um milhões, duzentos e dez mil, oitocentos e noventa e seis dobras)** para os Resultados Transitados, atento o estabelecido na legislação em vigor.

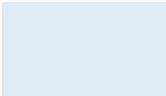
Por último, o Conselho Fiscal regista com apreço a colaboração que lhe foi dispensada pelo Conselho de Direção e pelos serviços da EMAE contactados por motivo do exercício das suas funções.

São Tomé, 08 de abril de 2026

Albertino Amélia da Cruz - Presidente

Egrinaldino de Carvalho Viegas de Ceita – Primeiro Vogal

Kinito Andrade dos Ramos Viana – Segundo Vogal.



14.2 - DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 10/2026

Deliberação do Conselho de Ministros n.º 10/2026 sobre a reorganização do Conselho de Direção da EMAE (Empresa de Água e Eletricidade), aprovada na sua 32.ª sessão ordinária de 20 de fevereiro de 2026.

14.3 - TESLA STP; Plano de Disponibilidade Diária

A título ilustrativo, complementa-se o Plano de Disponibilidade Diária, Análise do Registo do Medidor e a correspondente Fatura da TESLA evidenciando incongruências entre capacidade disponível, volume de produção de eletricidade efetivamente registado no Ponto de Entregue e a quantidade e valor de Faturação.

14.4 - Acta da Reunião de Apreciação das Contas pelo Conselho de Direção